

MARL – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2022



marl

**Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa**

1/
17/12/2017
C.A.
Jm

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	5
4. SÍNTESE DE INDICADORES	10
5. ATIVIDADE DA EMPRESA.....	11
6. RESPONSABILIDADE SOCIAL	31
7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	33
8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	34
9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	46
10. OUTRAS INFORMAÇÕES	46
11. PERSPETIVAS FUTURAS	47
12. REFERÊNCIAS FINAIS	48
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	50

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAO

Como  sabido, nos últimos 3 anos a sociedade debateu-se com uma pandemia de escala global, a COVID 19, que, pela sua magnitude e transversalidade impactou fortemente a atividade quotidiana das pessoas e das empresas.

Esta situao obrigou a que todas as empresas, e os Mercados Abastecedores não foram exceo, tivessem necessidade de se adaptar a uma nova realidade e de se reinventar, seja pela adoo de novas práticas de funcionamento e de gestão das pessoas e dos seus ativos, sendo que muitas delas acabaram por ser internalizadas e adotadas para o futuro, seja pela necessidade de adaptaes ao seu modelo de negócio, reforçando o investimento nos setores de atividade mais afetados, mas também aproveitando janelas de oportunidades que surgiram durante este período.

E foi também um período que veio dar uma enfase inequívoca  importância que os Mercados Abastecedores têm na sociedade e, em particular, naquilo que  o abastecimento das populaes. Mesmo em situaes de pico de contágios na pandemia, e quando muitos outros setores experimentavam dificuldades ou tiveram mesmo de interromper a sua atividade, todos os nossos Mercados Abastecedores, não obstante a necessidade das devidas adaptaes e contando sempre com a abnegao dos seus trabalhadores e operadores econmicos, mantiveram a sua atividade ininterrupta 24 horas por dia, 365 dias por ano. E, por isso, foram vitais para o fornecimento do setor retalhista e, subsequentemente, da populao que ali se abastece.

E dessa forma o MARL conseguiu durante toda a pandemia, não obstante dificuldades pontuais em alguns operadores de setores de atividade muito restritos (flores, pescado e restaurao) e que mereceram por parte deste Conselho de Administrao o devido acompanhamento, manter uma trajetória de crescimento e da consolidao dos bons resultados naquilo que são os diversos indicadores econmicos e financeiros, incrementando de forma sustentada o volume de negócios e o resultado líquido, a par de uma reduo significativa da sua dívida financeira líquida.

Mas em 2023, quando o mundo ainda não estava totalmente refeito das ondas de choque provocadas pela pandemia, surgiu um novo acontecimento com consequências  escala global, a invasão da Ucrânia pela Rússia. Este evento, pela sua magnitude e total imprevisibilidade, e pela espiral inflacionista no preço dos serviços que gerou, impactou fortemente na nossa atividade e, sobretudo, nos resultados do exercício.

Ainda que tendo sido dada continuidade  política de gestão rigorosa dos recursos existentes promovida por parte deste Conselho de Administrao, centrada naquilo que  a atividade interna do mercado e a sua interao direta com a envolvente empresarial e territorial, aliada a uma política comercial de ocupao dos espaços existentes efetiva e atuante, o volume de negócios em 2022 teve um ligeiro decréscimo relativamente ao ano transato, tendo ascendido a 13 721,8 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 0,57% relativamente a 2021, mas ainda um acréscimo de 5,4% relativamente a 2016.

No que respeita ao resultado líquido do exercício, este foi muito impactado pelo aumento dos gastos operacionais resultante da atividade adicional relacionada com a pandemia covid-19 e, especialmente, pelo incremento decorrente do enorme aumento no custo de alguns dos serviços como a energia, sendo o MARL um grande consumidor deste recurso por via do abastecimento de frio e de iluminao que tem, contratualmente, de fornecer aos operadores, mas também pelo grande aumento no custo de recolha de resíduos e de outras prestaes de serviços, cujo incremento de valor foi totalmente alheio  vontade e ao controlo do MARL, não havendo possibilidade de ser evitado. Neste contexto, ainda que o resultado líquido se tivesse mantido em níveis bastante satisfatórios, na ordem dos 4 626 milhares de euros, verificou-se um ligeiro decréscimo de 5,2%, relativamente ao ano transato mantendo-se, no entanto, um acréscimo de 9,2%, relativamente a 2016.

Neste exercício alcançou-se um EBITDA de 9 943 milhares de euros, configurando um decréscimo de 3,6% relativamente ao valor obtido em 2021, impactado pelos efeitos geopolíticos, nomeadamente nos gastos com energia e mantivemos a trajetória de redução significativa e consistente da dívida financeira líquida, que ascende a 14 779 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 6 024 milhares de euros (-29%), face a 31 de dezembro de 2021 e de 49 704 milhares de euros (-70%), face a 2016.

Este Conselho de Administração considera estes resultados muito positivos, porque alcançados num período de grande incerteza e com uma espiral inflacionista que fez crescer em grande medida os nossos custos operacionais e, que obrigou a um esforço acrescido e conjugado de todos os envolvidos na operação do mercado. A começar pelos funcionários do MARL, que quer fosse em regime de teletrabalho ou presencialmente nas instalações do mercado, conseguiram com o seu empenho e abnegação garantir a operacionalidade plena da nossa atividade, bem como a contribuir para a implementação de medidas de contenção de custos e racionalização de recursos.

Também se sublinha a excelente relação institucional existente com os nossos acionistas, os municípios de Loures e de Lisboa, e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. E desta forma, por exemplo, projetos como o Loures Inova, projetos de mobilidade urbana e de micrologística e projetos de responsabilidade social como o 5 ao Dia, respetivamente, têm condições acrescidas para serem levados a cabo com sucesso.

Neste espetro da cooperação institucional, impõe-se igualmente fazer referência ao nosso ROC, que, em todos os momentos, se rege por uma atuação tecnicamente competente, rigorosa e equilibrada.

Não obstante alguma contenção durante este exercício no que a investimentos diz respeito, por via do aumento exacerbado do custo das empreitadas e demais processos de requalificação dos pavilhões, faz-se ainda referência à continuidade na modernização dos nossos ativos. A modernização e requalificação do MARL, com mais de 20 anos de utilização intensiva, continua a ser, mais do que nunca, uma prioridade. Estamos plenamente conscientes que só dessa forma conseguiremos manter a excelência da nossa oferta de serviços e incrementar a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética da nossa operação. Só assim estarão criadas as condições para a manutenção da satisfação dos operadores atuais, bem como para o incremento da atratividade dos nossos espaços para novos operadores, permitindo a diversificação da oferta a novos setores de atividade que trarão valor acrescentado à nossa operação.

Mas é com algum cuidado que perspetivamos aquilo que será o ano de 2023 para a nossa atividade. Ainda com uma economia muito fragilizada pela pandemia covid-19, a guerra em grande escala no leste da Europa implicou um aumento muito significativo nos preços das matérias-primas e da energia e mais recentemente dos juros da dívida. E por muito que o nosso esforço de eficiência na gestão dos recursos do Mercado, também energéticos, seja bem-sucedido, antecipamos que possa continuar a haver repercussões nos resultados da empresa. A aposta em energias renováveis é parte da solução, perspetivando-se para o ano de 2023 investimentos neste tipo de soluções que permitam mitigar o impacto do custo da energia na operação do Mercado. Por outro lado, a retração no consumo que já se verifica em boa parte dos produtos transacionados no MARL, e concomitantemente uma diminuição do número de retalhistas que se vem aqui abastecer, serão igualmente fatores que merecem a nossa preocupação, pelo impacto negativo que possam vir a ter na atividade dos nossos operadores e do próprio Mercado.

Ao nível dos Recursos Humanos, o ano de 2022 acabou por se caracterizar pela maior substituição de trabalhadores dos últimos anos, fruto de saídas por diversos motivos, incluindo aposentação. Confirmamos a dificuldade que o Mercado de Trabalho enfrenta atualmente, para quem procura quadros, mas conseguimos ainda assim concluir esse processo com sucesso permitindo simultaneamente trabalhar no rejuvenescimento das nossas equipas.

Foram ainda dados passos firmes e necessários, para a resolução de um problema estrutural encontrado quando este CA tomou posse, logo em 2021: ausência de uma política agregadora e assente em regras de organização, progressão e avaliação transversais.

1

BB
CR
JM

E logo nesse momento assumiu este CA perante a tutela, a prioridade que teria de ser dada à valorização da dedicação e empenho dos Recursos Humanos, bem como o respeito pelo direito a uma carreira e à sua evolução.

Conjugar essa valorização e respeito com as regras de contratação e metas financeiras do setor público, concretizando um regulamento de carreiras, um modelo de avaliação e, se possível, um acordo de empresa, será desígnio para o atual mandato.

E realça-se a motivação dos recursos humanos como pedra basilar nesta estratégia integrada delineada para os próximos anos. Só com trabalhadores devidamente valorizados e com competências reforçadas conseguiremos perseguir estes objetivos ambiciosos com sucesso, reforçar o papel do MARL e do Grupo SIMAB no plano nacional e internacional, corporizando o nosso lema: "Comprometidos com o abastecimento, a logística e a Distribuição Nacional".

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A atividade económica em Portugal, como aconteceu com todo o resto do mundo, ainda a recuperar da pandemia COVID-19, foi durante 2022 profundamente afetada pela guerra na Europa. Todavia Portugal, beneficiando das exportações, nomeadamente do Turismo, acabou por ver o nível de atividade recuperar quase para o nível pré-pandemia.

Registou-se um crescimento significativo das importações (31,2%) e das exportações de bens e serviços (23,1%), portanto um saldo negativo da balança comercial, tendo o crescimento da economia Portuguesa (PIB) sido de 6,7%, valor que só tem paralelo em 1987, onde após a adesão à então CEE, o PIB cresceu 6,8%.

Este crescimento surpreendeu pois, as estimativas apontavam para crescimentos marginalmente inferiores a 5%.

Contudo, a partir do final de fevereiro, a atividade económica começou a sentir os efeitos da invasão da Ucrânia, nomeadamente com a subida dos preços e das taxas de juro. Estes fatores condicionaram os gastos das famílias e das empresas até ao final de 2022, pese embora, na vertente das famílias, amortecido pelas várias medidas de apoio, sendo as de menores rendimentos as mais penalizadas pelo aumento dos preços dos bens e serviços essenciais, cujo consumo é difícil de ajustar. Por outro lado, nas empresas, o aumento de custos generalizado, obrigou ao reponderar de decisões de investimento, para além do forte aumento da estrutura de custos operacionais de funcionamento.

De facto, a taxa de inflação média fixou-se nos 8,1%, acelerando muito face a uma inflação zero em 2020¹. A subida dos preços foi mais generalizada e persistente do que se esperava, devido à duração da guerra e as pressões externas, que fizeram subir muito os preços dos produtos energéticos (inicialmente) e alimentares, por via de um enquadramento externo e financeiro que tem vindo a deteriorar-se devido a estes choques geopolíticos.

Outro dos fatores foi a subida das taxas de juro, que impactam com expressão o serviço da dívida e os custos financeiros.

A atenuar estes inputs negativos, figuram a resiliência e o bom desempenho do mercado de trabalho, a poupança acumulada durante a crise pandémica e pelas medidas de auxílio, incluindo os fundos comunitários, nomeadamente o PRR.

O acompanhamento e envolvimento personalizado que as entidades gestoras que integram os Mercados Abastecedores e da própria holding SIMAB realizaram junto das empresas instaladas, permitem concluir que na maioria das empresas que exerceram atividade nestes Centros de Distribuição

¹ Síntese Económica de Conjuntura do Instituto Nacional de Estatística (INE) de janeiro de 2022

e Logística de base alimentar, durante o ano de 2022, o impacto económico da atual conjuntura foi relativamente bem acomodado, com particular enfoque no setor hortofrutícola.

Face ao exposto, verificou-se a recuperação gradual da atividade dos Operadores, tendo-se constatado que permanente diálogo estabelecido com estes pelas estruturas de gestão dos diferentes mercados, permitiu manter o equilíbrio e a residual a necessidade de acordos de pagamento (sempre sem perdão de capital), os quais, celebrados, não originaram incumprimentos. Aliás tal é evidenciado pela imaterialidade do nível de imparidades em dívidas a receber de clientes, de cerca de 0,05% do volume de negócios, nos últimos três anos. Ainda assim, registaram-se, algumas situações de insolvência, que foram devidamente acompanhadas pelos nossos Serviços Jurídicos.

Assim conseguiu-se assegurar a manutenção do nível geral de rendimentos/receitas na atividade dos Mercados Abastecedores, apesar da conjuntura exposta.

Do ponto de vista interno, o impacto desta conjuntura macroeconómica acabou por ser mais significativa na alteração na estrutura de custos do Grupo, uma vez que as despesas operacionais sofreram acréscimos mais que proporcionais ao retomar da atividade, nomeadamente nas rubricas de custos com a energia, limpeza e higiene, interior e exterior, seguros e desinfeção dos mercados; consumíveis e, de recursos humanos dos mercados. No apuramento dos indicadores assistimos globalmente ao agravamento de preços pelos nossos prestadores de serviços na ordem de 20%, quando os IPG's indicavam uma inflação prevista para 2022 de 0,9%².

Apesar da atual conjuntura, todas as empresas do grupo SIMAB têm conseguido assegurar a continuidade das operações, cumprir os compromissos financeiros assumidos, garantindo a sustentabilidade dos Mercados a curto prazo sem comprometer a sua viabilidade de médio/longo prazo.

Nota que não podemos deixar de referir, como dificuldade adicional, é a inelegibilidade do Grupo SIMAB ao PRR, não podendo concorrer a nenhum dos pilares, por ser considerado no universo consolidado do Acionista Parpública, uma "Não PME". Estes apoios eram de facto essenciais pelo ciclo de vida dos imóveis / instalações do Grupo e, para mais facilmente acorrer aos desafios da sustentabilidade, transições energéticas e digitais.

Mais uma vez, destacamos a resiliência dos trabalhadores do Grupo SIMAB na sua globalidade, com espírito de sacrifício da generalidade dos trabalhadores – agravada pela carência de Recursos Humanos em quase todas as áreas, seja ao nível administrativo, seja ao nível operacional, cuja tentativa de colmatação dessas necessidades teve de ser feita com recurso a prestadores de serviços, para salvaguarda dos elevados níveis de serviços junto dos operadores, levando a um agravamento da estrutura de fornecimentos de serviços externos.

3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A reflexão estratégica tem feito parte do dia a dia do GRUPO SIMAB, confirmando a importância da manutenção de um foco estratégico capaz de posicionar o grupo num contexto de mudança permanente e de desafios cada vez mais ambiciosos.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

² Despacho N.º 682/2001 - SET

3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A MARL, SA tem como missão proporcionar à população bens agroalimentares de elevada qualidade e variedade, através de uma infraestrutura de suporte ao comércio grossista. Assume-se como uma organização que pretende contribuir ativamente para a melhoria da sociedade, através de uma adequada gestão do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, de modo a permitir a comercialização e distribuição de uma vasta gama de produtos e serviços.

Na prossecução da sua missão, a MARL, SA ambiciona alcançar a **visão** de ser uma empresa líder no setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

A MARL, SA assume como fundamentais um conjunto de **valores** que são entendidos, observados e vividos por todos os colaboradores na sua prática profissional, expressando os valores e os princípios da organização, a sua reputação, a maneira de estar dos seus colaboradores, entre si e com os restantes *stakeholders*, sejam acionistas, fornecedores, clientes, parceiros ou a sociedade em geral, traduzindo-se, entre outros e de forma sintética:

RESILIÊNCIA | Porque vivemos tempos desafiantes caracterizados pela escassez de recursos, pela turbulência do presente, pela incerteza do futuro e pela complexidade do ambiente em que operamos.

EFICIÊNCIA | Porque os recursos são escassos e importa garantir a otimização do esforço financeiro do Estado.

COMPROMISSO | Porque precisamos de estar comprometidos com a nossa missão e os resultados que pretendemos alcançar.



3.2. ORIENTAÇÕES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

A MARL, SA, em 2022, continuou a ser abrangida por um conjunto de medidas definidas para as empresas do setor empresarial do Estado, estipulado na Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2022, Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2022 (DLEO2022) (Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto), nomeadamente:

- A continuação de uma política de ajustamento dos quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no DLEO2022;
- A prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais,

excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, relativamente ao volume de negócios verificado em 2021;

- Manutenção dos gastos com pessoal, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2021, corrigidos dos impactos de disposições legais, depois de corrigidos dos encargos decorrentes de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo;
- A limitação do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel, e encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 2021. O acréscimo nestes gastos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa;
- No apuramento do crescimento global do endividamento das empresas públicas integradas no Setor Empresarial do Estado (SEE) são excluídos os novos investimentos com expressão material (que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa).

Foram ainda tidos em consideração o conjunto de legislação sobre o SEE (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pelo artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), sobre os gestores públicos e outros diplomas legais e atos administrativos que estabelecem regras, recomendações e decisões de natureza fiscal ou outras, muitas vezes de forma pontual e para um período de tempo determinado.

3.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO AÇIONISTA

Na sequência da eleição de novo Conselho de Administração, em março de 2021, foram emanadas pelo acionista orientações estratégicas, que presidem a atividade do Grupo SIMAB, desde essa data.

A Deliberação Unânime por Escrito de 23 de março de 2021, com a eleição do Conselho de Administração da Holding SIMAB, SA, solicitava a apresentação de uma proposta de objetivos, indicadores e metas, que constituiria a base dos contratos de gestão a celebrar, também decorrentes do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março), sendo os principais de seguida sintetizados:

- a) Desenvolver as ações necessárias de modo a garantir a evolução do modelo de negócio da SIMAB, em termos que:
 - 1. Garantam o cumprimento de serviço público;
 - 2. Assegurem a rentabilidade económica e financeira da empresa;
 - 3. Preservem os valores ao nível de segurança e garantia de saúde pública do mercado abastecedor, nomeadamente no contexto da pandemia COVID-19.
- b) Promover a eficácia e eficiência da SIMAB, com racionalização do seu desenvolvimento de negócio e da sua orgânica, garantindo a contenção de custos operacionais e adequação à dimensão e perfil de negócios.
- c) Promover a consolidação da estrutura financeira da Sociedade, preservando a remuneração do capital acionista.

Conforme solicitado, foi enviado no prazo definido de 45 dias, para ser alvo de concertação, uma proposta de objetivos, indicadores e metas, com vista à celebração do referido contrato de gestão.

No seguimento dos posteriores contatos, contributos e reuniões de trabalho, foi reenviado o documento revisto. Aguardando-se da parte da Acionista decisão sobre o mesmo, razão pela qual ainda não é possível de ser vertida neste documento, tal proposta relativa ao Contrato de Gestão, salientando-se, contudo, a existência e o prosseguimento de um Plano Estratégico

Pelo acima exposto, não existiram, em 2022, objetivos em vigor ao abrigo de Contratos de Gestão, aguardando-se, à data da elaboração do presente documento, o resultado da apreciação da proposta de objetivos e indicadores a constar nos Contratos de Gestão dos membros do CA para o atual mandato, os quais, uma vez aprovados, passarão a ser regularmente acompanhados.

3.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

Neste enquadramento e alinhadas com as orientações estratégicas do acionista foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos que, pretende-se, garantirão a sustentabilidade da atividade da empresa e a criação de valor a longo prazo:

1 | CRESCER & DIVERSIFICAR NA OFERTA

[Desenvolver sustentadamente a missão pública com foco no mercado nacional]

A integração no setor empresarial do Estado impõe ao grupo SIMAB uma responsabilidade acrescida para garantir a total observância da sua missão pública, em estreito alinhamento com as prioridades de política pública do país. No contexto atual em que Portugal se encontra devido aos grandes desafios internos provocados pela crise pandémica que assola o mundo, a prioridade de atuação do grupo terá como foco o mercado nacional, procurando em todos os momentos corresponder às necessidades internas, de forma a contribuir para a resiliência de Portugal. A melhoria e alargamento dos serviços internos de apoio aos mercados abastecedores e externos e de apoio aos mercados municipais são fundamentais para garantir a qualidade de serviço, atratividade dos mercados e acrescentar valor aos seus clientes.

2 | MODERNIZAR ATIVOS

[Fortalecer infraestruturas operacionais e tecnológicas]

A capacidade do grupo SIMAB - promover a prestação da sua exigente missão pública - está dependente da boa operacionalidade das suas infraestruturas. Garantir estruturas modernas, funcionais e seguras é condição obrigatória para acompanhar o nível de exigência e expectativa dos operadores e restantes *stakeholders* dos mercados. Por outro lado, permite ainda assegurar as elevadas taxas de ocupação dos espaços, garantir a segurança dos seus utilizadores e melhorar a eficiência na gestão dos ativos. O contexto da crise pandémica veio reforçar a importância da resiliência das infraestruturas para minimizar efeitos negativos no funcionamento dos mercados e na prestação do seu serviço à sociedade. Os próximos anos serão marcados pelo aceleração da transição digital em todos os setores de atividade, pelo que o grupo SIMAB terá de corresponder aos desafios deste contexto, nomeadamente assegurando que a infraestrutura tecnológica acompanhe todos os requisitos impostos pelos seus clientes e *stakeholders*.

✓
Pfl
CR
m

3 | REFORÇAR A EFICIÊNCIA & PROCESSOS

[Acelerar sustentabilidade económica e financeira e operar transição digital interna]

A melhoria da sustentabilidade económica e financeira é condição obrigatória e essencial em qualquer contexto empresarial, pelo que constituirá uma prioridade que terá de ser ainda mais reforçada nos próximos anos face aos potenciais efeitos económicos ainda incertos que poderão surgir derivado ao contexto da pandemia da COVID-19. Por outro lado, o ambiente imprevisível, desconhecido e complexo que caracteriza hoje em dia o ambiente de negócios, obriga a que o grupo SIMAB consiga desenvolver agilidade estrutural de forma a corresponder com níveis de prontidão superiores a todas as exigências com que será confrontado no cumprimento da sua missão. Neste contexto, é fundamental investir na resiliência do seu modelo organizacional e funcional.

4 | REFORÇAR A ATUAÇÃO DOS RH

[Dinamizar competências com impacto na capacidade operacional para minimizar carências de RH]

O grupo SIMAB continua a atuar num contexto marcado pela forte escassez de recursos humanos, por um lado, e, por outro lado, o elevado grau de relevância e impacto da sua missão pública para a economia à escala nacional. Estamos conscientes da importância, ambição e desafio deste objetivo. Só uma estrutura de RH adequada e capacitada poderá enfrentar com responsabilidade os desígnios da sua missão. O alinhamento das equipas com os objetivos estratégicos e estratégias dos próximos anos, o reforço de uma gestão orientada para resultados ambiciosos e o desenvolvimento de uma cultura proativa e de elevada prontidão assumirão um papel ainda mais importante no contexto atual.

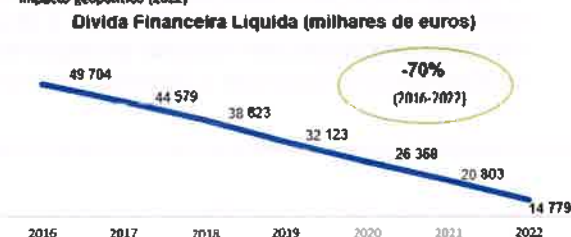
5 | CONTRIBUIR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

[Adicionar valor às políticas públicas através da articulação de *stakeholders* & meios]

No contexto desafiante que irá marcar a nossa sociedade e o ambiente empresarial nos próximos anos, as políticas públicas necessitam de estar apoiadas numa abordagem colaborativa e proativa por parte de todos os seus *stakeholders*. Assegurar uma relação próxima, construtiva e estratégica com *stakeholders*-chave, será crucial para alavancar o impacto do valor acrescentado das políticas públicas. O cumprimento da missão pública do grupo SIMAB não se pode esgotar apenas na boa gestão do funcionamento dos mercados, pelo que o grupo pretende assumir uma postura ativa e dinamizadora nas suas obrigações em matérias de responsabilidade social e ambiental, requeridas numa política de elevado compromisso com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes.

4. SÍNTESE DE INDICADORES

INDICADORES OPERACIONAIS					
2000 22 anos em funcionamento	210 M€	101 ha	840	93%	39%
Data de início atividade	Investimento até a data	Área total	Operadores	Taxa Ocupação	RRR (Reciclagem/Recuperação/ Resíduos)
INDICADORES FINANCEIROS					
13,7 M€	10,2 M€	70%	4,6 M€	5,7%	29%
Volume de Negócios	EBITDA recorrente	Margem EBITDA	Resultados Líquidos	RCP	Rácio de Endividamento



* Expurgado do impacto de teste de imparidade de ativos fixos

5. ATIVIDADE DA EMPRESA

5.1. PARCERIAS INSTITUCIONAIS E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

PARCERIAS – Preconizando uma política de promoção do desenvolvimento e crescimento dos seus clientes e no âmbito da Investigação & Desenvolvimento e Inovação, a MARL, SA esteve envolvida em diversas parcerias.

Loures INOVA - Associação para a Inovação e Capacitação Empresarial – Loures Inova, apresentada publicamente na sua vertente de incubadora a 29 de junho de 2017, inaugurou a 29 de junho de 2022, as instalações dos espaços *FoodLab*, *KitchenLab* e *FoodMarket*.

O *Foodlab* do MARL, trata-se de um espaço, financiado PORLISBOA, pela Câmara Municipal de Loures e pelo MARL, que pretende dar resposta às *startups*, que se encontram incubadas no Loures INOVA – Centro de Negócios e Incubação, que passou a assumir nova identidade – Loures Innovation Hub.



O *FoodLab*, vai permite dar resposta operacional a projetos ligados à transformação alimentar, sendo também uma unidade industrial de produção que, com as características com que está dotada, é única no país, tendo a capacidade de ser também um *hub* de lançamento direcionado a todas as marcas que pretendam lançar-se no setor agroalimentar dos mercados nacionais e internacionais. Com a inauguração deste equipamento, as *startups* passam a dispor de um espaço, com cerca de 400m², composto por um *KitchenLab*, zona que pode ser

usada como *showcooking*, zona de prova ou teste de conceito, e por uma outra área de produção industrial com duas linhas de produção alimentar (convencional e sem glúten). As *startups* passam também a dispor da uma área para a exposição de produtos denominada de *FoodMarket*.

Pelo exposto, a Loures Inova insere-se na estratégia da MARL, SA, apostando no desenvolvimento das empresas já instaladas no Mercado, mas também no apoio de novas empresas, produtos e serviços que possam impulsionar o crescimento do setor agroalimentar e da logística, em linha com as mais modernas tendências dos Mercados Abastecedores mundiais.

Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S) - A MARL, SA colabora, na qualidade de associada, com a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S), formalmente constituída em janeiro de 2015.

A2S é uma associação sem fins lucrativos e tem como finalidade a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região saloia; a implementação e gestão de projetos e programas nacionais, da União Europeia ou cofinanciados, por forma a dar resposta aos desafios e objetivos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local preconizada para o território onde se insere (Loures, Mafra e Sintra).

Apesar dos constrangimentos associados ao aumento de preços das matérias-primas e outros decorrentes da pandemia COVID 19, que condicionaram a execução de alguns projetos, a A2S continuou a posicionar-se como um dos GAL com melhor desempenho a nível nacional. No caso dos projetos apoiados pelo FEADER, a A2S era, em 31 de outubro de 2022, de acordo com a informação da Autoridade de Gestão do PDR2020, o GAL com a taxa de execução mais elevada a nível nacional (63%).

Em abril de 2022, a MARL participou no 4ª Meeting Agricultura Biológica em Loures, organizada em parceria com a AGROBIO, numa sessão onde foram abordadas as tendências atuais, oportunidades e sinergias que podem potenciar e consolidar o cluster da agricultura biológica, em Loures e promover a economia local. Entre as ideias mais partilhadas, destacam-se as contribuições das entidades convidadas que, à luz da Estratégia da Biodiversidade e do Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica para a Europa, abordaram temas como: os agrupamentos de produtores multiprodutos – que têm como principal objetivo a concentração da oferta e a colocação no mercado da produção dos seus membros, numa ótica de proximidade –, o seu processo de reconhecimento e a certificação de grupo; as biorregiões existentes em Portugal e a sua caracterização territorial; e a agricultura em modo biológico em Loures, na Estratégia de Desenvolvimento Local da Região Saloia.

“Portugal Fresh” - A MARL, SA manteve o protocolo de colaboração com a Portugal Fresh, associação que tem como finalidade promover a fruta, legumes e flores de Portugal, nacional e internacionalmente. Esta parceria pretende facilitar o acesso dos clientes da MARL, SA (operadores), a plataformas setoriais e detentoras do “know-how” necessário para o crescimento e expansão das empresas.

Associações Representantes dos Clientes (Operadores) – Para facilitar o acesso dos seus clientes (operadores) às associações que os representam, a MARL, SA disponibilizou-lhes espaço para o desenvolvimento de atividades, sempre com o propósito comum de defesa e harmonização dos respetivos interesses. No MARL, estão presentes associações de vários setores, designadamente a ASSOMARL – Associação dos Operadores de Frutas do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, ANAEF – Associação Portuguesa dos Grossistas de Hortofrutícolas, e a ALIF - Associação da Indústria Alimentar pelo Frio, com as quais a MARL, SA comunica e consulta, com objetivo de que a sua ação esteja alinhada com os interesses e preocupações dos seus clientes.

Ensino Profissional – No âmbito do Protocolo de colaboração entre o Grupo SIMAB e a Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística, que tutela o Instituto Profissional de Transportes (IPTrans), e como membro do conselho pedagógico sediado em Loures, estabeleceram, em 2019, um protocolo de colaboração em que identificam as áreas de convergência de interesses e em que enunciam os contributos de cada uma das entidades para a sua prossecução. Assim, a MARL, SA, enquanto empresa do Grupo SIMAB com relação geográfica mais próxima, comprometeu-se a apoiar a AEPTL/IPTRANS em matérias como o «encaminhamento de alunos para estágios curriculares», «visitas de estudo e aulas práticas», «identificação de formadores», «encaminhamento de adultos para RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) e para formação profissional», este último «sem prejuízo dos seus próprios objetivos nesta matéria, nomeadamente no âmbito da Academia SIMAB».

Já o IPTrans obriga-se a trabalhar de forma sistemática com a SIMAB em matéria de encaminhamento dos seus alunos para estágios curriculares em todos os mercados abastecedores do Grupo (MARL, MARB, MARÉ e MARF) ou nas empresas aí instaladas.

Estes estágios são destinados aos alunos dos cursos básicos de educação/formação de “Operador de Logística” e de “Operador de Informática” e dos cursos profissionais de “Técnico de Transportes”, “Técnico de Logística” e “Técnico de Informática de Gestão”.

No âmbito do RVCC, o IPTrans poderá sugerir para estágio nas empresas do Grupo SIMAB e nas dos seus clientes os alunos a frequentar os cursos de “Operador de Logística” e de “Técnico de Logística”.

O IPTrans é uma escola profissional sediada em Loures, que surgiu a pensar na qualificação das pessoas para o setor dos transportes. Criado em 1993, tem procurado responder, ao longo dos anos, às necessidades da sua envolvente social e económica, oferecendo cursos noutras áreas que não apenas a dos transportes, de dupla certificação, escolar e profissional.

MOVIMENTO “UNIDOS CONTRA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR” (UCDA) - No seguimento da ação de lançamento da iniciativa “Gosto do Meu Mercado”, realizada no dia 13 de maio de 2022 no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), onde foi hasteada a bandeira do “Banco Alimentar” e do Movimento “Unidos Contra o Desperdício Alimentar” (UCDA), todos os Mercados Abastecedores que constituem o Grupo SIMAB, entre os quais o MARB, aderiram ao Movimento UCDA. Trata-se de um movimento cívico e nacional, congregador e agregador, que une a sociedade num combate ativo e positivo ao desperdício alimentar, reforçando a importância individual e coletiva nessa luta. Com o objetivo de facilitar o aproveitamento de excedentes, tornando habitual a luta contra o desperdício alimentar, pretende também incentivar e facilitar a doação das sobras, bem como promover um consumo responsável. Refira-se, por fim, que o Movimento UCDA foi fundado por várias entidades, congregadas pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, sendo um movimento que une e congrega empresas e instituições, públicas e privadas, em torno do objetivo único de lutar contra o desperdício alimentar, contando com o Alto Patrocínio do Presidente da República e com o apoio do Secretário-Geral da ONU.

5.2. ÁREA COMERCIAL

Verificou-se ao longo de 2022, a retoma da normal atividade das empresas instaladas no Mercado, após 2 anos da Pandemia Covid 19, mantendo-se o MARL como elo essencial na cadeia de abastecimento de produtos agroalimentares em Portugal. A evolução comercial foi positiva, tendo permitido a renovação de todos os contratos de concessão a 5 anos, de salientar a contratualização de uma área de 484m² com um operador que se dedica ao à comercialização de produtos biológicos, nicho de mercado com cada vez mais relevância junto dos consumidores.

As empresas grossistas de hortofrutícolas continuam a apresentar, na generalidade, maior capacidade de adaptação, tendo, em muitos casos, havido mesmo um aumento do seu volume de negócios, pelo facto de os compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados, mas também os hipermercados e supermercados, terem visto, como sempre identificámos, a procura aumentar e, igualmente, em virtude do aumento do comércio *online*, da entrega ao domicílio e do aumento das encomendas através das redes sociais e mesmo telefónicas, para os quais muitas reorientaram parte da sua atividade.

A atividade das empresas de pescado, fortemente impactada pela Pandemia COVID – 19, devido ao encerramento dos restaurantes e similares, ainda se encontra a recuperar da acentuada quebra na procura, pelo que se verificou a rescisão de seis contratos neste pavilhão, sendo que uma das empresas, que cessou atividade, se dedicava maioritariamente ao fornecimento de restaurantes, assistiu-se também à reestruturação da atividade de uma das empresas com maior relevância neste setor, que diminui a área ocupada em 160m². De salientar a contratualização, em regime de concessão a 5 anos, de um espaço de 41m², por parte de uma empresa já instalada no pavilhão R07, assim como a contratualização temporária de uma boxe, com uma empresa dedicada à comercialização de caviar.

O sector das Flores e Plantas Ornamentais, que nos últimos anos tem vindo a apresentar uma menor taxa de ocupação, verificou-se a expansão da área ocupada em cerca de 72m² de um dos operadores que já desenvolvia atividade em duas boxes. Em 2022, manteve-se a tendência para a diminuição do número de operadores, mas com menor expressão fruto de alguma recuperação pós-covid deste setor de atividade, tendo apenas se registado uma rescisão, decorrente de incumprimento contratual, por comparação com a 3 rescisões que ocorrerem em 2021.

GRANDES CLIENTES / OUTRAS ÁREAS – 2022 foi um ano relevante na consolidação e expansão da atividade de empresas instaladas no MARL. A logística e os transportes continuaram a revelar-se fatores determinantes para o desenvolvimento das transações comerciais. Por seu turno, a localização privilegiada do MARL (fácil acesso aos principais eixos rodoviários do país,

proximidade ao Aeroporto de Lisboa e aos principais portos marítimos nacionais) impõe-se como fator diferenciador para as empresas de transporte e de logística.

A 4 anos da data de renovação dos contratos de concessão a 25 anos, foram renovados os contratos de utilização com uma das empresas que desenvolve atividade no sector hortofrutícola, numa área de entreposto de cerca de 4 000m² e de 2 800m² nos pavilhões dedicados à comercialização de produtos hortofrutícolas, a expansão de um operador. Em 2022, continuamos a assistir à concentração da atividade comercial, com a fusão entre empresas do sector hortofrutícola instaladas no Pavilhão.

De realçar ainda, a instalação de um grupo nacional da área de restauração, numa área de 675m², infraestruturada como cozinha industrial, no Núcleo Administrativo e Comercial (NAC) assim como a renovação do contrato, com uma das empresas instaladas numa área de 300m², espaço de cerca de 300m², localizado no NAC (Núcleo Administrativo e Comercial). Ao longo do ano, foram desenvolvidos vários contactos comerciais com vista à comercialização das áreas que ainda se encontram disponíveis, manifestação de interesse por parte de algumas empresas na eventual contratualização do espaço de 4 000m², localizado no piso 1 do NAC, estando ainda a decorrer negociações que acreditamos poder ser concluídas com sucesso em 2023. No último trimestre de 2022, foi contratualizada a unidade de restauração localizada na Plataforma do Rouco, sem atividade desde 2020.

SETOR HORTOFRUTÍCOLA (PLATAFORMA DOS ÁLAMOS) – O setor do comércio hortofrutícola é o que regista uma atividade de maior dinamismo no MARL, mantendo uma taxa de ocupação de quase 100% e refletindo, assim, a dinâmica das empresas instaladas nos respetivos pavilhões, onde se verifica a absorção de espaços através da cedência de posição contratual. Em 2022 foram formalizadas 20 cessões de posição, 9 novos contratos, 4 dos quais foram celebrados em regime de concessão a 5 anos.

A organização e distribuição física dos pavilhões, por dimensão e tipologia (entrepósitos, grossistas, médios grossistas e produtores), facilitam uma maior e mais pormenorizada monitorização das atividades dos clientes da MARL, SA, deixando perceber as carências e dificuldades de cada um dos grupos, independentemente da sua dimensão ou especificidade.

A este propósito, são notórias as sinergias nas trocas comerciais entre operadores de diferentes dimensões, relevando-se o facto dos grossistas a operar no mercado internacional - que se especializaram, entretanto, na importação de produtos hortofrutícolas mais específicos - efetuarem as suas trocas comerciais com médios grossistas igualmente instalados no MARL, que posteriormente os transacionam para o retalho.

As rescisões verificadas nos pavilhões de venda do setor hortofrutícola foram pontuais e a elevada procura permitiu a quase imediata contratualização dos mesmos. Das 6 rescisões contratuais, apenas duas ocorreram de forma unilateral, não tendo sido possível chegar a um acordo de pagamento, não foi possível recuperar a dívida referente ao incumprimento dos contratos.

Quanto ao pavilhão A10, destinado aos pequenos grossistas, composto por 188 espaços de 17m², é caracterizado por uma ocupação de pequenas e microempresas, ou mesmo por empresários em nome individual, sendo alguns deles produtores agrícolas. Durante o ano em apreço, foram celebrados 3 contratos de utilização, com o pagamento de taxa de acesso, com empresas que já desenvolviam atividade neste pavilhão e 7 cedências de posição.

No que diz respeito ao Pavilhão dos Produtores (A03), registaram-se 261 inscrições de produtores, tendo-se verificado uma diminuição do número de inscritos em relação ao ano anterior - menos 7, facto que configura alguma redução na atividade deste pavilhão. Este é um pavilhão muito visitado pelos utentes do Mercado, onde se efetua a venda direta produtor/comprador, em espaços de 3m², de acordo com diferentes modalidades de reserva: mensal, alguns dias ao mês e diária.

Neste setor, salienta-se ainda a ocupação de três entrepostos (A09, A11 e A12) por empresas importadoras/exportadoras, de logística e transportes de produtos hortofrutícolas.

SETOR DO PESCADO E POLIVALENTE (PLATAFORMA DO ROUCO) – O pavilhão do pescado (R07) do MARL é a única infraestrutura do país com número de controlo veterinário e licença sanitária, a par de outros serviços de apoio às transações dos grossistas, nomeadamente câmaras de frio e gelo laminado, o que representa uma mais-valia para as empresas do setor, a quem se impõem exigências higio-sanitárias cada vez mais preponderantes na comercialização de pescado fresco.

A taxa de ocupação deste pavilhão teve uma ligeira diminuição, tendo sido formalizadas 6 rescisões contratuais, 3 das quais, ocorrem devido ao fato das empresas se encontrarem em fase de reestruturação, tendo, no entanto, continuado a exercer atividade no pavilhão, mas em áreas de menor dimensão. Em 2022, foram formalizados, 3 novos contratos, um dos quais com pagamento de taxa de acesso, com uma empresa que já desenvolvia atividade num espaço de 80m² e que expandiu a atividade para uma área de 121m², outro com uma empresa que comercializa caviar, uma tipologia de produto que ainda não se encontrava disponível neste setor de atividade.

A quantidade de pescado fresco que entra no MARL e que se destina à grande distribuição é hoje assaz significativa, mas este canal é cada vez mais seletivo na escolha que faz dos fornecedores. Os grossistas, pela sua dimensão, desenvolveram, entretanto, uma dinâmica de transações em grande quantidade e qualidade, o que lhes possibilita a aposta em clientes de maior dimensão (grandes superfícies, exportações, e outros grupos de grande e média dimensão).

O **Pavilhão Polivalente** registou uma taxa de ocupação de 98%. Terminamos 2022 com 1 espaço disponíveis para contratualização, sendo que decorrem negociações com vista à sua ocupação. Este pavilhão funciona essencialmente como entreposto, no qual desenvolvem atividade empresas de diversos setores de atividade.

No primeiro semestre foi comercializada uma área de 484m², com uma empresa que se dedica à comercialização de produtos biológicos para as grandes superfícies comerciais.

Foi ainda renovado o contrato com uma empresa de comercialização de alimentares de origem açoriana, formalizado também com uma empresa da Ilha de S. Miguel, que se dedica à comercialização de pescado açoriano que estabeleceu no MARL a plataforma logística de distribuição de pescado fresco para a região da grande Lisboa. De salientar ainda, a contratualização de uma área de 242m² para central de compras de produtos hortofrutícolas.

SETOR DAS FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS – é o setor de atividade que apresenta uma menor rotatividade de operadores, nos últimos anos tem vindo a registar uma redução do número de empresas que desenvolvem atividade no pavilhão R02, em 2022, ocorreu uma rescisão por incumprimento contratual, não tendo sido possível recuperar os valores em dívida. Como nota positiva, uma das empresas que já desenvolve atividade no pavilhão, expandiu a atividade, ao assumir a posição contratual de outro operador, passando a ocupar uma área de 151m². Considerando os espaços que se encontram disponíveis para comercialização no Pavilhão R02 e de forma a potenciar a receita proveniente deste pavilhão, foi contratualizada uma área de cerca de 78m², para armazenagem de produtos.

TAXA DE OCUPAÇÃO – O quadro seguinte apresenta as taxas de ocupação dos pavilhões principais do MARL a 31 de dezembro de 2022:

Ocupação dos Pavilhões

Pavilhão	Nº Espaços					Tx Ocup 31/12/22
	Total	Ocupados 31/12/2020	Ocupados 31/12/2021	Ocupados 31/12/2022	Disponíveis 31/12/2022	
Pavilhões Principais - Plataforma dos Álamos						
A01	72	70	71	72	0	100%
A04	72	71	71	72	0	100%
A05	36	36	36	36	0	100%
A06	72	72	72	72	0	100%
A07	36	36	36	35	1	97%
A08	72	70	72	72	0	100%
A10	188	188	188	188	0	100%
A11	4	4	4	4	0	100%
Pavilhões Principais - Plataforma do Rouco						
R02	92	70	66	70	22	76%
R04	60	59	57	59	1	98%
R07	120	102	104	101	19	84%

5.3. MARKETING INSTITUCIONAL

As ações de marketing institucional associadas ao funcionamento quotidiano do MARL – assentes na informação, divulgação e promoção do Mercado Abastecedor e dos seus operadores e clientes – visam, no essencial, (i) acrescer a proximidade de relação da MARL, SA com os seus clientes e restantes *stakeholders*; (ii) reforçar a atividade comercial, socioeconómica e ambiental da empresa; e, (iii) aumentar a notoriedade e *goodwill* do MARL enquanto equipamento público e plataforma de referência na cadeia agroalimentar e no sistema logístico alimentar e não alimentar, a nível nacional e internacional (produção, transformação, comercialização e distribuição).

Em 2022 foi dada continuidade à implementação do modelo de marketing institucional da MARL, SA, resultado das linhas gerais de orientação estabelecidas pelo Conselho de Administração e declinado, em particular, para iniciativas de comunicação do MARL.

Em termos de atividade de marketing institucional, destacaram-se ações nos domínios da identidade gráfica corporativa e comunicação *above e below the line* – imprensa escrita, sítio institucional, redes sociais, plataforma automática de marketing e anúncios rádio.

Neste âmbito há a destacar os seguintes momentos:

- Identidade gráfica corporativa

Em 2022, e em função da conclusão do Diretório do Mercado, procedeu-se à divulgação do mesmo junto dos atuais e novos operadores do Mercado.

Deu-se início, no final do ano, ao processo de substituição do totem/farol existente na entrada do Mercado, à entrada/saída perto do pórtico, tendo em vista a readequação da linguagem gráfica deste elemento de comunicação em função da identidade de comunicação definida para o MARL (por exemplo, em termos de logotipo do Mercado, indicação de áreas funcionais e frontões dos espaços comerciais).

- Eventos

O MARL acolheu, no dia 13 de maio, o lançamento internacional oficial da iniciativa 'Gosto do Meu Mercado' | 'Love Your Local Market', que contou com a presença de diversas entidades, incluindo os parceiros internacionais desta iniciativa. A campanha LYLM, que decorre habitualmente durante todo mês de maio, em Portugal, visa alcançar três objetivos principais:

- i) Reforçar a importância dos agentes de proximidade logística, operadores grossistas, retalhistas e pequenos e médios produtores no funcionamento da economia nacional e na garantia da sua independência e valor acrescentado;
- ii) Promover mercados locais grossistas e retalhistas como plataformas e instalações comerciais essenciais para a vida das cidades e para a valorização dos territórios rurais circundantes; e,
- iii) Afirmar a SIMAB e os seus mercados, como o MARL, como instrumentos de política pública para uma melhor integração entre produção, comércio, logística, planeamento territorial e desenvolvimento, mas também para destacar a sua conectividade com agentes socioeconómicos nacionais, municípios e instituições internacionais (como a WUWM) para promover a educação e a solidariedade alimentar.

O Grupo SIMAB – também com o MARL - participou na feira profissional *Fruit Attraction* realizada em Madrid, em outubro de 2022, integrada no stand da entidade PORTUGAL FRESH, no âmbito da promoção e divulgação dos Mercados Abastecedores portugueses. Nesta feira estiveram presentes mais de 1 700 empresas de 57 países, ligadas ao sector agroalimentar e, mais em particular, à produção e comercialização de produtos hortofrutícolas.



O Grupo SIMAB/MARL participou também na 'Mostra Loures Investe em Si', que decorreu no mês de outubro, evento dedicado aos domínios do emprego e empreendedorismo, organizado pela Câmara Municipal de Loures e que contou com diversas empresas e entidades de todo o Concelho.



• Vídeos promocionais

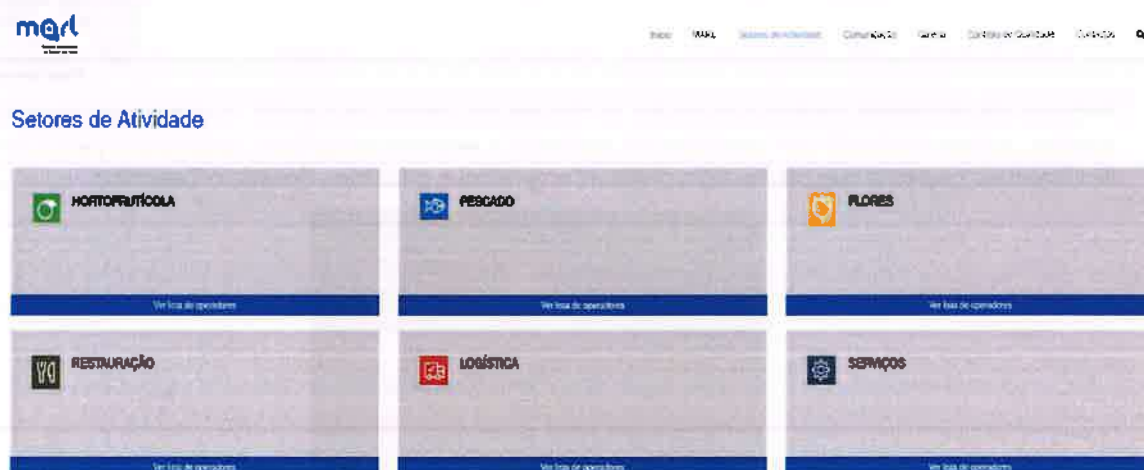
Durante o ano de 2022 foram partilhados nas diversas redes sociais do MARL (Facebook, LinkedIn, Instagram e Youtube) os vídeos promocionais de cada um dos quatro mercados do Grupo, produzidos no ano anterior, de forma a dar a partilhar o trabalho realizado junto dos operadores e seguidores nas redes sociais.



Foram partilhados quinze filmes relativos ao MARL: um filme de apresentação do Mercado como um todo e, complementarmente, catorze filmes com testemunhos diretos de operadores presentes no MARL.

- Sítio (*site*)

Ao longo do ano foram sendo atualizadas no sítio do MARL as informações sobre notícias do Mercado e do Grupo, bem como sobre o diretório interno, onde se pode encontrar informação sistematizada sobre cada um dos operadores que se encontram instalados neste Mercado Abastecedor.



- Redes sociais

Neste domínio, continuou a dinamização da atividade de comunicação institucional do MARL através das redes sociais, nomeadamente nas páginas oficiais presentes no 'Facebook' e 'LinkedIn' (principais), bem como o reforço das páginas de 'Instagram' e 'Youtube' através da inserção regular de conteúdos.

Além da divulgação de participações em eventos, encontros e reuniões de trabalho, procedeu-se à emissão de peças promocionais do Mercado e dos seus operadores, inserções em datas festivas ou

alusivas a datas especiais, notícias da União Mundial de Mercados Abastecedores (WUWM), bem como informações relacionadas com a atividade diária e regular do Mercado.

- Campanha "Portugal Sou Eu"

O Grupo SIMAB e a AIP - enquanto órgão operacional da campanha nacional "Portugal Sou Eu", coordenada pelo IAPMEI - mantiveram o protocolo de colaboração que prevê, no essencial, a adesão das empresas do Grupo - entre as quais a MARL, SA - ao programa, bem como a promoção e difusão conjuntas das iniciativas a levar a cabo no Mercado quadro desta campanha promocional de apoio à economia de base nacional (por exemplo, através da divulgação do logotipo da campanha junto dos operadores e, de modo próprio e/ou por via destes, em produtos e serviços disponibilizados no MARL).

5.4. ÁREA OPERACIONAL

A MARL, SA, responsável pela gestão do Mercado, da plataforma logística e de todas as suas infraestruturas, requer um bom funcionamento das suas áreas de suporte fundamentais, que vão desde a manutenção de edifícios e equipamentos, limpeza e recolha de resíduos, vigilância e segurança, cobertura do risco da atividade operacional e a todas as outras prestações de serviços complementares.

Ainda quanto aos prestadores de serviços, mantiveram-se os de limpeza exterior, da manutenção, limpeza interior. No que diz respeito ao Concurso Público prestação de serviços de segurança e vigilância, lançado em 2022, foi impugnado, pelo a Prestação de Serviços continua a ser assegurada pelo anterior Prestador de Serviços.

A equipa operacional da MARL, constituída por 7 elementos, efetua o acompanhamento da atividade dos operadores e compradores assim como procede à verificação das anomalias registadas ao nível técnico e de limpeza.

LIMPEZA E RESÍDUOS - No âmbito do acompanhamento da execução do contrato celebrado com prestador de serviços de limpeza exterior e remoção de resíduos sólidos, consolidaram-se os valores de reciclagem/valorização no Mercado, alcançando-se uma taxa global de cerca de 39,4% de taxa de recicláveis, que em 2021 era de cerca de 33,9%. A atual taxa de recicláveis, decorre da consolidação do funcionamento da Eco Área, assim como da rota de orgânicos,

SEGURANÇA - No sentido de assegurar o normal funcionamento do MARL, assim como proporcionar aos utentes do Mercado uma maior perceção de segurança, mantivemos, os elementos gratificados da GNR, serviço iniciado em contexto da Pandemia Covid 19. A presença destes elementos resultou numa melhoria das condições de funcionamento do Mercado e das ações de fiscalização, por poderem atuar em matérias que, em algumas circunstâncias, se encontram vedadas à equipa operacional do MARL e à de segurança.

MAPS E FORMAÇÃO EM MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO - Com objetivo de melhorar as condições de resposta a possíveis situações de emergência, foi contratualizada, e teve início, a atualização das Medidas de Autoproteção e Segurança Contra Incêndios e as correspondentes ações de sensibilização e formação dos colaboradores e prestadores de serviços.

Prevê-se a conclusão deste processo no primeiro trimestre de 2023.

INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - Ao nível das intervenções de reposição da capacidade produtiva dos equipamentos e instalações da MARL, SA, no ano de 2022, destacamos as seguintes intervenções:

- Reparação dos *Chiller* do Pavilhão A05, A08 e A06;
- Aquisição de novos contentores para deposição de resíduos;
- Aquisição de unidades de Ar condicionado, Piso 2 do NAC;
- Aquisição de fechaduras para as grades de enrolar;
- Aquisição de material de iluminação;
- Aquisição de tampas e grelhas;
- Aquisição de cortinas rápidas (Pavilhão R02)
- Instalação de 2 novas unidades de climatização no polo técnico do piso térreo do NAC;
- Conclusão da construção do novo edifício da CRE – edifício dos prestadores de serviços do MARL;
- Conclusão dos trabalhos de instalação do *FoodLab* (parceria com o LouresInova);
- Continuação da reparação das juntas de dilatação do NAC;
- Reformulação da iluminação nos gabinetes e salas de trabalho do piso 2 do NAC , Hall de entrada e galeria comercial exterior. Em 2023 prevemos a conclusão da substituição da iluminação por equipamento LED;
- Alteração da iluminação das cabines dos ascensores do NAC – iluminação Led, com sensores de movimento;
- Trabalhos de reparação na rede viária do MARL – reparações pontuais ao nível do betuminoso e das infraestruturas;
- Requalificação dos espaços verdes de composição do sistema viário;
- Início dos trabalhos de reabilitação da célula 2 do reservatório de água (conclusão dos trabalhos no primeiro trimestre de 2023);
- Início dos trabalhos de reabilitação da cobertura do pavilhão A05 e núcleos de comunicação vertical dos restantes pavilhões (conclusão dos trabalhos no primeiro trimestre de 2023);
- Realização de inspeção vídeo da conduta localizada a Sul do Pavilhão A01 e área envolvente do Pavilhão R07/pescado, com a identificação de anomalias que terão de ser intervencionadas em 2022;
- Continuação do processo de Atualização das Medidas de Autoproteção/MAPs e formação aos colaboradores – a implementar no início de 2023;
- Início dos trabalhos de manutenção dos PT's do MARL, com a substituição de equipamentos (intervenção profunda ao nível de equipamento);
- Trabalhos de reabilitação do espaço localizado no topo norte do R07 (antiga fábrica do gelo);
- Trabalhos de reabilitação do interior do pavilhão R07 (pintura de alvenarias, reparação e pintura das proteções mecânicas e reparações pontuais ao nível do pavimento);
- Reparação do pavimento betuminoso e pinturas das vias de circulação do MARL - sinalética e áreas de estacionamento;

- Remoção da divisória instalada no pavilhão CC para unificação da ala norte e sul do edifício para a S4Y;
- Trabalhos de reabilitação do edifício B01 (restauração) – cobertura, sistema de drenagem e vãos do edifício;
- Reforço do sistema de CCTV do mercado – aquisição de novos equipamentos (camaras) como reforço dos sistemas de videovigilância do mercado.

REGULAMENTO INTERNO DO MERCADO - O Regulamento Interno do Mercado (RI) foi revisto em junho de 2020 e, embora mantendo uma estrutura similar à anterior versão, sofreu alterações no que diz respeito às regras de deposição de resíduos, às penalidades e às normas de acesso e estacionamento.

O RI aplica-se à universalidade do Mercado, devendo submeter-se às suas disposições todos os utentes que nele exercem qualquer tipo de atividade, a título permanente ou temporário.

A fiscalização do cumprimento do RI é assegurada, em primeira linha, pelos técnicos operacionais e pela equipa de segurança, que diariamente lidam com os operadores, fornecedores e seus clientes.

Em 2022, foram aplicados 13 registos de ocorrência (36 em 2021).

5.5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Em 2022, a área de Sistemas de Informação deu continuidade ao plano que visa alcançar uma gestão eficiente dos equipamentos e serviços que lhe estão afetos, numa perspetiva de grupo e com enquadramento na prestação de serviços da MARL, SA à SIMAB, SA, e, por inerência, a todas as empresas do Grupo.

Do conjunto de iniciativas e atividades realizadas, destacam-se:

- Gestão dos serviços DNS ("*domain name services*") do domínio MARL.PT; gestão dos serviços internos de DNS do domínio MARL.PT; manutenção/inserção de informação interna na intranet; "*help desk*" aos sistemas de informação; apoio aos utilizadores da Plataforma Eletrónica de Contratação; "*updates*" e "*upgrade*" do ERP Primavera; "*updates*" e "*upgrade*" do Sistema de Gestão de Contratos; "*updates*" do "*firewall*"; atualização do antivírus no Grupo SIMAB; licenciamento "Microsoft", que abrange o licenciamento das componentes de servidor, de servidor de correio, de servidor de base de dados e de gestão de rede. No que diz respeito a "*desktop's*", abrange o sistema operativo, a "*suite*" de aplicativos para escritório e ligação aos servidores;
- Aquisição de equipamentos periféricos para reforço da atividade dos colaboradores, nomeadamente, novos monitores, ratos ergonómicos;
- Arranque da plataforma de faturação eletrónica;
- Instalação de novos equipamentos de climatização dos polos técnicos do piso térreo e do piso superior do NAC.
- Instalação de uma nova UPS de apoio à rede de emergência/rede socorrida do piso 2 do NAC.
- Aquisição de novo software: Panorama_Central Management Software (*firewalls*) e *IoT Security* (monitorização da rede ao nível da segurança)
- A gestão da segurança da rede através do Panorama (gestão centralizada), permite a criação de políticas consolidadas, com funcionalidade líder do setor e uma base de regras

eficiente, obtendo informações sobre o tráfego e ameaças em toda a rede do Grupo SIMAB.

- O *IoT Security* gera automaticamente recomendações e políticas de segurança para controlar o tráfego de dispositivos, bem como a criação automática de atributos para os vários equipamentos/dispositivos que serão aplicados nas políticas de gestão das *Firewalls*.
- Elaboração de Plano de Transformação Digital para o próximo triénio.

5.6. EFICIÊNCIA DE RECURSOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A MARL, SA prosseguiu os seus esforços para reduzir os impactos ambientais resultantes da atividade do Mercado. Alinhada com a política do Grupo SIMAB, manteve o acompanhamento das temáticas relativas à eficiência de recursos, designadamente os procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos de energia e de água.

Neste contexto, em 2022, destaque para a consolidação do funcionamento diário da 'Eco-Área' do MARL, para a qual diariamente os retalhistas (compradores) que acedem ao Mercado são direcionados, de modo a aí depositarem eventuais resíduos nos contentores separativos que aí se encontram (papel/cartão, madeiras, plásticos, indiferenciados), bem como para o reforço da rota de orgânicos e alargamento da recolha seletiva aos operadores mais relevantes, designadamente os instalados na plataforma superior.

Desde 2020 que tem sido relevante a eficiência criada neste processo de depósito, seleção e triagem, recolha e transporte, tendo sido criados hábitos e mudanças comportamentais bastante positivos junto dos operadores e seus clientes, quer promovendo a higio-sanidade e qualidade geral do espaço de Mercado, quer potenciando a operação e reduzindo os custos de limpeza.

Estas ações permitem melhorar a eficiência operacional e a monitorização do desempenho da atividade, nas suas diferentes componentes operacionais, e garantir acrescidos níveis de serviço e governabilidade, para além da prossecução dos objetivos de responsabilidade ambiental.

Os indicadores de 2022, relativos à eficiência dos recursos são, na sua generalidade, positivos face ao ano 2021, com destaque para os indicadores relativos aos resíduos, sendo notórios os resultados do investimento na que permitiu maior eficiência na recolha e seleção de resíduos suscetíveis de recuperação e valorização.

INDICADORES	2020	2021	2022	Δ% 22/21
Água: Consumo efetivo na atividade* (m ³)	48.990	51.029	42.402	✓ -17%
<i>Indicador Eficiência Água Vol Neg (m³/m€) ⁽¹⁾</i>	3,6	3,8	3,1	✓ -18%
Energia MT: Consumo excluindo redébitos aos Operadores (MWh)	3,4	3,0	2,7	✓ -10%
<i>Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€) ⁽²⁾</i>	246,9	222,2	197,7	✓ -11%
Resíduos Reciclagem/Recuperação [RRR]: (ton) ⁽³⁾	1.078	2.003	2.435	✓ 22%
<i>Indicador RRR no total de Resíduos Mercado (%)</i>	17%	34%	39%	✓ +5,6 p.p
Investimento: Investimento Eficiência de Recursos - IER (m€)	252	194	69	✗ -64%
<i>Indicador Peso IER no InvesTotal, s/ Invest Expansão (%)</i>	23%	18%	14%	✓ -3 p.p

* excluindo redébitos aos Operadores e abastecimento de Bombeiros em incêndio nas proximidades do MARL (1.000 m³) em 2021

⁽¹⁾ metro cúbico por milhares de volume de negócios (recorrente)

⁽²⁾ kilo watt hora por milhares de volume de negócios (recorrente)

⁽³⁾ Recicláveis [Papel/Cartão; Plástico/Filme; Vidro] + Orgânicos [Reutilizáveis p/ Energia e na agricultura] + Pescado rejeitado [Transformação em Subprodutos cat.3]

Mantiveram-se ativos dois pontos distintos de carregamento de baterias de veículos elétricos nos parques de estacionamento do MARL, contribuindo para um Mercado Abastecedor cada vez mais verde e ecológico, sustentável com soluções amigas do ambiente.

Instalação de pontos de carregamento próprios, por parte de operadores do mercado, no espaço de estacionamento previsto contratualmente, para as frotas de viaturas.

Este incentivo à mobilidade elétrica é um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética no transporte, com soluções para os seus clientes, ou potenciais clientes, com viaturas elétricas que, através de cartão, de acesso aos postos de acesso público da Rede, de comercializador de eletricidade para a Mobilidade elétrica (CEME), terão acesso a carregamento rápido ou semi-rápido, dentro das instalações do MARL, que passa a estar identificado como local na rede Mobi.E.

As ações desenvolvidas fortalecem o objetivo estratégico de posicionar o MARL como uma plataforma logística cada vez mais eficiente, ambientalmente sustentável e, através das potenciais poupanças na racionalização dos consumos, alavancar ainda mais o seu crescimento económico.

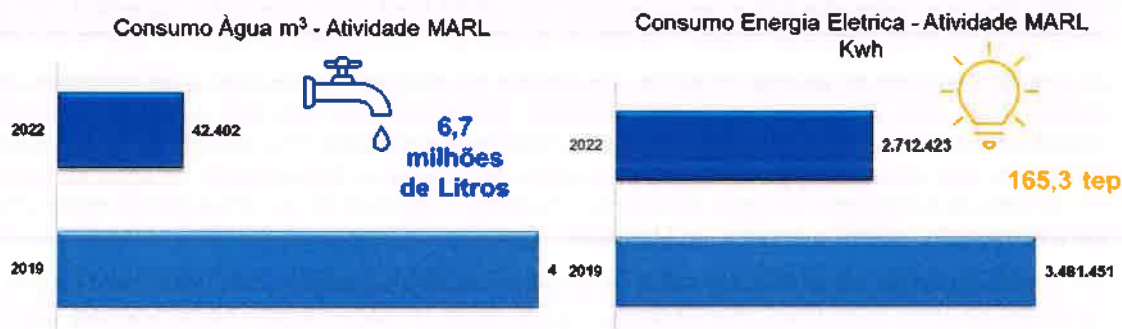


Alinhada com os objetivos globais do ECO.AP 2030, do Plano Nacional Energia e Clima 2030, a MARL e as restantes empresas, no cumprimento da RCM n.º 104/20, de 24 de novembro através dos gestores de energia e recursos (GER), designados, procedem ao registo dos dados referentes às instalações e frotas, bem como

consumos de energia, água, materiais, entre outras informações, no portal Barómetro ECO.AP, utilizando as funcionalidades disponibilizadas, sendo a monitorização efetuada por este portal.

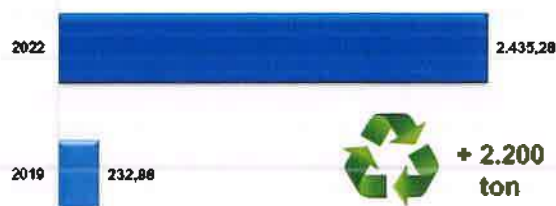
Por Despacho do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia³, área governativa das empresas do Grupo SIMAB, foram estabelecidos os objetivos e/ou metas para o triénio 2022 -2024, tendo por referência o ano de 2019.

O desempenho, durante o ano 2022, revela o alinhamento da MARL com as orientações da tutela setorial e com os objetivos constantes do Plano Nacional Energia e Clima 2030.

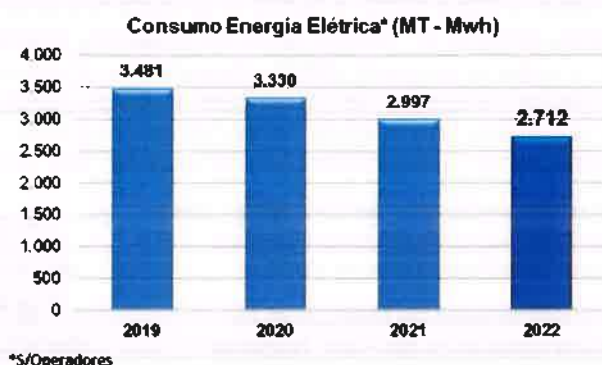


³ Despacho n.º 1475/2022, de 7 de fevereiro de 2022

Reciclagem/Valorização Eco-Área MARL
Ton



RECURSOS ENERGÉTICOS - Em linha com metas nacionais, o Grupo SIMAB tem vindo a promover, nos últimos anos, a dinamização de medidas que fomentem a redução dos consumos de energia, através da eficiência na utilização dos recursos.



Em 2022, o consumo de energia elétrica (média tensão) efetivo do MARL⁴ atingiu os 2.712 Mwh, registando um decréscimo de 10% face a 2021.

No âmbito da eficiência energética, da redução e racionalização de consumos, as ações já implementadas ao longo dos últimos anos têm permitido que o MARL apresente, anualmente, reduções do consumo de energia conforme verificado no gráfico representado.

O consumo de energia elétrica é indissociável da atividade do Mercado, constituindo uma parcela substancial dos custos, com um peso significativo nos fornecimentos e serviços externos, ainda mais com este custo agravado, em 2022, decorrente do efeito bastante negativo da alta de preços provocada pela situação de guerra na Ucrânia.

O perfil de consumo de energia do MARL, decorrente da atividade do Mercado e do complexo do tipo industrial em que a mesma se realiza, assenta, essencialmente, em três grandes componentes consumidoras de energia e responsáveis pelos consumos registados: (i) o sistema de "avac" existente na maioria dos pavilhões; (ii) o consumo de energia decorrente do fornecimento de água ao Mercado, no sistema de bombagem de água da estação elevatória e de bombas de circulação do reservatório; e (iii) a iluminação, interior e exterior, do Mercado.

Em alguns pavilhões hortofrutícolas existiu a necessidade de intervencionar as unidades de AVAC que careciam de uma manutenção/beneficiação, tendo estas unidades ficado inoperacionais durante o tempo necessários às suas intervenções, mas que se espera resulte em eficiências futuras (menos arranques, minimização de picos de consumo de energia).

É importante referir esta redução de energia também se deve à formalização de contratos de fornecimento de energia por parte de alguns operadores, que estavam dependentes do nosso fornecimento para a sua atividade até que estivessem reunidas as condições necessárias para essa formalização, sendo este custo repassado todos os meses.

Ainda em 2022, foi dada continuidade à substituição de iluminação, na zona de escritórios do Piso 2 do Edifício NAC e projetores exteriores neste mesmo edifício, por iluminação de baixo consumo.

⁴ Deduzido de Repasses de energia a uma minoria dos clientes, restantes estabelecem contrato direto com fornecedor de energia.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

RECURSOS HÍDRICOS - A MARL, SA tem vindo a implementar medidas de racionalização do consumo de água, medição correta dos consumos a repassar, controlo da sua utilização e sensibilização de todos os intervenientes para a necessidade de otimizar o consumo deste recurso natural essencial.

De entre os procedimentos e equipamentos para racionalização do consumo de água, importa destacar os seguintes:

- Monitorização através de "software" de monitorização e gestão de consumos hídricos e energéticos (telemetria), o que permite uma maior eficiência operacional, quer na recolha de dados de faturação, redébito dos consumos aos operadores, quer no armazenamento dos mesmos, e essencialmente pela eficiência na implementação de medidas e ações corretivas para evitar desperdícios de água e melhor racionalização deste recurso;
- Monitorização técnica de verificação de equipamentos de medição dos consumos de água;
- Reabilitação dos reservatórios existentes no MARL, cuja estrutura indicava possíveis perdas de água;
- Controlo e sensibilização junto do prestador de serviços relativamente à água utilizada para limpeza de pavilhões, recinto, contentores e veículos destinados ao transporte de resíduos;
- Racionalização ainda mais reforçada, com consumo zero, da gestão da rega dos espaços verdes, face aos indicadores de seca extrema conhecidos e seguindo as orientações ministeriais (Ambiente e Agricultura);
- Substituição de algumas espécies, por espécies com necessidades hídricas mais reduzidas, em trabalho realizado no âmbito da valorização e requalificação dos espaços verdes existentes no Mercado, estando a promover a biodiversidade;
- Acompanhamento de utilizações indevidas da rede de incêndios, procedendo a verificações regulares da violação da selagem efetuada aos hidrantes.



Durante o ano de 2022 foram consumidos um total geral 104 179 m³ de água da rede de abastecimento, sendo que foram efetuados redébitos aos operadores no valor de 61 777 m³, o que representa cerca de, 59% do total de água consumida no Mercado e que decorre do uso direto dos operadores nos seus espaços, consumo que lhe é debitado na exata proporção do seu consumo, através de registos em contadores individualizados.

Apenas 41% (42 402 m³) dizem respeito à atividade do MARL, nomeadamente na limpeza e lavagem das zonas comuns (interior dos pavilhões e vias) e disponibilização nas instalações.

Em 2022, sem descuidar os níveis de limpeza, quando comparado com 2021, foi possível reduzir o consumo de água em cerca de 18%, devido ao reforço da monitorização diária e da verificação de equipamentos de medição.

RESÍDUOS - A recolha de resíduos indiferenciados, orgânicos e recicláveis no MARL é assegurada pelo prestador de serviços de limpeza exterior do Mercado.

No caso dos resíduos orgânicos e indiferenciados a recolha é diretamente entregue nas centrais de tratamento externas. O cartão, madeira e plástico têm por destino a Eco Área instalada no Mercado.

As operações de limpeza exterior e transporte de resíduos são ainda complementadas pela operação de entidade, através da recolha de esfervite no pavilhão do pescado, e por uma terceira entidade que assegura o transporte e tratamento dos resíduos valorizáveis depositados na Eco Área, (cartão, plástico, madeira e vidro), existindo contentores específicos para cada tipologia de resíduos.

Neste âmbito, consolidaram-se os valores de 'Resíduos Reciclagem/Recuperação' [RRR] ⁵ no Mercado, alcançando-se uma taxa global de cerca de 39,43%, sobre o total de resíduos "produzidos", decorrentes da atividade que, em 2021, era de cerca de 33,86%. Este crescimento, decorre da consolidação do funcionamento da Eco Área, assim como do reforço rota de orgânicos.

Este crescimento decorre, para além da consolidação do funcionamento da Eco Área e reforço da rota de orgânicos, das ações que a MARL tem vindo a introduzir no sistema de recolha e tratamento de resíduos "produzidos" e decorrentes da atividade dos seus Operadores, das quais se destacam, em 2022:

- Disponibilização de contentores específicos para a deposição de plástico/filme aos grandes produtores deste tipo de resíduos, sendo os mesmos recolhidos diariamente e encaminhados para a Eco Área;
- Instalação de 5 Eco Boxes, junto às unidades de restauração, para a deposição seletiva de cartão, plásticos e vidro, sendo efetuada a recolha dos contentores 3 vezes por semana.
- No último semestre de 2022, e decorrentes das diversas rotinas que foram sendo criadas, com o objetivo de procedermos a uma recolha de resíduos cada vez, mas eficiente e seletiva, foi reforçada a equipa de limpeza exterior e de recolha de resíduos, com 2 cantoneiros adicionais, cuja principal função é proceder à seleção de resíduos recicláveis, no período da manhã, em especial cartão, em simultâneo com a recolha de resíduos indiferenciados depositados nas ilhas localizados junto aos Pavilhões de Hortofrutícolas. O segundo cantoneiro adicional, reforça a equipa da tarde, e inicia a recolha de cartão ainda durante o horário de funcionamento do Mercado, em particular na Plataforma dos Álamos.

De referir, ainda, que prosseguiu o contrato com uma entidade, para utilização de uma box no pavilhão do pescado, tendo em vista proceder à recolha da esfervite produzida pelos operadores e compradores durante o horário de venda do pavilhão.

Tal medida permitiu recolher, diretamente, cerca de 44 toneladas de esfervite, diminuindo substancialmente o esforço de limpeza desta área do MARL.

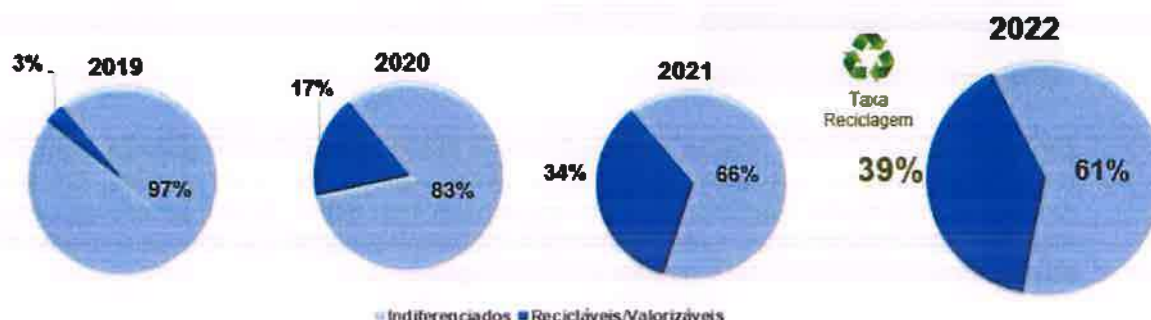
É ainda assegurada a recolha de pescado rejeitado desnaturado, através de uma empresa devidamente licenciada para a transformação de subprodutos de baixo risco de origem animal, de categoria 3. Os subprodutos são conservados em câmaras de refrigeração disponibilizadas pela MARL, SA, em contentores próprios fornecidos pela empresa responsável pela sua recolha, que procede à sua higienização após cada descarga.

⁵ Recicláveis [Papel/Cartão; Plástico/Filme; Vidro] + Orgânicos [Reutilizáveis p/ Energia e na agricultura] + Pescado rejeitado [Transformação em Subprodutos cat.3]

Decorrente da atividade da MARL, em particular da atividade dos Operadores no Mercado, durante o ano 2022 foram produzidos/recolhidos resíduos num total de 6 175 toneladas. O que se traduziu num aumento global de produção de resíduos, no entanto verificou-se uma diminuição ao nível dos resíduos indiferenciados, 171,46 toneladas, o que permite um impacto positivo na vertente financeira associada à gestão de resíduos. No que diz respeito aos resíduos orgânicos, o saldo também foi positivo, em 2021 a percentagem de orgânicos foi de 22,49% e em 2022 de 28,01%.

No global, a taxa de reciclagem/valorização anual aumentou, face ao anterior, de cerca de 5,6 pontos percentuais, tendo sido recicladas/valorizadas cerca de 2 435 toneladas de resíduos, sendo que destes 71% dizem respeito a resíduos orgânicos, 16% a papel/cartão e os restantes com menor expressão, mas igualmente importantes, que no seu conjunto representaram cerca de 13% dos valorizáveis, onde constam o plástico, a madeira, o vidro, a esferovite e os subprodutos do pescado.

Infra a evolução dos resíduos do MARL, fortemente impactada pelo início do funcionamento da Eco Área e da recolha de resíduos orgânicos "porta a porta":



5.7. PROVEDOR DO CLIENTE

O Conselho de Administração da MARL, SA manteve em 2022 a figura do Provedor do Cliente, de modo a dar continuidade a um contacto mais personalizado com o cliente, o que agiliza o tratamento, análise, encaminhamento e resposta das reclamações recebidas.

Em 2022, registou-se um total de 20 reclamações, das quais 35% provenientes dos pavilhões hortofrutícolas, 20% do setor do pescado e as restantes de outros utentes do Mercado. Houve o registo de 1 (uma) reclamação efetuada diretamente no IMPIC, que também foi respondida diretamente no site.

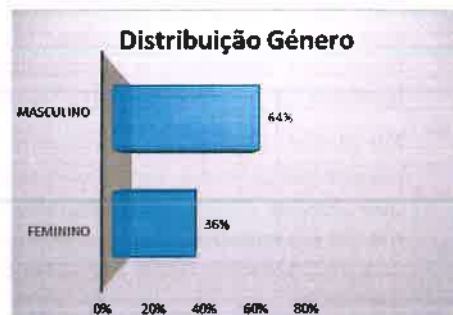
Quanto ao registo global de reclamações, embora se verifique um acréscimo global de 30% relativamente ao ano anterior, cerca de 30% são reclamações de utentes do mercado. Das restantes, com mais incidência registam-se as da manutenção com 30%, limpeza com 25%, pátio com 15%, e as relativas ao serviço de segurança, com 30%.

O tratamento das reclamações continua a ser individualizado, consoante o assunto, sendo a resposta enviada ao respetivo reclamante, tão breve quanto possível.

5.8. CAPITAL HUMANO

A 31 de dezembro de 2022 a MARL, SA empregava um total de 25 trabalhadores, dos quais 1 trabalhador está com licença sem vencimento e outro trabalhador está cedido.

Da análise da sua distribuição por género resulta que 36% eram do género feminino e 64% do género masculino, salientando-se que três cargos de direção de primeira linha são desempenhados por mulheres.



A antiguidade média dos trabalhadores da MARL, SA é de 18 anos, sendo que 72% do total estão na empresa desde a sua constituição.

Em 2022 deu-se a maior rotação de trabalhadores desde há vários anos para cá, com a entrada de 3 novos quadros, que substituíram outros tantos, saídos por vários motivos. Entraram uma jurista, um engenheiro eletrotécnico e um engenheiro informático. Foram processos demorados, atendendo às características atuais do mercado de trabalho, sendo que apenas no último trimestre do ano foi possível completar o quadro de substituições.



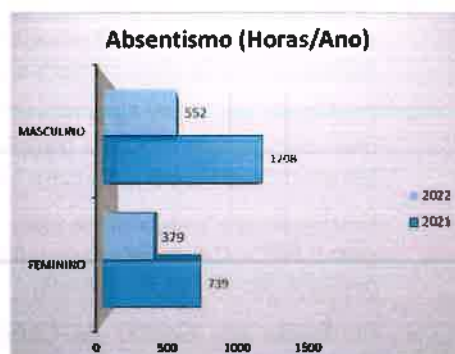
A idade média dos trabalhadores é de 47 anos, sendo que apenas seis deles (24%) encontram-se em faixas etárias com menos de 45 anos. Refira-se que 50% desses seis entraram este ano, com o processo de substituição acima referido, permitindo assim um rejuvenescimento das equipas.

Relativamente a habilitações literárias, dez (40%) dos 25 trabalhadores frequentaram cursos superiores, sendo quatro deles do género feminino, enquanto oito (32%) se ficaram pelo ensino secundário.

✓
B
C
M

Em 2022, o absentismo registou um total de 931 horas, representando cerca de 2% do tempo potencial de trabalho (face aos 4% de 2021). Do total de horas de absentismo, 2% decorreram de doença com baixa médica. Face ao ano transato, registou-se assim uma diminuição do número de horas de ausência ao trabalho de 48%.

Em 2022, a SIMAB, SA continuou a apoiar a MARL, SA nas áreas dos recursos humanos, sistemas de informação, financeira, jurídica e área técnica, trabalho que se estende a todas as empresas a que a esta presta serviços.



Relativamente à análise dos indicadores, para 2022, de igualdade de género, absentismo, horas de formação e valores de remuneração, registaram-se os seguintes que se apresentam de seguida.

Indicadores	Mulheres	Homens
N.º Trabalhadores	9	16
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	36%	64%
N.º Horas Absentismo	379	552
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	41%	59%
Total Horas Formação	385	184
N.º trabalhadores abrangidos	9	14
<i>% Género (N.º Horas Formação M/H)</i>	68%	32%
Retribuição Base Anual	194.356	177.013
<i>Rácio da retribuição base - Trabalhadores (M/H)</i>	52%	48%
Remunerações Totais Anuais (€)	275.831	261.180
<i>% remunerações totais anuais - Trabalhadores (M;H)</i>	51,4%	48,6%
Remuneração Total Anual média/colaborador (€)	30.648	16.324
<i>Rácio da remuneração total - Trabalhadores (M/H)</i>	187,7%	

FORMAÇÃO

No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, no que respeita a políticas de valorização do conhecimento e capacitação profissional, em 2022 registou-se um total de 569 horas de formação na MARL, SA, a qual envolveu 23 trabalhadores da empresa em oito ações de formação.

Fase ao ano transato, registou-se uma diminuição de 28% no número anual de horas de formação.

Importa referir a realização das seguintes:



- Formação em informática ('Excel Intermediário'), ministrada pela AERLIS num total de 20 horas e com participação de nove trabalhadores, com o objetivo de capacitar os trabalhadores de ferramentas essenciais às funções correntes de gestão desenvolvidas.
- Formação em informática (Excel Avançado), ministrada por Andréa Santos num total de 25 horas e com participação de seis trabalhadores, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos nesta ferramenta tão importante para tarefas do dia-a-dia.
- Formação em 'Laboratórios para a Igualdade e Não Discriminação no Local de Trabalho', promovida pelo CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, com duração de 58 horas e participação de um trabalhador.
- Formação em 'Gestão de Canais de Denúncia' (*whistleblowing*), promovida pela Pontual – IT Business Solutions, com duração de uma hora e participação de uma trabalhadora.
- Formações diversas promovidas pela Ordem de Contabilistas Certificados, no total de 56 horas, para um total de três trabalhadores.
- Formação em cibersegurança, no total de três horas, promovida pela NAU, com participação de 10 trabalhadores.
- Formação em 'Contratação Pública – Peças Procedimentais', ministrada pela CEACP – Comité de Estudos e Auditoria em Contratação Pública, num total de 17,5 horas, com a participação de uma trabalhadora.
- Formação em Segurança contra incêndios, ministrada pela SENILIFE, num total de seis horas, com a participação de 21 trabalhadores.
- Formação em Prestação de Contas no Sector público, ministrada pela Miroma, num total de 7 horas, com a participação de 2 trabalhadores.

TELETRABALHO

Ao longo do ano 2022 a MARL, SA, na sequência da evolução do quadro de saúde pública relacionado com a Pandemia/Epidemia Covid-19, fomos considerando as recomendações emanadas pelo Serviço Nacional de Saúde, como tal, fomos gradualmente ajustando a realidade do Teletrabalho, de forma a salvaguardar a saúde dos trabalhadores, mas também assegurando o funcionamento interrupto do Mercado, adotando regimes flexíveis que permitam, sempre as funções sejam compatíveis, aproveitar a experiência relatada positiva pelas Direções (mesmo que o Teletrabalho já não tivesse qualquer tipo de orientação legal, ainda que sob a forma de recomendação).

Verifica-se que no ano de 2022, o Teletrabalho representou 15% do total de horas de trabalho (comparando com o correspondente a 29% de 2021, onde em todo o ano o teletrabalho oscilou entre o obrigatório e o recomendado pelas entidades oficiais).

CONVERSAS À VOLTA DO MERCADO

Numa política de valorização dos recursos humanos da MARL, SA, do modelo de gestão e daqueles que são os objetivos, desígnios e resultados dos trabalhos desenvolvidos no Mercado Abastecedor, foi mantida a participação de todos os trabalhadores, com o intuito de valorização profissional, partilha de experiências, conhecimentos e convívio entre todos, designada "Conversas à Volta do Mercado".

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em 2022, 10 trabalhadores realizaram exames médicos, a generalidade exames periódicos de rotina,

de acordo com o previsto em função da idade; um trabalhador realizou exames ocasionais, decorrentes de baixa médica prolongada. Foi efetuada visita e análise das condições de trabalho por entidade certificada, não tendo daí decorrido qualquer anomalia ou falha relevantes.

A atividade da MARL, SA exige dos trabalhadores, designadamente daqueles afetos à área técnica e operacional, a execução recorrente de tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano. Para tal, a empresa faculta fardamento adequado ao clima e à estação do ano, de acordo com exigências estabelecidas na legislação relativa ao equipamento de proteção individual e de segurança (EPIS).

SEGUROS NO TRABALHO

A MARL, SA proporciona a todos os seus trabalhadores um seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como facultar acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde. Quanto ao seguro de acidentes de trabalho, conforme obrigatoriedade legal, todos os trabalhadores estão abrangidos.

Este ano, verificou-se apenas um incidente, no âmbito dos acidentes de trabalho, que despoletou o acionar do respetivo seguro, originando a ausência do trabalhador em 128 horas de trabalho.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL



PROGRAMA 5 AO DIA – A MARL, SA, enquanto associado fundador, colabora e acompanha a atividade da Associação 5 ao Dia desde a sua implementação no ano letivo 2006/2007, tendo este ano comemorado catorze anos de existência.

O Programa 5 ao Dia, enquanto expressão da atividade da Associação 5 ao Dia, tem por objetivo a promoção do consumo diário de, pelo menos, cinco porções de frutas e legumes, junto de crianças em idade escolar e, mais recentemente, junto dos seniores, de modo a potenciar uma alimentação saudável e promover a alteração de hábitos alimentares com vista à promoção de estilos de vida

saudáveis, contribuindo para a prevenção de diversas doenças crónicas associadas à alimentação.

Com base na evidência científica, que nos relembra que o consumo insuficiente dos hortofrutícolas é considerado fator preponderante no aparecimento de doenças não transmissíveis, o 'Programa 5 ao Dia' vê assim reforçada a sua pertinência a nível nacional, decorrendo as suas atividades nas instalações dos Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB, nomeadamente no MARL. Aqui, são desenvolvidas diversas atividades lúdicas-pedagógicas que permitem, a todos os participantes, o contacto direto com os hortofrutícolas, estimulando o interesse e o gosto pelo seu consumo, culminando com a visita guiada ao Mercado, possibilitando o conhecimento do seu funcionamento e dos espaços onde se comercializam os diversos produtos hortofrutícolas. Associadas a esta vertente estão as emblemáticas atividades práticas, didáticas e criativas, adaptadas às diversas faixas etárias.

A par dos Mercados Abastecedores geridos pela SIMAB (Lisboa, Braga, Évora e Faro), são ainda associados desta entidade o Mercado Abastecedor da Região de Coimbra; Vitacress – Comercialização de Produtos Hortícolas, SA; Horta Caramela; Rijk Zwaan; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Eporifrutas; SABSEG – Corretor de Seguros e Two4three – Investments, SA., tornando-se, este último, o mais recente associado efetivo, após a assinatura do protocolo de colaboração, exercendo a sua atividade na produção frutícola e florestal, reiterando, desta forma,

a sua estratégia de responsabilidade social.

Todos estes parceiros têm como principais objetivos a divulgação da mensagem '5 ao Dia', através de suportes de comunicação disponíveis nas referidas instituições e realização de ações conjuntas de sensibilização comunitária, perspetivando o crescimento da Associação a nível nacional e consequentemente a promoção dos Mercados Abastecedores.

Este ano letivo, ainda que limitado, no primeiro semestre, pela continuidade da pandemia, o que originou receio na marcação de visitas ao exterior, bem como desmarcações inesperadas, o funcionamento da Associação 5 ao Dia no último trimestre do ano 2022, que coincidiu com início do ano letivo 2022/2023 e com o alívio das medidas de contingência, deu grandes sinais de retoma à normalidade, tendo suscitado bastante interesse e uma grande adesão à marcação de visitas ao Programa 5 ao Dia no MARL por parte das escolas de toda a Área Metropolitana de Lisboa.

De igual forma, e com as devidas adaptações das atividades ao contexto de sala de aula, a ida do Programa 5 ao Dia às escolas (opção inovadora inaugurada em contexto de pandemia) pautou-se por ser uma alternativa que reuniu bastantes apoiantes, mitigando algumas limitações associadas às deslocações das escolas, sendo uma opção que passará a ser parte integrante das ofertas disponibilizadas pelo Programa, permitindo atingir uma maior abrangência.

Paralelamente a estas atividades, foram igualmente desenvolvidas algumas iniciativas individuais, das quais se destacam a parceria "sazonal" desenvolvida com a organização de produtores de kiwi da região centro de Portugal – Kiwicoop – tendo a mesma disponibilizado uma quantidade generosa de kiwis, que permitiu à Associação 5 ao Dia a realização de sessões temáticas, relacionadas com esta fruta, as suas variedades e vantagens do seu consumo, junto de crianças frequentadoras de colónias de férias. Estas sessões temáticas permitem dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante o ano letivo na educação alimentar das crianças, tendo como objetivo proporcionar uma ocupação saudável das férias escolares, levando a cabo atividades adaptadas de acordo com a temática em questão, proporcionando sessões lúdicas e divertidas aos participantes, possibilitando estender as ações do 5 ao Dia para lá do calendário do ano letivo, permitindo dinamizar as atividades dos ATLs e das colónias de férias.

Ainda este ano, há ainda a salientar a dinamização do protocolo de colaboração celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o que permitiu retomar as visitas do 5 ao Dia destinadas aos seniores. Contando com a participação de seniores provenientes de vários centros de dia de Lisboa, foi possível realizar sessões com vários ensinamentos, muita fruta à mistura, terminando com a visita guiada ao mercado abastecedor, lembrando que a importância das 5 porções de hortofrutícolas é transversal a todas as idades.

Atestando a informação acima exarada, que se revela o prenúncio de uma retoma auspiciosa do funcionamento habitual do Programa 5 ao Dia, destacam-se as 2 258 crianças abrangidas em 2022 pela sua mensagem, oriundas dos vários estabelecimentos de ensino da Área Metropolitana de Lisboa. Destas, 2 092 foram recebidas no MARL e 166 foram contempladas com a ida do Programa 5 ao Dia às escolas. Destacam-se, também, os 89 seniores que tiveram a oportunidade de visitar o Programa no MARL.

Refira-se que desde o início desta iniciativa já participaram na visita ao Programa 5 ao Dia no MARL mais de 45 000 participantes.

7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente e as condições financeiras dos clientes.

Risco de Liquidez – A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo⁶, constituída por empréstimos de médio/longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos.

A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

⁶ Em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho⁶ favorável ao pedido de exceção deste regime⁶, autorizando assim o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de papel comercial, com compromissos de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

Os montantes apresentados no quadro são os fluxos de caixa contratuais a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos):

milhares de euros	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	4 183,0	10 717,8	0,0

Risco de taxa de juro – A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, SA ao risco de fluxos de caixa. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro⁷.

Risco de câmbio - A empresa não se encontra sujeita ao risco de taxa de câmbio.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económico-financeira sintetiza os resultados, assim como a situação patrimonial e financeira, da MARL, SA, a 31 de dezembro de 2022.

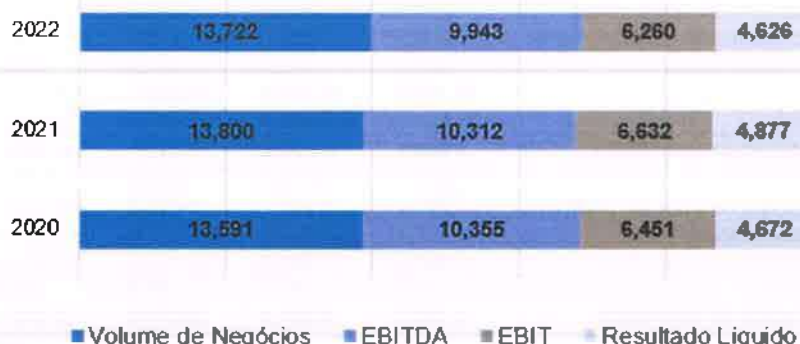
Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas.

Os números de 2022 evidenciam que, apesar do contexto adverso que marcou os últimos três anos, nomeadamente pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Co-V-2 e pela guerra na Europa, na economia do país e do mundo, a MARL, SA reforçou neste período a sua estratégia de crescimento centrado no cliente, na eficiência interna e no desenvolvimento dos colaboradores.

⁷ Em 2011, através do Despacho nº 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas "(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho nº 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) (...)". O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

8.1 PERFORMANCE ECONÓMICA

Evolução Resultados (milhares de euros)



A MARL, SA encerrou o ano de 2022 com um Resultado Líquido de 4 626 milhares de euros, representando um decréscimo de 251,2 milhares de euros (-5,2%) relativamente ao exercício anterior.

A empresa apresentou margens operacionais positivas, ao nível do *EBITDA* e do *EBIT*, respetivamente, de 70% e 44%, abaixo do ano anterior em 2,2 p.p. e 2,4 p.p., respetivamente, evolução fortemente impactada pelo efeito da crise geopolítica nos custos energéticos.

No exercício económico de 2022, o *EBITDA* totalizou 9 943,1 milhares de euros, situando-se abaixo do ano anterior, em 368,7 milhares de euros (-3,6%). O *EBIT* ascendeu a 6 260,2 milhares de euros, abaixo do valor registado em 2021, no montante de 371,5 milhares de euros (-5,6%).

A evolução do *EBITDA*, face a 2021, decorre do efeito conjugado de uma redução nos rendimentos operacionais, em 81,9 milhares de euros (-0,6%) e de um aumento nos gastos operacionais, em 286,8 milhares de euros (+7,3%).

Não obstante esta evolução, na análise aos rendimentos operacionais, comparativamente ao ano anterior, salienta-se a evolução favorável dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, que crescem 15,7 milhares de euros (+0,2%), numa conjuntura macroeconómica adversa.

Ao nível dos gastos operacionais, a evolução é, naturalmente, impactada por gastos incorridos em contexto de crise geopolítica, nomeadamente ao nível dos gastos com eletricidade, que apresenta um aumento de 278,8 milhares de euros (+78,8%), face a 2021, que atribuímos à conjuntura de grande aumento dos preços da eletricidade imputável ao atual contexto geopolítico, uma vez que se registaram reduções ao nível das quantidades consumidas (kwh).

Expurgando o impacto geopolítico, imputável ao aumento dos custos com eletricidade, a que atribuímos o valor de 281,2 milhares de euros, correspondente à diferença entre o gasto com eletricidade incorrido em 2022 e a expectativa de gasto com eletricidade orçamentada em sede de PAO2022, o *EBITDA* e o *EBIT*, situavam-se abaixo de 2021 em 87,5 milhares de euros (-0,8%) e 90,3 milhares de euros (-1,4%), respetivamente.

O resultado líquido alcançado, no exercício de 2022, correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 33% e a uma rentabilidade do capital próprio de 5,66%.

Síntese da Demonstração dos Resultados

milhares de euros	2019	2020	2021	2022	2022/2021	
					ABS	%
Volume de Negócios	13 613,0	13 590,6	13 799,9	13 721,8	(78,1)	-0,6%
FSE + CMV	(2 529,1)	(2 631,5)	(2 694,9)	(3 081,5)	386,6	14,3%
Gastos com pessoal	(916,1)	(918,2)	(945,7)	(839,0)	(106,6)	-11,3%
Outros Rendimentos e Ganhos	121,4	187,5	73,7	69,8	(3,8)	-5,2%
Outros gastos e perdas operacionais	(284,9)	(249,5)	(299,3)	(312,2)	12,8	4,3%
Imparid. de div. a receber (perdas/revers.)	(226,3)	(16,1)	(13,3)	(7,3)	(6,0)	-45,0%
Subsídios ao Investimento	391,9	391,9	391,9	391,9	-	0,0%
EBITDA	10 169,9	10 354,8	10 312,1	9 943,4	(368,7)	-3,6%
Depreciações	(4 223,8)	(3 903,8)	(3 680,4)	(3 683,2)	2,8	0,1%
Resultados operacionais (EBIT)	5 946,0	6 450,9	6 631,7	6 260,2	(371,5)	-5,6%
Encargos Financeiros	(289,1)	(214,3)	(134,5)	(128,6)	(5,9)	-4,4%
Resultados antes de imposto (EBT)	5 656,9	6 236,7	6 497,2	6 131,6	(365,6)	-5,6%
Imposto sobre o rendimento	(1 377,4)	(1 564,2)	(1 620,0)	(1 505,6)	(114,4)	-7,1%
Imposto estimado para o exercício	(1 388,6)	(1 524,3)	(1 611,1)	(1 501,2)	(109,8)	-6,8%
Imposto diferido	11,2	(39,9)	(8,9)	(4,3)	(4,6)	-51,3%
Resultado líquido do exercício	4 279,5	4 672,5	4 877,2	4 626,0	(251,2)	-5,2%
Margem EBITDA (%)	72%	73%	72%	70%	-2,2 p.p.	
Margem EBIT (%)	42%	46%	46%	44%	-2,4 p.p.	
Margem Líquida	30%	33%	34%	33%	-1,6 p.p.	

RENDIMENTOS OPERACIONAIS – Os rendimentos operacionais ascenderam a 14 183,5 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 81,9 milhares de euros (-0,6%), face ao ano anterior.

Destaca-se o aumento dos rendimentos core, as taxas de utilização, com um peso de 72% na estrutura de rendimentos, que crescem 15,7 milhares de euros (+0,2%).

Rendimentos Operacionais

milhares de euros	2019	2020	2021	2022	2022/2021	
					ABS	%
Taxas de Utilização	9 840,9	10 083,01	10 209,59	10 225,25	15,7	0,2%
Taxas de Utilização sazonais	710,3	698,99	711,86	646,17	-65,7	-9,2%
Taxas de Acesso Produtores	106,0	108,2	106,5	104,7	-1,8	-1,7%
Portagens	953,3	700,0	700,0	700,0	0,0	0,0%
Venda de Frio	227,1	194,6	160,1	112,2	-47,9	-29,9%
Outras prestações de serviços	226,2	197,1	276,5	238,2	-38,3	-13,9%
Outros Rendimentos Operacionais	514,0	580,4	465,5	461,7	-3,8	-0,8%
Sub-total (Total Rendimentos cash)	12 577,9	12 562,3	12 630,1	12 488,2	-141,9	-1,1%
Integração Taxas de Acesso (Plena)	36,4	100,5	45,4	122,1	76,7	168,8%
Integração Taxas de Acesso (Recorrente)	1 512,0	1 507,2	1 589,9	1 573,2	-16,7	-1,0%
Total Rendimentos Operacionais	14 126,2	14 170,0	14 265,4	14 183,5	-81,9	-0,6%

A performance nos **rendimentos operacionais**, comparativamente ao ano anterior, reflete maioritariamente o efeito conjugado da evolução das seguintes subrubricas:

- Crescimento dos rendimentos core, as taxas de utilização, em 15,7 milhares de euros (+0,2%);
- Decréscimo nos rendimentos de taxas de utilização dos lugares sazonais, em 65,7 milhares de euros (-9,2%);
- Decréscimo dos rendimentos da venda de frio, em 47,9 milhares de euros (-29,9%);
- Crescimento nos rendimentos da integração plena de taxas de acesso por motivo de rescisão contratual, em 76,7 milhares de euros (+168,8%) e variação desfavorável na integração recorrente de taxas de acesso, em 16,7 milhares de euros (-1%);

- v. Decréscimo nos rendimentos provenientes de taxas de cedência de posição contratual, em 31,2 milhares de euros (-19%).

A evolução das **taxas de utilização**, incluindo lugares sazonais, por unidade de negócio apresenta-se da seguinte forma:

Taxas de Utilização/Pavilhão (incluindo sazonais)

milhares de euros	2019	2020	2021	2022	2022/2021		Estrutura
					ABS	%	
Pavilhão A01	566,2	559,7	565,1	601,9	36,8	6,5%	5,5%
Pavilhão A03	779,8	765,8	795,0	730,6	-64,4	-8,1%	6,7%
Pavilhão A04	569,5	576,7	579,6	605,5	25,9	4,5%	5,6%
Pavilhão A05	536,6	543,4	552,5	562,8	10,3	1,9%	5,2%
Pavilhão A06	564,4	563,7	566,6	572,7	6,1	1,1%	5,3%
Pavilhão A07	461,2	465,7	461,4	480,9	19,5	4,2%	4,4%
Pavilhão A08	571,9	571,1	573,3	580,4	7,2	1,3%	5,3%
Pavilhão A09	210,0	225,9	225,9	227,3	1,4	0,6%	2,1%
Pavilhão A10	383,3	384,5	384,7	392,8	8,2	2,1%	3,6%
Pavilhão A11	156,6	163,0	168,8	177,0	8,2	4,8%	1,6%
Pavilhão R02*	296,3	289,4	276,3	273,7	-2,6	-0,9%	2,5%
Pavilhão R04	473,9	536,7	552,3	555,5	3,2	0,6%	5,1%
Pavilhão R07	1 222,8	1 247,2	1 251,3	1 225,2	-26,2	-2,1%	11,3%
NAC	274,6	273,8	288,0	272,6	-15,4	-5,4%	2,5%
Outras Áreas	1 632,5	1 759,3	1 822,4	1 730,7	-91,7	-5,0%	15,9%
CTT Expresso	1 851,5	1 856,0	1 858,1	1 881,7	23,6	1,3%	17,3%
Total	10 551,2	10 782,0	10 921,4	10 871,4	-50,0	-0,5%	100,0%

A evolução dos rendimentos das taxas de utilização traduz o efeito conjugado da atualização dos preços unitários, em 1,25%, e uma ocupação média global inferior à registada no ano anterior em alguns edifícios, maioritariamente, apurada em: (i) ocupação no pavilhão R07 (Pescado), com tradução numa redução de rendimentos no montante de 26,2 milhares de euros (-2,1%) ; (ii) rescisão operada por um organismo público que ocupava uma área no edifício C01 (-129 milhares de euros) e (iii) menor número de reservas de produtores do pavilhão A03 (lugares sazonais), após um crescimento do nível de rendimentos dos lugares sazonais, em 2021, no montante de 12,1 milhares de euros (+1,8%), face a 2020.

Quanto aos pavilhões principais, destaca-se favoravelmente o desempenho dos médios grossistas do setor de hortofrutícolas, consubstanciado em evoluções favoráveis na ocupação das boxes dos pavilhões A01 (+ 1 boxe) e A04 (+2 boxes), que aliada ao aumento do preço traduz um crescimento de rendimentos, respetivamente, em 36,8 milhares de euros (+6,5%) e 25,9 milhares de euros (+4,5%).

A variação desfavorável, ao nível dos rendimentos das “outras áreas”, em 91,7 milhares de euros (-5%), é maioritariamente impactada pela saída de um organismo público, no início de 2022, conforme referido anteriormente. Acrescenta-se que o decréscimo da receita associada a este espaço é decorrente das novas condições comerciais para a sua ocupação, que estavam já definidas contratualmente com o novo ocupante desde dezembro de 2020.

No NAC, o desempenho desfavorável, em 15,4 milhares de euros (-5,4%), reflete maioritariamente a renegociação do preço de área ocupada por entidade bancária, no âmbito de uma estratégia de manutenção de serviços de apoio à atividade dos operadores, no espaço do mercado.

Os rendimentos provenientes do **pórtico**, com um peso de 5% na estrutura de rendimentos, ascenderam a 700 milhares de euros, apresentando-se em linha com o ano anterior, pois não foi ainda possível ultrapassar o mínimo contratualmente definido.

Os rendimentos provenientes da **venda de frio** ascenderam, em 2022, a 112,2 milhares de euros apresentando-se abaixo de 2021, em 47,9 milhares de euros (-29,9%), na linha de evolução dos últimos anos, traduzindo uma redução das quantidades (kwht) vendidas, em razão de paragens verificadas no funcionamento de *chillers* e da opção dos operadores pela instalação de frio próprio, que vem assumindo cada vez maior expressão.

A rubrica de **outras prestações de serviços** ascendeu a 238,2 milhares de euros, em 2022, apresentando-se abaixo de 2021, em 38,3 milhares de euros (-13,9%). Esta rubrica inclui, maioritariamente: rendimentos de cedência de posição contratual (132,1 milhares de euros), que justificam, maioritariamente, a evolução registada na rubrica (-31,2 milhares de euros); taxa variável sobre volume de negócios de clientes (23,1 milhares de euros); aluguer de câmaras de frio (13,1 milhares de euros); venda de água salgada (2,4 milhares de euros); taxa de consumo de energia (45,1 milhares de euros); serviços de reparações a pedido de operadores (11,3 milhares de euros); taxas de alterações contratuais (6,1 milhares de euros); venda de subprodutos do pescado (3,1 milhares de euros).

No que respeita aos **outros rendimentos operacionais**, em 2022, ascenderam a 461,7 milhares de euros, situando-se abaixo de 2021, em 3,8 milhares de euros (-0,8%). Esta rubrica inclui, maioritariamente os rendimentos decorrentes da integração contabilística de subsídios ao investimento (391,9 milhares de euros). Inclui ainda; serviços prestados, no âmbito de Contrato de Gestão celebrado com a SIMAB, SA, relativamente a apoio na área financeira, recursos humanos, informática e área técnica (39,6 milhares de euros); rendimentos de juros de mora cobrados a clientes (17,5 milhares de euros); rendimentos de aplicação de penalidades por incumprimento do Regulamento Interno (3 milhares de euros); indemnizações de seguros (4,3 milhares de euros).

Os rendimentos provenientes da **integração de taxas de acesso**, que representam 12% do total dos rendimentos operacionais, encontram-se acima de 2021, em 60 milhares de euros (+3,7%), em resultado dos seguintes efeitos:

- (i) variação desfavorável, em 16,7 milhares de euros (-1%), nos rendimentos relativos a integração recorrente de taxas de acesso, refletindo rescisões contratuais, cujo impacto superou as novas contratualizações com taxas de acesso (4 contratos); e,
- (ii) variação favorável nos rendimentos decorrentes da integração plena de taxas de acesso, no montante de 76,7 milhares de euros (+168,8%), correspondente a 13 contratos (6 contratos, em 2021).

GASTOS OPERACIONAIS – Os gastos operacionais (exceto depreciações, imparidades e provisões), representam 29,8% dos rendimentos operacionais⁸ e ascenderam, em 2022, ao montante de 4 232,9 milhares de euros, traduzindo um aumento de 292,9 milhares de euros (+7,4%), evolução fortemente impactada pelo efeito da crise geopolítica nos gastos com energia, que aumentaram em 278,8 milhares de euros (+78,8%), face ao ano anterior.

Em 2022, os gastos operacionais (CMV + FSE's + Gastos com Pessoal) representam 27,6% dos rendimentos operacionais.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 386,6 milhares de euros (+14,3%), evolução parcialmente mitigada pelo decréscimo nos gastos com pessoal, que se situaram abaixo do ano anterior, em 106,6 milhares de euros (-11,3%).

Com a inclusão das depreciações, imparidades e provisões, com um peso de 46,5% na estrutura de gastos do MARL, os gastos operacionais ascenderam a 7 923,3 milhares de euros e registam um aumento de 289,6 milhares de euros (+3,8%), face ao ano anterior.

⁸ Excluindo integração contabilística de subsídios ao investimento.

Gastos Operacionais

milhares de euros	2019	2020	2021	2022	2022/2021		Estrutura	% RO
					ABS	%		
CMV	0,5	0,9	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0%	0,0%
FSE's	2 529,1	2 631,5	2 694,9	3 081,5	386,6	14,3%	38,9%	21,7%
Pessoal	916,1	918,2	945,7	839,0	-106,6	-11,3%	10,6%	5,9%
Outros Gastos Operacionais	284,4	248,5	299,3	312,3	13,0	4,3%	3,9%	2,2%
Subtotal	3 730,0	3 799,1	3 939,9	4 232,9	292,9	7,4%	53,4%	29,8%
(Gastos operacionais cash)								
Depreciações	4 223,8	3 903,8	3 680,4	3 683,2	2,8	0,1%	46,5%	26,0%
Impar+Provisões/(rever)	226,3	16,1	13,3	7,2	-6,1	-45,8%	0,1%	0,1%
Total Gastos Operacionais	8 180,2	7 719,1	7 633,7	7 923,3	289,6	3,8%	100,0%	55,9%

Em 2022, os gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, que representam 39% da estrutura de gastos e 21,7% dos rendimentos operacionais, totalizaram o montante de 3 081,5 milhares de euros e registaram um aumento de 386,6 milhares de euros (+14,3%), face a 2021.

ESTRUTURA GASTOS OPERACIONAIS



A evolução resulta, assim, do efeito conjugado das variações das subrubricas, conforme se apresenta:

Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos

milhares de euros	2019	2020	2021	2022	2022/2021		Estrutura
					ABS	%	
Eletricidade	415,0	372,4	353,8	632,6	278,8	78,8%	20,5%
Água	186,9	191,5	183,1	164,7	-18,4	-10,1%	5,3%
Manutenção	215,6	188,5	201,3	215,4	14,1	7,0%	7,0%
Deslocações e Estadas	16,2	2,4	0,2	3,4	3,2	1752,4%	0,1%
Limpeza	869,5	1 005,7	976,8	1 030,4	53,6	5,5%	33,4%
Segurança	298,6	388,8	414,5	389,6	-24,9	-6,0%	12,6%
Trabalhos Especializados	356,2	315,9	317,4	380,0	62,6	19,7%	12,3%
Honorários	0,1	18,3	54,7	89,5	34,8	63,6%	2,9%
Seguros	63,1	74,9	95,0	99,8	4,8	5,1%	3,2%
Comunicação	9,8	11,2	12,5	11,6	-0,9	-7,0%	0,4%
Rendas e Aluguers	41,9	37,4	46,7	33,2	-13,5	-29,0%	1,1%
Combustíveis	1,9	0,8	4,3	4,5	0,2	4,1%	0,1%
Comissões	15,4	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0%
Materiais	6,5	3,4	2,5	2,2	-0,3	-13,7%	0,1%
Contencioso e Notariado	2,0	0,7	1,0	1,7	0,7	65,3%	0,1%
Publicidade	12,6	8,9	19,7	9,1	-10,6	-53,8%	0,3%
Outros	16,8	10,8	11,4	13,8	2,4	21,0%	0,4%
Total FSE's	2 529,1	2 631,5	2 694,9	3 081,5	386,6	14,3%	100,0%

Conforme referido anteriormente, neste relatório, a evolução desta rubrica é impactada pela crise geopolítica, nomeadamente, pelo impacto nos custos com eletricidade que determinaram uma evolução desfavorável da subrubrica de eletricidade, em 278,8 milhares de euros (+78,8%).

O desvio desfavorável nos **FSE's** (excluindo impacto da crise geopolítica, correspondente à diferença entre o valor real e a estimativa considerada em PAO2022), ascendeu a 105,4 milhares de euros (+3,7%), sendo maioritariamente apurado nas subrubricas de:

- Trabalhos especializados:** aumenta em 62,6 milhares de euros (+19,6%), refletindo, maioritariamente, projeto de desenvolvimento de ERP e recurso a prestações de serviços de helpdesk, para colmatar saída de trabalhador, em março de 2022, bem como ações de reforço na área de cibersegurança;

ii. **Honorários:** apresenta um aumento de 34,8 milhares de euros (+63,6%), correspondente a prestações de serviços em regime de recibos verdes, relativamente a um recurso previsto integrar nos quadros da empresa, em sede de PAO2022, não aprovado pelas tutelas⁴, com contrapartida de um gasto inferior na rubrica de pessoal;

iii. **Limpeza:** mantendo-se a rubrica com maior peso na estrutura dos FSE (33,4%), apresenta um aumento de 53,6 milhares de euros (+5,5%), evolução apurada na subrubrica de tratamento de resíduos (+53,8 milhares de euros).

O impacto favorável da redução das quantidades totais de resíduos produzidos, em 261,7 toneladas (-4,4%) e da melhoria da eficiência na recolha seletiva de resíduos orgânicos, refletindo o efeito na operação de implementação da Ecoárea e medidas conexas, com evidência num aumento da taxa de reciclagem em 5,6 pontos percentuais, foi mitigado pelo aumento do custo médio do tratamento e valorização de resíduos, decorrente das paragens não previstas da empresa ValorSul e consequente recurso a outro prestador de serviços.

iv. **Manutenção:** aumenta em 14,1 milhares de euros (+7%), relativamente a intervenções em equipamento de produção de frio;

Importa referir que foram adotadas medidas de controlo e contenção de custos, incluindo o corte de despesas acessórias, por forma a mitigar o efeito desfavorável registado nestas rubricas, sem, contudo, comprometer as condições de operacionalidade do Mercado.

Neste contexto, registam-se reduções nas rubricas de: (i) água, em 18,4 milhares de euros (-10,1%); (ii) segurança, em 24,9 milhares de euros (-6%), evidenciando um menor recurso a serviços gratificados da GNR, utilizado em contexto de combate à pandemia covid-19 e (iii) publicidade, em 10,6 milhares de euros (-53,8%).

Os **gastos com pessoal**, que representam cerca de 5,9% dos rendimentos operacionais e um peso de 10,6% na estrutura de gastos operacionais, ascenderam a 839 milhares de euros, situando-se abaixo do ano anterior, em 106,6 milhares de euros (-11,3%).

Gastos com Pessoal

milhares de euros	2019	2020	2021	2022	2022/2021	
					ABS	%
Remun. dos Órgãos Sociais	155,1	155,1	154,8	155,8	1,0	0,7%
Remunerações do Pessoal	599,2	600,1	616,9	537,0	-79,9	-12,9%
Indemnizações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.
Encargos sobre Remunerações	135,6	136,1	140,2	122,4	-17,9	-12,7%
Seguros Acid. Trab.	2,9	3,0	3,1	2,9	-0,2	-7,3%
Outros Gastos com Pessoal	23,2	23,8	30,7	21,0	-9,7	-31,6%
Total	916,1	918,2	945,7	839,0	-106,6	-11,3%

A variação nos gastos com o pessoal, face a 2021, em 106,6 milhares de euros (-11,3%) resulta do efeito conjugado de:

- Gastos com órgãos sociais (+1 milhar de euros);
- Atualização salarial⁹ (+5,3 milhares de euros);
- Saída de três colaboradores dos quadros da empresa, um dos quais em dezembro de 2021 o dois no primeiro semestre de 2022, cuja substituição ocorreu apenas no último trimestre de 2022 (-62,6 milhares de euros);
- Licença sabática de um trabalhador, a partir de fevereiro de 2022 (-39,7 milhares de euros);

⁹ Decreto Lei n.º 109-A /2021, de 7 de dezembro, que atualiza ao valor das remunerações base mensais da AP

- v. Situações de baixa médica por motivo de doença (-0,8 milhares de euros);
- vi. Encargos com estágio remunerado (-6,5 milhares de euros);
- vii. Horas de trabalho suplementar e noturno (+1,3 milhares de euros);
- viii. Gastos com formação (-10,4 milhares de euros);
- ix. Outros gastos, como seguros de acidentes de trabalho, medicina no trabalho, ajudas de custo, fardamento e outros (+5,9 milhares de euros).

Os **Outros Gastos Operacionais** ascenderam a 312,3 milhares de euros, registando um aumento de 13 milhares de euros (+4,3%), face ao ano anterior, e integram maioritariamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (264,2 milhares de euros).

A evolução desta rubrica é, maioritariamente, impactada por taxa cobrada pelo Tribunal de Contas (+17,2 milhares de euros), no âmbito de trabalhos de verificação de contas da MARL, SA referentes ao ano de 2019.

DEPRECIAÇÕES – Os Gastos Operacionais “non cash” (depreciações, imparidades de dívidas a receber e provisões), correspondem a 26% dos rendimentos operacionais e ascenderam a 3 690,4 milhares de euros, situando-se 3,3 milhares de euros (-0,1%) abaixo do valor registado no ano anterior.

RESULTADOS FINANCEIROS – Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano de 2022, em 128,6 milhares de euros, o que representa uma redução de 5,9 milhares de euros (-4,4%), face a 2021. A redução da dívida financeira e a manutenção do *all in spread* das operações, na sequência das negociações mantidas com a banca comercial, permitiu mitigar o impacto da evolução desfavorável das taxas de juro de referência (Euribor), refletindo o agravamento das condições do mercado financeiro, a partir do segundo semestre de 2022.

IMPOSTO - A linha de imposto regista, em 2022, o montante de 1 505,6 milhares de euros e reflete: (i) imposto corrente, estimado para o período, no montante de 1 501,2 milhares de euros e (ii) imposto diferido, no montante de (8,9 milhares de euros), com origem em diferenças entre a base fiscal e contabilística.

8.2 PERFORMANCE FINANCEIRA

BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA – A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada de forma sintética, no quadro seguinte:

Balanco Sintético

milhares de euros	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	2022/2021	
					ABS	%
Ativo Não Corrente	120 857,0	117 830,4	117 053,4	113 760,5	(3 292,9)	-2,8%
Capital Circulante Líquido	(570,9)	(132,3)	86,3	166,1	(79,8)	92,5%
Outros	(5 468,9)	(5 384,8)	(5 497,5)	(5 714,1)	216,6	3,9%
Diferimentos	(14 198,3)	(13 080,9)	(13 400,8)	(11 672,7)	(1 728,1)	-12,9%
Capital investido	100 618,9	99 232,4	98 241,4	96 539,7	(1 701,7)	-1,7%
Dívida Financeira*	32 253,9	26 482,1	21 035,6	14 900,8	(6 134,8)	-29,2%
Caixa e Depósitos Bancários	130,7	114,2	232,2	121,4	(110,8)	-47,7%
Dívida Financeira Líquida	32 123,2	26 367,9	20 803,4	14 779,4	(6 024,0)	-29,0%
Capital Social	30 000,0	30 000,0	30 000,0	30 000,0	-	0,0%
Reservas e Resultados Retidos	38 495,7	42 864,5	47 438,0	51 760,3	4 322,3	9,1%
Fundos Acionistas	68 495,7	72 864,5	77 438,0	81 760,3	4 322,3	5,6%

*Inclui Prestações Acessórias de Capital

A posição financeira da empresa assenta no ativo total líquido no montante de 115 028,8 milhares de euros, repartido por 113 762,3 milhares de euros (98,9%) e 1 266,5 milhares de euros (1,1%), de não corrente e corrente, respetivamente.

O passivo ascendeu a valores de 33 268,5 milhares de euros, 24 527,5 milhares de euros (73,7%) e 8 741 milhares de euros (26,3%), não corrente e corrente, respetivamente.

Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital, repartida em 71,1% (65,3%, em 2021) por capitais próprios e 28,9% (34,7%, em 2021) por capitais alheios

Da comparação da posição financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as variações mais relevantes encontram-se nas seguintes rubricas:

- O **ativo tangível e intangível líquido** diminui em 3 214,9 milhares de euros (-2,8%) decorrente, maioritariamente do efeito conjugado das depreciações do exercício, que ascenderam a 3 083,2 milhares de euros e investimento total realizado em 2022, que ascendeu a 478,4 milhares de euros.

O **capex**, no montante de 478,4 milhares de euros reporta-se a: (i) intervenções nos edifícios (137,9 milhares de euros); (ii) adaptação de espaço para armazém de prestadores de serviços incluindo consultoria (30,4 milhares de euros); (iii) obras de adaptação de espaços (Cozinha industrial e Centro de Formação) (13,7 milhares de euros); (iv) intervenção na fábrica do gelo (48 milhares de euros); (v) aquisição de equipamento AVAC (7 milhares de euros); (vi) unidade de climatização da sala de servidores (62,3 milhares de euros); (vii) reparações postos de transformação (13,6 milhares de euros); (viii) grande reparação nos *chillers* (10 milhares de euros); (ix) obra em curso do edifício C01 (18,4 milhares de euros); (x) equipamento de informática (16,1 milhares de euros); (xi) aquisição equipamento CCTV (35,2 milhares de euros); (xii) aquisição de contentores (9,2 milhares de euros); (xiii) aquisição equipamento LED (31,8 milhares de euros); (xiv) UPS (9,2 milhares de euros) e (xv) outros equipamentos, como portas, baías, vãos e equipamento diverso (35,6 milhares de euros);

- **Redução dos ativos por impostos diferidos**, no montante de 5,3 milhares de euros decorrente, essencialmente, da reversão dos ativos por impostos diferidos decorrente do registo de perdas por imparidade de ativos fixos, em anos anteriores;
- **Redução nas dívidas de clientes** conta corrente, em 257,7 milhares de euros (-21,2%), face a 31 de dezembro de 2021, traduzindo um PMR de 23 dias (-6 dias, face a 31 de dezembro de 2021);
- **Redução de outras contas a receber** em 43,2 milhares de euros (-14,8%);

O reforço da capacidade de geração de “cash flow” operacional aliado a uma política de investimento criteriosa permitiram à empresa fortalecer a sua estrutura financeira, com o passivo a diminuir de forma sustentada e a representar, no final de 2022, 28,9% do total do ativo (vs 34,7% no final de 2021).

O passivo, incluindo os diferimentos, a 31 de dezembro de 2022, ascendeu a 33 268,5 milhares de euros, reduzindo 7 926,2 milhares de euros (-19,2%), quando comparado com 31 de dezembro de 2021.

As principais variações registam-se nas seguintes rubricas:

- **Dívidas a fornecedores conta corrente**, que registaram uma redução de 30,7 milhares de euros (-7,8%). O prazo médio de pagamentos (PMP)¹⁰ situou-se em 35 dias, que compara com 45 dias, em 2021 (-22%);
- **Diferimentos**, que registam uma redução de 1 728,1 milhares de euros (-12,9%), decorrente, essencialmente, do efeito conjugado da integração em rendimentos do exercício de taxas de acesso e do registo de taxas de acesso associadas a novos contratos;
- **Financiamentos obtidos**, que reduzem em 6 134,8 milhares de euros (-29,2%), traduzindo: (i) amortização de duas prestações de capital do empréstimo do Banco Europeu de Investimento, em 2 777,8 milhares de euros; (ii) amortização de financiamento de investimento de médio/longo prazo, em 171,1 milhares de euros; (iii) amortizações, contratualmente previstas, de programas de emissão de papel comercial, no montante de 1 200 milhares de euros; (iv) redução, em 1 278,2 milhares de euros, na utilização de linhas de crédito sob a forma de descoberto autorizado; (v) amortização de prestações acessórias de capital, no montante de 708 milhares de euros e (vi) utilização de cartão de crédito do IGCP para fazer face pagamentos da Via Verde (0,2 milhares de euros).

Posição financiamento

milhares de euros	31/12/2021	Utiliz. / (Amortiz) 2022	31/12/2022
Linhas curto prazo			
Descobertos Bancários	1 483,2	-1 278,2	205,0
Outros	0,0	0	0,2
Linhas MLP prazo			
Financiamento Invest.	12 671,1	-2 948,8	9 722,2
Empréstimo	0,0	0,0	0,0
Papel Comercial	3 600,0	-1 200,0	2 400,0
Prestações Acessórias Capital	3 281,4	-708,0	2 573,4
Total	21 035,6	-6 134,8	14 900,8

Os **capitais próprios** ascenderam a 81 760,3 milhares de euros, representando um aumento de 4 322,3 milhares de euros (+5,6%), face a 31 de dezembro de 2021.

A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 5,656%. A componente operacional deste valor equivale a 8,5%. O efeito de alavancagem financeira e o efeito fiscal contribuem negativamente para o resultado.

¹⁰ Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril

Rendibilidade dos Capitais Próprios	2019	2020	2021	2022
(1) Política de Investimento	0,083	0,087	0,087	0,086
EBITDA/VN	0,747	0,762	0,747	0,725
VN/Ativo	0,111	0,114	0,116	0,119
(2) Política de Financiamento	0,993	0,965	0,965	0,868
Ativo/CP	1,785	1,636	1,532	1,407
RA/EBITDA	0,556	0,602	0,630	0,617
(3) Efeito Fiscal	0,757	0,749	0,751	0,754
RL/RAI	0,757	0,749	0,751	0,754
Rendibilidade do Capital Próprio	6,25%	6,41%	6,30%	5,66%
Rendibilidade do Capital Próprio	2019	2020	2021	2022
(1) RL/VN	0,31	0,34	0,35	0,34
(2) VN/Ativo	0,11	0,11	0,12	0,12
(3) Ativo/CP	1,79	1,64	1,53	1,41
Rendibilidade do Capital Próprio	6,25%	6,41%	6,30%	5,66%
Outras Rendibilidades	2019	2020	2021	2022
Rendibilidade do Ativo Total = (EBITDA/Ativo)	8,3%	8,7%	8,7%	8,6%
Rendibilidade Bruta das vendas = (EBITDA/VN)	74,7%	76,2%	74,7%	72,5%
Rendibilidade antes de Impostos = (RA/VN)	41,6%	45,9%	47,1%	44,7%
Rendibilidade Líquida das vendas = (RL/VN)	31,4%	34,4%	35,3%	33,7%

FLUXOS DE CAIXA – A atividade operacional da empresa gerou um fluxo líquido de 6 617,9 milhares de euros, suficiente para fazer face ao financiamento do investimento, que mobilizou fluxos monetários no montante de 514,8 milhares de euros.

O cash flow disponível para o serviço da dívida, no montante de 6 335,3 milhares de euros, foi suficiente para fazer face às obrigações decorrentes do serviço da dívida, designadamente, amortizações de capital no âmbito de financiamentos de médio/longo prazo e programas de emissão de papel comercial (plano de amortizações contratualizadas), juros de financiamento e outros encargos, que ascenderam a 4 227,7 milhares de euros, e permitiu ainda amortizar prestações acessórias de capital, no montante de 708 milhares de euros e reduzir utilização de linhas de descobertos autorizados no montante de 1 278 milhares de euros.

Demonstração sintética de Fluxos de Caixa

milhares de euros	2019	2020	2021	2022
Caixa no início do período	416,07	130,7	114,2	232,2
Cash Flow Atividades Operacionais	7 872,8	7 287,7	6 761,6	6 617,9
Recebimentos de Clientes	15 745,2	15 937,0	15 530,2	15 707,3
Pagamento Fomecedores	-3 481,1	-4 116,4	-4 006,9	-4 183,4
Pagamentos Pessoal	-831,5	-839,0	-895,3	-789,1
Outros pagamentos/recebimentos operacionais	-3 559,7	-3 693,8	-3 866,4	-4 116,9
Cash Flow Atividades de investimento	-908,2	-1 264,3	-1 039,1	-514,8
Cash Flow disponível para serviço da dívida	7 380,7	6 154,1	5 836,7	6 335,3
Serviço da Dívida				
Juros e outros encargos	-264,4	-268,1	-158,0	-78,8
Amortização empréstimos MLP ⁽¹⁾	-1 682,3	-4 886,2	-2 039,7	-1 371,1
Amortização capital (BEI)	-2 777,8	-2 777,8	-2 777,8	-2 777,8
Free Cash Flow	2 656,3	-1 778,0	861,3	2 107,6
Recebimento/(Amortização) de empréstimos ⁽²⁾	7 739,5	839,2	262,0	-1 278,2
Recebimento/(Amortização) de empréstimos acionistas	-10 265,1	1 053,0	-801,0	-708,0
Variação de Caixa	-285,4	-16,5	118,0	-110,8
Caixa no final do período	130,7	114,2	232,2	121,4

⁽¹⁾ Inclui Amortização de Papel Comercial (amortizações contratualizadas)

⁽²⁾ Inclui efeito líquido de aumentos/reduções de emissão de Papel Comercial

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA – Em resultado do reforço da capacidade de geração de “cash flow”, a dívida financeira líquida da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 14 779,4 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 6 024 milhares de euros (-29%), face a 31 de dezembro de 2021 e de 34 924,1 milhares de euros (-70,3%), face a 2016.



O Grupo SIMAB tem vindo a procurar as melhores alternativas de financiamento junto da Banca, tendo em vista a otimização dos seus financiamentos, quer ao nível do custo, quer ao nível do tipo de produto contratado e garantias conexas, procurando ajustar a maturidade destes à dos investimentos que financiam.

Em resultado desta política e da procura de melhores condições no mercado, no final de 2021, foi



contratualizada pela MARL, SA uma operação de financiamento, sob a forma de Programa de Emissão de Papel Comercial, no montante de 3 600 milhares de euros, com prazo de 3 anos e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes, que permitiu refinar um PPC que a empresa detinha, do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado. De igual modo, na sequência de negociação com a banca comercial, foi possível reduzir o *all in spread* de uma linha de financiamento sob a forma de descoberto bancário.

Do total da dívida financeira, em 31 de dezembro de 2022, 9 722,2 milhares de euros (65%) respeita ao financiamento obtido junto do BEI (com aval do Estado Português); 2 400 milhares de euros (16%) correspondem a Programas de Emissão de Papel Comercial; 205,2 milhares de euros (2%) a utilização linhas de apoio à tesouraria sob a forma de descoberto bancário e 2 573,4 milhares de euros (17%) respeita a prestações acessórias de capital, realizadas pelo acionista SIMAB.

Dívida Financeira em 31 de dezembro

milhares de euros	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
BEI	26 388,9	23 611,1	20 833,3	18 055,6	15 277,8	12 500,0	9 722,2
Empréstimos Bancários MLP	1 832,4	1 507,7	1 179,2	847,0	510,8	171,1	0,0
Papel Comercial	2 400,0	4 250,0	3 200,0	9 850,0	5 300,0	3 600,0	2 400,0
Linhas Curto Prazo	136,4	887,2	642,5	382,0	1 221,2	1 483,2	205,2
Prestações Acessórias	19 112,8	14 447,9	13 384,5	3 119,4	4 172,4	3 281,4	2 573,4
Total	49 870,5	44 703,8	39 239,5	32 253,9	26 482,1	21 035,6	14 900,8
Disponibilidades	167,0	125,0	416,1	130,7	114,2	232,2	121,4
Dívida Líquida	49 703,5	44 578,8	38 823,5	32 123,2	26 367,9	20 803,4	14 779,4

ESTRUTURA DE CAPITAL – Em 2022, a MARL, SA voltou a apresentar melhorias substanciais em termos de rácios financeiros. A capacidade de geração de cash flow associada ao esforço de dotar a empresa com uma estrutura de capitais mais sólida permitiu uma redução do passivo da empresa e o reforço do peso relativo dos capitais próprios de 47%, no final de 2017 para 71%, em 2022.

A solidez ao nível da atividade operacional da MARL, SA, em 2022, encontra-se evidenciada no EBITDA¹¹, que ascendeu a 9 943,4 milhares de euros, demonstrando a importância do autofinanciamento enquanto fonte de fundos da empresa.

O rácio de Dívida Líquida/EBITDA⁸ situou-se em 1,5x, que compara com 2,1x, em 2021, e 4,5x, em 2017, refletindo não só o reforço da capacidade de libertação de fundos operacionais como também o esforço de redução do endividamento.



Estrutura de capital	2019	2020	2021	2022
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	56,0%	61,1%	65,3%	71,1%
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	127,3%	157,3%	188,0%	245,8%
Endividamento (Passivo/Capital total)	44,0%	38,9%	34,7%	28,9%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/I	21,4%	23,3%	24,9%	26,3%

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 1 625 990,21 euros (quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa euros e vinte e m centimos) tenha a seguinte distribuição:

- 462 599,02 euros (quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e nove euros e dois centimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;
- 4 163 391,19 euros (quatro milhões, cento e sessenta e três mil, trezentose noventa e um euros e dezanove centimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou o Relatório e Contas de 2022 da MARL, SA e respetivas Demonstrações Financeiras, em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2023.

A MARL, SA não tem dívidas ao Estado ou à Segurança Social.

A “empresa-mãe” da MARL, SA, a SIMAB, SA, é detida a 100% pela Parpública, SGPS, SA.

¹¹ Excluindo subsídios ao investimento

✓
B
CR
m

11. PERSPETIVAS FUTURAS

No cumprimento das orientações definidas pelo acionista ao Conselho de Administração eleito em março de 2021 assentará a atividade futura do MARL. Assim, tais orientações visam o cumprimento do modelo de negócio definido, garantindo o cumprimento do serviço público, o preservar dos valores ao nível da segurança e saúde pública do mercado abastecedor.

Com dinamização comercial junto dos atuais e potenciais operadores, numa perspetiva de consolidação dos setores mais dinâmicos e incremento da atividade nos setores que apresentam maiores dificuldades, promovendo a eficiência e a eficácia, mas também assegurando a necessária preservação e modernização dos ativos e a sua capacitação, contribuindo desde logo para a crescente e fundamental sustentabilidade, ambiental e financeira.

Fruto dos relacionamentos institucionais que o MARL tem, enquanto membro da *World Union of Wholesale Markets*, sabemos da referência internacional que somos e do valor que assim proporcionamos aos nossos operadores. Contudo, porque nos comparamos com países com maiores recursos materiais, e completando o mercado mais de 20 anos, devemos manter a disponibilidade de aprendizagem e de *benchmarking*, para que a evolução dos próximos 20 anos não seja menor que a verificada.

Só assim continuaremos a justificar a escolha pelos operadores pelos nossos espaços. Só com mais valor entregue, continuaremos a posicionar-nos como primeira escolha no contexto geográfico em que estamos inseridos. Só assim também, asseguraremos a rentabilidade futura da exploração.

No âmbito de uma estratégia de comercialização de novos espaços, estão a decorrer diversos contactos e negociações com entidades nas áreas de logística, e outras, a que importa dar continuidade, para que seja possível potenciar receitas para cobertura de novos investimentos indispensáveis à recuperação, manutenção e dinamização das infraestruturas e equipamentos do Mercado. Esforço que deve ser incrementado. De igual modo, ao nível das atividades complementares.

Assim sendo, de um modo geral, a atividade da Empresa será norteada pelos seguintes eixos estratégicos:

- Crescer e diversificar na oferta;
- Modernizar ativos;
- Reforçar a eficiência e processos;
- Reforçar a atuação dos recursos humanos; e,
- Contribuir para a prossecução de políticas públicas.

Neste quadro de reposicionamento estratégico, a MARL, SA pretende adotar uma postura ativa na promoção de desenvolvimento regional no domínio agroalimentar e logístico, bem como através do incremento das atividades complementares presentes no mercado.

A MARL, SA mantém a visão de liderar o setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

As possibilidades de expansão do MARL, a médio prazo, deverão continuar a ser equacionadas com os diferentes parceiros públicos e privados.

Sublinhamos os valores que caracterizam o MARL: Resiliência, Eficiência e Compromisso. Estamos convictos que os desafios vão ser debelados e as oportunidades, reais e promissoras, que também existem, serão concretizadas, com tal mentalidade.

A personificação desses valores assenta nos nossos colaboradores. Por isso também propusemos alterações a este nível, permitindo subtrair à gestão dos recursos humanos, a aleatoriedade, em detrimento do concretizar do reconhecimento do empenho e dedicação.

A subida de preços da eletricidade, dos combustíveis, etc, que resultam da crise geopolítica gerada pela guerra na Ucrânia, obriga a repensar na programação das atividades para 2023, sendo essencial a continuação do acompanhamento muito próximo da evolução financeira das empresas que integram o Universo Empresarial da SIMAB, reforçando-se mecanismos de acompanhamento e análise da informação financeira de cada uma das empresas, para além do acompanhamento e informações disponibilizadas às empresas que exercem atividade nos Mercados Abastecedores.

À presente data não pode ser olvidado o regresso da guerra ao território europeu. Para além das preocupações democráticas e humanitárias que genericamente nos tocam, o reflexo é já bem real e impactante na realidade do MARL, desde logo aumento fortíssimo de custo de energia e o aumento dos preços das diversas prestações de serviços.

Podendo-se estimar em centenas de milhares de euros, tal não deixará de condicionar as escolhas estratégicas do exercício de 2023. Neste cenário, a aposta em energias renováveis e em equipamentos mais eficientes terá de ser uma realidade.

12. REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança e o apoio prestados, bem como a colaboração dos membros dos outros Órgãos Sociais, que permitiram dar continuidade ao desenvolvimento do projeto e à concretização dos objetivos do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.

Aos operadores, um especial agradecimento pelo interesse demonstrado na afirmação do projeto, claramente manifestado através da sua instalação e aposta no sucesso do Mercado.

Aos colaboradores, uma palavra especial de agradecimento pela disponibilidade, flexibilidade e dedicação demonstrados na prossecução das suas funções, em mais um ano atípico e num contexto geopolítico inesperado.

A finalizar, uma palavra de apreço às empresas responsáveis pela execução das diferentes prestações de serviços, assim como às instituições financeiras que participam na materialização deste projeto.

O Conselho de Administração da MARL, SA,



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini



João Henrique Rosa Quaresma



Luís Manuel dos Santos Matias

São Julião do Tojal, 15 de março de 2023

13. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2022, nem realizou transações com quaisquer títulos da Empresa.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único, Ricardo Jorge Pinto Dias, não detinha quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2022, não tendo realizado quaisquer transações com quaisquer títulos da Empresa.

✓
17/12
C
gm

CUMPRIMENTO
DAS ORIENTAÇÕES
LEGAIS



ÍNDICE

II. Cumprimento das Orientações Legais.....	2
1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento	2
2. Gestão do Risco Financeiro.....	7
3. Limite de crescimento do endividamento	9
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos ("arrears")	10
5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do "acionista" emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas	11
6. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações.....	11
7. Cumprimento do artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP).....	13
8. Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.	14
9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	14
[n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]	14
10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção [n.º 1, do artigo n.º 46.º do RJSPE]	14
11. Aplicação das Normas de Contratação Pública	14
12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	16
13. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais [artigo 144.º do Decreto Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto]	17
14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) [artigo 28.º do RJSPE, artigo 136.º da LOE 2022, de 31 de dezembro e artigo 102.º do DLEO 2022]	20
15. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas	22
16. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual).....	22
17. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.....	22
18. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF).....	23

II. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeitos da demonstração do cumprimento das orientações legais da MARL, SA foi seguida a estrutura constante do ofício SAI_DGTF/2023/630 de 10 de fevereiro de 2023 da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

A MARL, SA procedeu ao acompanhamento mensal do grau de cumprimento dos objetivos impostos pela Lei do Orçamentos do Estado (LOE), aprovado pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho e no Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO2022).

1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

- a) *Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2022, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.*

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

Na sequência da nomeação do atual Conselho de Administração em Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARL, SA, as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração para o mandato 2021/2023, encontram-se ainda em fase de aprovação pelo acionista.

Sem prejuízo de se aguardar a formalização dos Contratos de Gestão, a MARL, SA efetuou a monitorização dos objetivos e indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento de 2022, aprovado pelas tutelas¹.

Os objetivos quantitativos da MARL, SA estão alinhados com os objetivos estratégicos definidos ao nível da *holding* e com as orientações da tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB bem como com as orientações definidas pela tutela financeira para as empresas do Setor Empresarial do Estado².

Os objetivos, assim estabelecidos, traduzem-se, no geral, na obtenção de uma variação positiva do *EBITDA*, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução da dívida, aumento da rentabilidade acionista e redução dos prazos de pagamento a fornecedores, dando, na generalidade, cumprimento às orientações da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

- b) *Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2022, caso este tenha sido aprovado, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como a justificação para incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicáveis.*

O PAO 2022 foi elaborado nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 682/2021-SET de 29 de julho de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em que foram determinadas um conjunto de orientações específicas para a elaboração dos PAO's das empresas públicas não financeiras do SEE.

O PAO2022 da MARL, SA foi aprovado por Despacho conjunto das tutelas financeira e setorial¹.

Neste contexto, sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO2022:

¹ Despacho n.º 155/2022-SET de 04/07/2022; Despacho n.º 204/XXIV/SECSDC/2022 de 13/09/2022 - Relatório de Análise 114/2022 da UTAM, de 03/05/2022

² Despacho 682/2021 -SET de 29 de julho

Indicadores (valores em euros)	2022	PAO22	Δ (2022/PAO22)	
			(ABS)	%
EBITDA	9 943 410	10 427 864	-484 454	-4,6%
Resultado Operacional ¹⁾ EBIT	6 260 191	6 512 709	-252 518	-3,9%
Volume de Negócios	13 721 816	14 060 746	-338 930	-2,4%
Endividamento	14 900 826	16 225 627	-1 324 801	-8,2%
Dívida Financeira Líquida ²⁾ / EBITDA	149%	155%	-6,6 p.p	

¹⁾ Resultado Operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

²⁾ Endividamento - disponibilidades

) EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)

(valores em euros)	2022	PAO 2022	2022/PAO2022	
			ABS	%
Rendimentos Operacionais	14 183 506	14 512 600	-329 095	-2,3%
Gastos Operacionais	-4 240 096	-4 084 736	155 360	3,8%
EBITDA	9 943 410	10 427 864	-484 454	-4,6%

- O desvio desfavorável do **EBITDA**³, em 484,5 milhares de euros (-4,6%), face ao previsto em sede de PAO 2022, traduzindo o efeito conjugado de um desvio desfavorável nos rendimentos operacionais, em 329,1 milhares de euros (-2,3%) e de um desvio desfavorável dos gastos operacionais, em 155,4 milhares de euros (+3,8%);
- A evolução dos **rendimentos operacionais** reflete, maioritariamente, um nível de rendimentos de taxas de utilização inferior ao orçamentado, em 334,5 milhares de euros (-3%), espelhando o efeito conjugado do aumento do preço unitário em 1,25% (0,9% previsto em sede de PAO2022) e da taxa de ocupação média inferior à prevista, em alguns edifícios, maioritariamente, decorrente de: (i) ocupação nos pavilhões R04 (Polivalente) e R07 (Pescado); (ii) rescisão operada por um organismo público que ocupava uma área no edifício C01; (iii) não concretização de ocupação prevista de uma área no edifício NAC (iv) menor número de reservas de produtores do pavilhão A03 (lugares sazonais).

O desvio desfavorável é ainda influenciado por uma redução nos rendimentos provenientes da venda de frio, em razão de paragens verificadas no funcionamento de *chillers* e da opção dos operadores pela instalação de frio próprio, que vem assumindo cada vez maior expressão.

Salienta-se, no entanto:

- Relativamente ao pavilhão R04, foram realizadas novas contratualizações no 4.º trimestre de 2022, que colocam a ocupação deste pavilhão em 98%, em 31/12/2022, com uma única boxe disponível, cuja comercialização se prevê em 2023;
- No pavilhão R07, apesar das dificuldades que têm vindo a ser sentidas no setor do pescado, prevê-se, para 2023, a comercialização de duas boxes, colocando a ocupação destas áreas em 92% (88% em 31/12/2022);
- A área liberta pela S.E. Ministério da Cultura, foi ocupada por um operador que já ocupava parcialmente o edifício, reforçando assim a sua presença no Mercado, em condições negociadas em dezembro de 2020;
- Mantêm-se negociações com a Secretaria-Geral da Economia com vista à ocupação de uma área no edifício NAC, perspetivada para o segundo semestre de 2023.

³ Apurado de acordo com SNC

- O desvio desfavorável nos **gastos operacionais**, no montante de 155,4 milhares de euros (+3,8%) resulta, maioritariamente, do efeito conjugado de:
 - i. desvio desfavorável nos **FSE's**, em 260,8 milhares de euros (+9,2%), evolução maioritariamente impactada pela rubrica de eletricidade, que apresenta um desvio desfavorável de 281,2 milhares de euros (+80%), que atribuímos à conjuntura dos preços da eletricidade imputável ao atual contexto geopolítico, uma vez que este desvio é integralmente apurado no preço, já que se registam desvios favoráveis ao nível das quantidades totais consumidas (kwh).
 - ii. desvio favorável nos **gastos com pessoal**, em 145,6 milhares de euros (-14,8%), maioritariamente justificado por:
 - absentismo registado em 2022, impactado pela saída de três trabalhadores um dos quais no final de 2021 e dois no primeiro semestre de 2022, não prevista em sede de orçamento, cuja substituição só ocorreu no último trimestre de 2022;
 - previsão, em sede de PAO 2022, de abertura de duas novas vagas nos quadros da empresa, que não se verificou, na sequência de indeferimento no âmbito do despacho de aprovação do PAO2022, pelas tutelas setorial e financeira⁴.

> **Eficiência Operacional**

Eficiência Operacional - excluindo efeito geopolítico e absentismo

milhares de euros	PAO22	2022	Δ (2022/PAO22)	
			(ABS)	%
(1) Volume de negócios	14 060,7	13 721,8	-338,9	-2,4%
(2) Gastos Operacionais (FSE + RH) ^(a)	3 805,4	3 724,4	-81,0	-2,1%
<i>Efeito geopolítico^(b)</i>		-201,2		
<i>Absentismo</i>		85,0		
GO/VN = (1) / (2)	27,06%	27,14%	0,08 p.p	

^(a) Expurgado efeito absentismo e impacto geopolítico

^(b) Impacto decorrente do agravamento dos gastos com eletricidade

- O **peso dos gastos operacionais** (FSE's + RH) no volume de negócios, excluindo impacto do efeito geopolítico nos gastos com eletricidade (281,2 milhares de euros) e o efeito do absentismo (85 milhares de euros), situou-se acima do valor previsto em sede de PAO2022, em 8 pontos base;
- O **volume de negócios** apresenta um desvio desfavorável, no montante de 338,9 milhares de euros (-2,4%), traduzindo maioritariamente o efeito conjugado da evolução nas seguintes subrubricas:
 - Taxas de utilização (-334,5 milhares de euros);
 - Venda de frio (-62,4 milhares de euros);
 - Taxas de cedência de posição (+67,7 milhares de euros);
 - Outras Prestações de Serviços, incluindo taxas de consumo de energia, reparações solicitadas por operadores, taxas administrativas (-10,2 milhares de euros).
- Os **gastos operacionais** (FSE + RH), expurgado o efeito geopolítico e o absentismo, apresentam um desvio favorável de 81 milhares de euros (-2,1%) evidenciando o esforço de racionalização e de contenção de custos, necessário para acomodar o desvio desfavorável

⁴ Despacho n.º 155/2022-SET e Despacho 204 XXIII SETCS 2022

registado em algumas rubricas, por força de situações não previstas em sede de orçamento, sem, contudo, comprometer as condições de operacionalidade do mercado.

Neste contexto, a evolução dos gastos operacionais reflete, maioritariamente:

- i. Desvio favorável em **FSE** (excluindo efeito geopolítico), em 20,4 milhares de euros (-0,7%), em resultado do efeito conjugado de:
 - **Trabalhos especializados**, que apresentam um desvio desfavorável, no montante de 43,5 milhares de euros (+12,9%), refletindo, maioritariamente, o recurso a prestação de serviços de *helpdesk* na área de informática, para colmatar saída de trabalhador, em março de 2022, e para salvaguarda de riscos de cibertiques;
 - **Honorários**, que apresenta um desvio desfavorável de 48,6 milhares de euros (+118,7%), refletindo a manutenção de prestações de serviços, relativamente a duas vagas propostas para criar nos quadros da empresa, em sede de PAO2022, não aprovado pelas tutelas⁴, mantendo-se assim como prestação de serviços, face à inerente inexistência de recursos próprios;
 - **Água**, que apresenta um desvio favorável no montante de 31,7 milhares de euros (-16,2%), refletindo medidas de racionalização de consumos e os investimentos realizados nos últimos anos na área de eficiência de recursos;
 - **Manutenção**, que se situa abaixo do orçamentado em 39,6 milhares de euros (-15,5%);
 - **Segurança**, que apresenta um desvio favorável de 31,9 milhares de euros (-7,6%);
 - **Rendas e alugueres**, que se situa abaixo de PAO2022, em 14,1 milhares de euros (-29,8%), em virtude do adiamento de projetos na área de sistemas de informação;
- ii. Desvio favorável em **gastos com pessoal** (expurgando o efeito do absentismo), no montante de 61,5 milhares de euros (-6,2%), traduzindo, maioritariamente, o efeito conjugado das seguintes situações:
 - previsão, em sede de PAO 2022, da abertura de dois novos postos de trabalho nos quadros da empresa, que não se verificou, na sequência de indeferimento no âmbito do despacho de aprovação do PAO2022, pelas tutelas setorial e financeira⁵ (-53,7 milhares de euros);
 - adiamento da implementação de um Acordo de Empresa (-7,8 milhares de euros), incluindo um regime de carreiras, uma tabela salarial, um modelo de avaliação e mecanismos de progressão de carreiras, previsto em sede de orçamento 2022, por não estar ainda finalizado e consolidado, e porque se perspetiva a sua aplicação simultânea em todas as empresas do Grupo, tendo o PAO retificativo de outra participada sido aprovado apenas no último dia do ano de 2022, ao que acresce o forte impacto na execução financeira do ano de 2022, dos inesperados efeitos geopolíticos da invasão da Rússia à Ucrânia, não contemplada no momento da elaboração do PAO 2022.

› Dívida Financeira Líquida

A **dívida financeira líquida** situou-se abaixo do previsto no orçamento, em 1.408,5 milhares de euros (-8,7%), face ao previsto em sede de orçamento, evolução impactada pelo adiamento da execução do Plano de investimentos.

Efetivamente, a incerteza associada à atual conjuntura aliada ao agravamento de custos de investimento, levou ao adiamento de decisões de investimento, sendo que a sua concretização foi também impactada pela falta de oferta do mercado, com vários concursos públicos a ficarem desertos, levando a uma reprogramação da despesa, que se perspetivam concretizar em 2023.

⁵ Despacho n.º 155/2022-SET, de 04/07/2022 e Despacho 204 XXIII SETCS 2022, de 13/09/2022

- c) No que aos **investimentos** diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se o mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

Pretende-se com este ponto evidenciar a execução do Plano de Investimentos para 2022 (por projeto), apresentando, para o efeito, quadro com identificação dos valores previstos, executados e respetivos desvios.

No que concerne ao investimento realizado, em 2022, totalizou um montante de 478,4 milhares de euros, correspondente a uma taxa de execução de 25%, passando em curso para 2023, o valor de 94,8 milhares de euros, correspondente a empreitadas de intervenção em coberturas e pinturas de edifícios, grandes reparações nos PT's e Reservatório de água, perspetivando-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 2023. A execução do Plano de Investimentos apresentou-se da seguinte forma:

Investimento/Projeto (milhares de euros)	2022		Desvio	Execução	OBS:
	PAO	Execução			
Beneficiação de Edifícios e Infraestruturas	1 188,7	250,3	-938,4	21%	
Beneficiação de coberturas Edifícios	527,6	89,2	-438,3	17%	(1)
Reparação de tubagens de frio dos pavilhões	220,0	0,0	-220,0	0%	
Licenciamentos Edifícios	28,3	0,0	-28,3	0%	
Pinturas (galerias, grelhas, vias)	15,0	31,4	16,4	209%	
Obras no Edifício Cash para Licenciamento	0,0	31,5	31,5	n.d.	
Reparação Vedações/Vãos	0,0	6,0	6,0	n.d.	
Armazem para Prestadores de Serviços	0,0	26,0	26,0	n.d.	(2)
Juntas dilatação (pavimento + edifícios)	1,8	0,0	-1,8	0%	
Beneficiação Edifícios e Infraestruturas	320,0	0,0	-320,0	0%	(3)
Sistema AVAC	5,0	48,0	43,0	960%	
Projetos/ Fiscalização/consultoria	26,0	4,3	-21,7	17%	
Foodlab + IPTRANS + Feelgreen	45,0	13,7	-31,3	30%	(4)
Sistemas de Informação e Inovação Tecnológica	386,1	26,3	-340,8	7%	
Up-Grade GTC/UPS	309,0	9,2	-299,8	3%	(5)
Aquisição de PCs/Outros Equipamentos Servidores)	9,1	1,6	-7,5	0,2	
Umatização Polos Técnicos NAC					
Software	48,0	14,5	-33,4	30%	
Área Segurança	81,9	35,2	-46,7	43%	
Medidas de Autoproteção	30,0	0,0	-30,0	0%	
Aquisição de camaras de CCTV	51,9	35,2	-16,7	68%	
Área Recursos Hídricos	92,3	8,2	-84,1	9%	
Contadores de Água	10,0	0,0	-10,0	0%	
Contadores (frio)	2,3	0,0	-2,3	0%	
Reparação reservatório de água	80,0	8,2	-71,8	10%	
Área Recursos Energéticos	92,1	45,4	-46,7	49%	
Aquisição de Equipamento LED	20,0	31,8	11,8	159%	
Contadores de Frio	10,0	0,0	-10,0	0%	
Intervenções nos PTs	62,1	13,6	-48,5	22%	
Área Resíduos	10,0	15,5	5,5	155%	
Ecoboxes	0,0	6,3	6,3	n.d.	
Contentores Lixo	10,0	9,2	-0,8	92%	
Outros Equipamentos	77,3	98,6	21,3	128%	
Aquisição de Cortinas Rápidas/Portes/Foles acostagem	63,7	2,9	-60,8	5%	
Chillers/Frigodifusores/Câmaras	0,0	10,0	10,0	n.d.	(6)
Grelhas e cestos de retenção	13,6	4,1	-9,5	30%	
Equipamento transporte (Empilhador, Plat.Elevatoria)	0,0	0,0	0,0	n.d.	
Sistema de climatização Polos Técnicos do NAC	0,0	62,3	62,3	n.d.	(7)
Equipamento Frio	0,0	7,0	7,0	n.d.	
Outros equipamentos	0,0	12,3	12,3	n.d.	
Total	1 908,3	478,4	-1 429,9	25%	

Observações:

- (1) Intervenções realizadas nas coberturas e fachadas dos Pavilhões A05, A06 e R07. Desvio imputável a intervenção na cobertura do edifício Cash, adiada para o primeiro trimestre de 2023;
- (2) Construção de Armazém de apoio a prestadores de serviços, cuja finalização, inicialmente prevista para o final de 2021, acabou por transitar para 2022, justificando o desvio apurado;
- (3) Investimento previsto para reformulação de instalações sanitárias dos pavilhões e intervenção nas fachadas do edifício NAC, adiado para períodos subsequentes, por necessidade de reprogramação em função de necessidades de intervenção mais urgentes, nomeadamente, reparações no pavilhão A07 e reformulação de polos técnicos;
- (4) Investimento realizado na adaptação de espaço para cozinha industrial e sala de formação, tendo transitado do ano anterior;
- (5) Investimento adiado para períodos subsequentes;
- (6) Grande reparação de chiller (compressor para pavilhão A06), por motivo de avaria;
- (7) Instalação de sistema de climatização específico e adequado, garantindo a potência e capacidade de climatização de dois polos técnicos, ajustada ao eficiente funcionamento e manutenção de equipamentos de rede e segurança do MARL.

d) *Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.*

A MARL, SA não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, pelo que a al. c) deste ponto não é aplicável.

2. Gestão do Risco Financeiro

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente; e as condições financeiras dos clientes.

Risco de Liquidez - A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais

défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,

- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo, constituída por empréstimos de médio/longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de papel comercial;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

O objetivo da MARL, SA, em relação à gestão de capital é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente da dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão de risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da sociedade, com uma remuneração adequada dos capitais investidos e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

Destacam-se algumas das mais importantes operações de financiamento que caracterizam o passivo bancário da MARL, SA:

- Financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis (Euribor3m + 0,12%), quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento, cujo capital em dívida, a 31 de dezembro de 2022, ascende a 9.722,2 milhares de euros. No âmbito deste financiamento foi obtida garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros;
- Um Programa de Emissão de Papel Comercial, contratualizado com a Banca Comercial, em novembro de 2021, com um montante máximo de utilização de 2.400 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022 e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes. Esta linha permitiu refinar um PPC, do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado;
- Dois contratos de crédito por descoberto em conta (Grupado), que inclui a SIMAB, MARL e MARE, com um limite global de 2.700 milhares de euros. Em 31 de dezembro de 2022, estas linhas encontravam-se utilizadas, pela MARL, SA, em 205 milhares de euros; e,
- Prestações acessórias, de capital, realizadas pelo acionista SIMAB, SA no montante de 2.573,4 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022.

A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, S.A ao risco de fluxos de caixa. Estão a decorrer negociações com a banca, tendo vista a uma eventual fixação da taxa de juro, ainda que sobre parte da dívida. Contudo, dada a evolução das taxas de juro já verificadas, as condições de mercado não são a curto prazo favoráveis.

✓
LB
CK
gm

A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro⁶.

A dívida financeira da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 14.900,6 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022, que compara com 21.035,6 milhares de euros, em 2021 (-29,2%) e com 32.253,9 milhares de euros em 2019 (-53,8%). A empresa tem vindo assim a reforçar a sua estrutura de capital, de forma consolidada, por via do reforço da sua capacidade de autofinanciamento.

Dívida Financeira em 31 de dezembro

milhares de euros	2022	2021	2020	2019	2018	2017
BEI	9 722,2	12 500,0	15 277,8	18 055,6	20 833,3	23 611,1
Empréstimos Bancários MLP	0,0	171,1	510,8	847,0	1 179,2	1 507,7
Papel Comercial	2 400,0	3 600,0	5 300,0	9 850,0	3 200,0	4 250,0
Linhas Curto Prazo	205,0	1 483,2	1 221,2	382,0	642,5	887,2
Prestações Acessórias	2 573,4	3 281,4	4 172,4	3 119,4	13 384,5	14 447,9
Total	14 900,6	21 035,6	26 482,1	32 253,9	39 239,5	44 703,8
Disponibilidades	121,4	232,2	114,2	130,7	416,1	125,0
Dívida Líquida	14 779,2	20 803,4	26 367,9	32 123,2	38 823,5	44 578,8

A redução do passivo bancário, a melhoria das condições de *pricing* do financiamento e a evolução dos mercados financeiros permitiu apresentar uma evolução favorável dos encargos financeiros e uma redução significativa da taxa média de financiamento, nos últimos anos.

A evolução, face a 2021, espelha o aumento das taxas de juro de referência (Euribor), refletindo as condições atuais do mercado financeiro, a partir do segundo semestre de 2022, mantendo-se o *all in spread* das operações, na sequência das negociações mantidas com a banca comercial.

milhares de euros	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	160,9	134,5	214,3	289,1	351,6	394,3
Evolução EF (%)	20%	-37%	-26%	-18%	-11%	-20%
Taxa Média de Financiamento (%)	0,91%	0,57%	0,73%	0,81%	0,84%	0,83%

O cálculo da taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento tem subjacente não só os juros suportados, mas também as comissões financeiras e a periodização das despesas na montagem de financiamento.

3. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento de Estado para 2022 – LOE2022), apurado de acordo com a fórmula definida no n.º 4 do artigo 145.º do Decreto-lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022) e tendo em conta os novos investimentos, o crescimento do endividamento, em 2022, face a 2021, é limitado a 2%.

Nos anos de 2022 e 2021 não ocorreram aumentos de capital.

Em 2022, não se realizaram investimentos com enquadramento no conceito “novo investimento com expressão material”, definido nos termos do n.º 2 do artigo 145.º do DLEO 2022.

A taxa de variação do endividamento remunerado é calculada nos termos do n.º 4 do artigo 145.º do DL n.º 53/2022 de 12 de agosto, na definição conferida pelo ofício SAI_DGTF/2023/630 DSPE de 10 de fevereiro de 2023, apresentando-se como segue:

$$\frac{(\text{Financiamento Remunerado}_{2022} - \text{Financiamento Remunerado}_{2021}) + (\text{Capital}_{2022} - \text{Capital}_{2021}) - \text{Novos Investimentos}_{2022}}{(\text{Financiamento Remunerado}_{2021} + \text{Capital}_{2021})} = -12,0\%$$

⁶ Em 2011, através do Despacho n.º 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas “(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho n.º 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGTCP) (...)”. O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

Euro	31/12/2022	31/12/2021	Variação 2022/2021	
			Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente) ⁽¹⁾	14 900 826	21 035 626	-6 134 800	-29,2%
- do qual concedido pela DGTF	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Capital Social/Capital Estatutário	30 000 000	30 000 000	n.a.	n.a.
Aumentos de capital por conversão de créditos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Novos Investimentos no ano 2022 (com expressão material)	0	0		
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-12,0%			

⁽¹⁾ Inclui Prestações Acessórias de Capital

A MARL, SA cumpre assim os limites de endividamento legalmente definidos, tendo o passivo remunerado, em 2022, diminuído em 6 134,8 milhares de euros (-29,2%).

Importa referir que, em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho⁷ favorável ao pedido de exceção que permite às empresas do Grupo SIMAB⁸ o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos ("arrears")

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, apresenta-se de seguida a evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e a divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

PMP	2022	2021	Var. 2022/2021	
			Valor	%
Prazo (dias)	35	45	-10	-22%

O indicador do (PMP)⁷ foi de 35 dias, traduzindo uma redução de 10 dias (-22%), face ao registado em 31 de dezembro de 2021.

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

▪ Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears")

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a MARL, SA apresenta, à data de 31/12/2022, os seguintes atrasos nos pagamentos:

Dívidas vencidas

Dividas vencidas	Valor (€) 0-90 dias	Valor das dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e Serviços	6 032	0	0	0	38 269
Aquisições de Capital	51 195	36 633	0	0	0
Total	57 227	36 633	0	0	38 269

⁷ Despacho n.º 2318/2014 – SET

⁸ Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro

O «atraso no pagamento» corresponde ao não pagamento de fatura relativa ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

As dívidas a fornecedores foram calculadas de acordo com o mesmo critério do prazo médio de pagamentos apresentado no ponto anterior.

Foram excluídos do cálculo deste indicador os saldos estaveis, nomeadamente, relativos a cauções e documentos não validados para pagamento e reclamados junto do respetivo fornecedor.

O valor evidenciado com antiguidade compreendida entre 90-120 dias, no montante de 36,6 milhares de euros, refere-se a um documento não validado para pagamento, tendo sido reclamada a emissão de nota de crédito.

O valor evidenciado com antiguidade superior a 360 dias, no montante de 38,3 milhares de euros, refere-se a dívida para a qual foi negociado um plano de pagamentos em prestações, que está a ser cumprido mensalmente.

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do “acionista” emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

As contas da MARL, SA referentes ao exercício de 2021, foram aprovadas em Assembleia Geral de 31 de março de 2022⁹, estando presentes ou representados todos os acionistas.

Não existiram recomendações dos acionistas, aquando da aprovação de contas 2021.

6. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações

Em 2022, a MARL, SA aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2022 dos órgãos sociais, nomeadamente a redução remuneratória decorrente da aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

▪ Remunerações dos Órgãos Sociais

No exercício de 2022 apresentaram-se em funções os órgãos nomeados para o mandato 2021/2023, em Assembleia Geral datada de 31 de março de 2021, na sequência da realização de Assembleia Geral eletiva na SIMAB, SA, acionista maioritário.

Remuneração dos Órgãos Sociais

1. Mesa da Assembleia Geral

Mesa da Assembleia Geral							un: Euro
(Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor de Senha Fixado (€)	Designação		Valor Bruto Auferido	
				Forma ⁽¹⁾	Data		
2021/2023	Presidente	Bernardino José Torralo Soares ⁽²⁾	200	AG	31/03/2021	0	
2021/2023	Presidente	Ricardo Jorge Coleço Leão	200	AG	12/11/2021	0	
2021/2023	Secretário	João Diogo Santos Moura	100	AG	09/11/2022	0	

¹ Cessou funções em 12 de novembro de 2021

² Nomeado AG de 09 de novembro 2022 (Ata n.º 56)

Em Assembleia Geral de 31 de março de 2021, ficou por nomear o Secretário da mesa da Assembleia Geral, tendo sido nomeado em AG realizada em 09/11/2022.

O Presidente da Assembleia Geral, nomeado em Assembleia Geral de 31/03/2021, exerceu funções até 12 de novembro de 2021, data em que foi nomeado novo presidente.

⁹ Ata n.º 55

No exercício de 2022, não foram processadas senhas de presença à mesa da Assembleia Geral.

2. Conselho de Administração

Em 31 de março de 2021, foram nomeados novos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023:

(Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação				N.º de Mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade pagadora	O/D	
2021/2023	Presidente	Jorge Proença dos Reis	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	n.a	1
2021/2023	Vogal executivo	Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	n.a	1
2021/2023	Vogal não executivo	Paulo Rui Amado ⁽¹⁾	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	n.a	2
2021/2023	Vogal não executivo	Luis Manuel dos Santos Matias	Ata n.º 54 da AG	12/11/2021	n.a	n.a	1
2021/2023	Vogal não executivo	Carlos Augusto Clamote ⁽²⁾	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	n.a	1
2021/2023	Vogal não executivo	João Henrique Rosa Quaresma	Ata n.º 56 da AG	09/11/2022	n.a	n.a	1
2021/2023	Vogal não executivo	Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeira Tamagnini	Ata n.º 56 da AG	09/11/2022	n.a	n.a	1

⁽¹⁾ Renunciou ao cargo em 10/11/21, sendo substituído por Luis Manuel dos Santos Matias

⁽²⁾ Renunciou ao cargo em 27/08/22 (AG de 09/11/2022 - Ata n.º 56)

Encontra-se por nomear um dos vogais executivos, em representação do acionista SIMAB, SA.

As remunerações do Conselho de Administração em funções em 2022, foram deliberadas em Assembleia Geral de 12 de maio de 2021.

Os membros executivos do Conselho de Administração da MARL, SA (Comissão Executiva) não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARL, SA.

O Desempenho de Cargos Sociais foi estabelecido em AG de 12 de maio de 2021, nos seguintes montantes:

- Presidente (DCS SIMAB) – Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de Euro 4 130.
- Vogais Executivos (DCS SIMAB) - Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de Euro 3 385.

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento Mensal*	Despesas Representação
Jorge Proença dos Reis	S	C ⁽¹⁾	0,00	0,00
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	S	C ⁽¹⁾	0,00	0,00

(1) Classificação atribuída na Holding

Relativamente aos vogais não executivos:

Nome	Remuneração Anual 2022(€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Final (6) = (3)-(4)+(5)
Luis Manuel dos Santos Matias ⁽¹⁾	190,00	n.a	2 660,00	133,00	0,00	2 527,00
João Henrique Rosa Quaresma	190,00	n.a	0,00	0,00	0,00	0,00
Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeira Tamagnini	190,00	n.a	0,00	0,00	0,00	0,00

⁽¹⁾ Nomeado em AG de 12/11/2021

⁽²⁾ Nomeado em AG de 09/11/2022

⁽³⁾ Nomeado em AG de 09/11/2022

No que diz respeito a outros gastos com Órgãos Sociais, acresce o seguro de acidentes de trabalho indexado à remuneração do vogal não executivo Luis Manuel dos Santos Matias, que representou um gasto anual de 15,03 euros. Em 2022 foram ainda liquidadas, as remunerações relativas ao ano de 2021, a partir da data de nomeação (12/11/21), no montante de 686 euros.

A MARL, SA não incorre noutros gastos relativamente a comunicações móveis, viaturas e deslocações em serviço de nenhum dos membros do Conselho de Administração (Executivos e não Executivos).

3. Fiscalização - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas (ROC)

Os honorários do ROC, nomeado na Assembleia Geral de 31 de março de 2021, foram definidos de acordo com os critérios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, bem como de acordo com a deliberação tomada na mesma Assembleia, a qual define como valor de remuneração do Fiscal Único o valor mensal de Euro 806,25.

SROC

Nome	Remuneração Anual 2021(€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)+(2)
A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC	9 675,00	0,00	9 675,00

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2021/2023	ROC/ Fiscal Único	ROC - Ricardo Jorge Dias Pinto ⁽¹⁾	SROC: 85 ROC: 1619	20170068	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	01/04/2021	11	11
2021/2023	ROC Suplente	ROC - Marco António da Costa Reis	SROC: 85 ROC: 1616	20161226	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.d.	3	2

(1) Em representação da A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC

Em 2022, apenas foram realizados os serviços de Revisão legal de contas pela SROC.

4. Auditor Externo

A auditoria às contas da MARL, SA é realizada pelo SROC/ROC referido no ponto anterior, não existindo outro auditor externo.

a) Remuneração do Auditor Externo

A auditoria às contas da MARL, SA é realizada pelo SROC/ROC referido no ponto anterior, não existindo outro auditor externo.

b) Remunerações dos restantes trabalhadores

Foi dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2021.

Foi dado cumprimento às determinações da Lei n.º 75-B/2021, de 31 de dezembro.

Foi dado cumprimento às determinações do Decreto Lei n.º 109-A /2021, de 7 de dezembro.

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2023, relativas a 2022, de acordo com o DL n.º 25/2017 de 3 de março.

7. Cumprimento do artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não utilizam cartões de crédito para fazer face a despesas ao serviço da empresa;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas com comunicações;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, S.A não utilizam viaturas de serviço.

8. Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A MARL, SA não teve, em 2022, despesas não documentadas ou confidenciais, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e no artigo 11.º do EPG.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

[n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 março, entre um conjunto mais abrangente de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, determina, no ponto 2, que as Empresas do Setor Empresarial do Estado, promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e a homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações e que o divulguem internamente e o publiquem na respetiva página de internet.

A MARL elaborou Relatório sobre e remunerações pagas a mulheres e a homens, tendo em vista proceder a uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, com a caracterização das remunerações pagas por género, em dimensões distintas, apurando as eventuais diferenças salariais entre homens e mulheres, relativamente às remunerações, mensais, certas e permanentes (pagas 14x/ano), tendo como referência o 31 de dezembro de 2021. O referido relatório, aprovado pela Comissão Executiva a 9 de março de 2022, encontra-se divulgado no site da MARL, SA¹⁰

A MARL, em 2022, manteve a prática de uma política remuneratória transparente, com base em critérios que não os relativos ao género, sempre de respeito e repúdio por qualquer discriminação em função de quaisquer diferenças dos seus trabalhadores, entre elas o sexo.

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção [n.º 1, do artigo n.º 46.º do RJSPE]

Dando cumprimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), a MARL, SA subscrive o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas emanado pela SIMAB, extensível às suas participadas, avaliando o seu cumprimento através de relatório anual de execução, conforme previsto nos, n.º 1 e n.º 2, do artigo 46 do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A sua divulgação é feita no site da MARL, SA¹¹ www.marl.pt.

O referido Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativo ao exercício de 2022, foi aprovado na reunião de Comissão Executiva de 1 de fevereiro de 2023.

11. Aplicação das Normas de Contratação Pública

a) Cumprimento das normas de contratação pública pela MARL, SA

Todas as empresas do Grupo SIMAB, onde se insere a MARL, SA, estão sujeitas ao regime da contratação pública, sendo consideradas entidades adjudicantes, nos termos do n.º 2, do Art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) tendo, em 2022, dado cumprimento às normas de contratação pública, na formação e execução dos seus contratos, com aplicação no CCP.

Durante o ano de 2022, relativamente aos processos de aquisição, sujeitos à Parte II do Código dos Contratos Públicos e expurgados os ajustes diretos simplificados, que não careceram de tramitação processual de contratação pública, 63%, do valor total dos preços contratualizados, foram transacionados em condições concorrenciais, através de concurso público e 10% através de consulta prévia.

¹⁰ <https://www.marl.pt/govemo-da-sociedade-2/>

¹¹ https://www.marl.pt/wp-content/uploads/2023/03/GrupoSIMAB_RelatorioExecucaoAnual_PGRCIC_2022.pdf

Cerca 20% (400,4 milhares de euros) dizem respeito a 5 procedimentos por ajuste direto, com utilização de critérios materiais. De referir que um deles, no valor de 234,8 milhares de euros, decorreu do anterior concurso público, lançado em 2022, no âmbito do fornecimento de energia, serviço imprescindível à atividade do Mercado e os restantes por motivos técnicos relativos a equipamentos de grande porte e a sistemas já implementados que obrigaram ao recurso às entidades "donas" da marca ou instalação/projeto.

Apenas 7% foram efetuadas por ajuste direto a uma entidade, por serem muitos específicos da atividade, os quais se materializaram com 10 entidades, de onde resulta um preço contratual médio de 14 milhares de euros, aquém do limite legal para este tipo de procedimento.

A MARL, SA comunica os seus procedimentos de contratação pública, através do portal dos contratos públicos - Base.

b) Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços

Por forma a mitigar riscos de não cumprimento das normas de Contratação Pública, alinhado com os normativos relativos à prevenção da corrupção¹² em incrementar mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação de bens e serviços, apesar das práticas já existentes conducentes ao seu cumprimento, a MARL segue Regulamento de Controlo Interno de Contratação Pública, aprovado pela SIMAB, em 2021, que pretende constituir um conjunto de regras e princípios definidores de métodos e procedimentos aplicáveis à contratação pública, no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas, desde a fase pré-contratual, decisão de contratar/autorização de despesa, até à publicitação no portal da contratação pública.

O cumprimento do regulamento interno pretende:

- i. Reforçar os procedimentos relativos às aquisições de bens e serviços e nas empreitadas, já instituídos, promovendo o rigor e a responsabilidade individual de cada interveniente nos processos de aquisição;
- ii. Maior exigência na fundamentação e rigor, nos documentos de suporte à decisão de contratar;
- iii. Reforçar os mecanismos de controlo interno, com o recurso à segregação de funções, sempre que possível dada a dimensão das empresas;
- iv. Cumprimento do normativo, designadamente da publicitação no portal da contratação pública (Portal Base), nos termos do Art.º 127.º do Código dos Contratos Públicos, por forma a garantir a transparência nos procedimentos.

De forma resumida apresentam-se as atividades/fases englobadas no referido Regulamento Interno e a intervenção das respetivas áreas responsáveis:

¹² Designadamente Recomendação n.º 4/2020, de 2 de outubro de 2020, do CPC e Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro – Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)

Ref	Atividade	Área Responsável	Descrição
1	Informação de Necessidade	DR	DR descreve e fundamenta a necessidade, enquadrando a aquisição, o objeto, o valor prévisional, o prazo de duração, o tipo de procedimento, as entidades que pretende convidar e a proposta de júri, quando aplicável
2	Cabimentação	DF	DF procede ao registo do Cabimento Orçamental e solicita as autorizações prévias necessárias, quando aplicável
3	Controlo Interno	DC	DC analisa a Informação de Necessidade, confere as soluções jurídicas adotadas e solicita os pareceres necessários (Ficha de Verificação I)
4	Peças do Procedimento	DR	DR, na sequência dos pareceres positivos, elabora o convite/procedimento e o caderno de encargos e elabora proposta ao órgão competente para a decisão de contratar
5	Controlo Interno	DC	DC verifica o teor do convite, caderno de encargos e proposta ao órgão competente para contratar (ficha de verificação II)
6	Decisão de Contratar	CA/CE	Órgão competente para a decisão de contratar delibera sobre a proposta da DR que inclui a Informação de Necessidade, a cabimentação, os pareceres, a designação do júri quando aplicável e as peças do procedimento
7	Publicitação Procedimento (Convites; Anúncio)	DC	DC procede ao envio dos Convites, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou à submissão do anúncio e disponibilização do procedimento na plataforma de contratação pública
8		DC	Técnico responsável pela Caixa de Correio/Plataforma Contratação pública verifica se, no prazo definido, os convidados/interessados apresentaram pedido de esclarecimento e/ou de retificação de peças ou correção de erros ou omissões
9	Prazo para apresentar proposta	DR/Júri	Júri analisa os pedidos e DR elabora informação, que remete ao órgão competente para contratar, para sua deliberação, quando aplicável. Caso haja respostas, o Técnico Responsável pela Caixa de Correio ou plataforma disponibiliza-as aos Convidados/interessados
10	Lista de Concorrentes	Júri	Júri inicia a análise das propostas, elaborando a lista de concorrentes, a qual é publicada na plataforma ou notificada por correio eletrónico a todos os convidados
11	Avaliação	Júri	Júri avalia as propostas de acordo com o critério de avaliação definido, podendo pedir esclarecimentos às entidades convidadas
12	Relatório Preliminar	Júri	Depois da avaliação, o Júri elabora o Relatório no qual indica a proposta que classificou em primeiro lugar e submete-o a audiência prévia
13	Relatório Final	Júri	Júri analisa as pronúncias em sede de Audiência prévia e caso haja alteração da ordenação submete o novo Relatório a nova audiência prévia. Caso contrário, elabora o Relatório Final propondo a adjudicação ao concorrente cuja proposta esteja ordenada em 1.º lugar.
14	Proposta de Adjudicação	DR	De acordo com o Relatório elaborado pelo Júri do procedimento, DR elabora proposta de adjudicação, com Informação, Minuta do Contrato e minuta de ofício de notificação da adjudicação
15	Cabimentação	DF	DF procede à correção do valor previamente cabimentado de acordo com o valor a adjudicar
16	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação da proposta de adjudicação (Ficha de Verificação III)
17	Aprovação de Adjudicação	CA/CE	Órgão competente para contratar delibera sobre o Relatório Final e minuta do contrato e delibera pela adjudicação ou não adjudicação
18	Notificação ao Adjudicatário	DC	DC procede ao envio da notificação da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, se devida e minuta de contrato, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou submissão na plataforma de contratação pública.
19	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação do procedimento de habilitação (Ficha de Verificação IV)
20	Assinatura do contrato	CA/CE	No prazo de 30 dias contados a partir da aceitação da minuta.
21	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação e auditoria do procedimento (Ficha de Verificação Final) e à publicitação do Contrato no Portal BASE

Legendas/Símbolos:

DR Direção Requisitante

DC Direção Compliance

DF Direção Financeira

CA/CE Conselho de Administração/Comissão Executiva

c) Na MARL, SA não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A MARL, SA aderiu em 2016, como Entidade Voluntária, ao SNCP através de contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP).

13. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais [artigo 144.º do Decreto Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto]

Tendo por base as medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, previstas no artigo 144.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2022, segue, nos pontos seguintes, a explanação do seu grau de cumprimento.

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a sociedade continua a implementar uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

PRC - Plano de Redução de Custos

milhares de euros	2022	2022	2021	2020	2019	2022/2021		2022/2019	
	Execução	PAO	Execução	Execução	Execução	ABS	%	ABS	%
(0) EBITDA	9 943,4	10,4	10 312,1	10 354,8	10 169,9	-368,7	-3,6%	-226,4	-2,2%
(1) CMVMC	0,0	0,0	0,0	0,9	0,5	n.d.	n.d.	-0,5	-100,0%
(2) FSE	3 081,5	2 820,7	2 684,9	2 631,5	2 529,1	386,6	14,3%	552,5	21,8%
(3) Gastos com o Pessoal	839,0	984,7	945,7	918,2	916,1	-106,6	-11,3%	-77,1	-8,4%
(i) Relativos aos órgãos sociais ⁽¹⁾	155,6	155,1	154,6	155,1	155,1	1,0	0,7%	0,7	0,4%
(ii) Indemnizações pagas por rescisão ⁽²⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	n.d.	0,0	n.d.
(iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ⁽³⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	n.d.	0,0	n.d.
(iv) Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ⁽⁴⁾	108,5	0,0	19,7	40,5	0,0	n.d.	n.d.	108,5	n.d.
(4) Gastos com o Pessoal sem os impactos i., ii., iii e iv)	791,7	829,5	809,5	722,5	761,0	-17,8	-2,2%	30,7	4,0%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ⁽⁵⁾	281,2					281,2	n.d.	281,2	n.d.
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1) + (2) + (3) - (5)	3 638,4	3 805,4	3 640,6	3 590,6	3 445,7	-1,2	0,0%	193,7	5,6%
(7) Volume de Negócios (VN)	13 721,8	14 060,7	13 799,9	13 590,6	13 613,0	-78,1	-0,6%	108,8	0,8%
Subsídios à exploração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0	n.d.
Indemnizações compensatórias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0	n.d.
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ⁽⁵⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0	n.d.
(9) Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7) + (8)	13 721,8	14 060,7	13 799,9	13 590,6	13 613,0	-78,1	-0,6%	108,8	0,8%
(10) Peso dos Gastos/VN (6)/(9)	26,5%	27,1%	26,4%	26,1%	25,3%	0,14 p.p.		1,27 p.p.	
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	2,8	1,9	0,1	2,3	15,5	2,7	2310%	-12,7	-81,9%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/pessoal)	0,4	0,2	0,0	0,2	3,1	0,4	3400%	-2,6	-65,7%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ⁽¹⁾	20,4	19,5	26,0	17,8	22,2	-5,6	-21,6%	-1,9	-8,5%
(iv) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0,0	0,0	1,0	10,4	44,6	-1,0	n.d.	-44,6	-100,0%
(11) Total = (i)+(ii)+(iii)+(iv)	23,6	21,6	27,1	30,6	85,4	-3,5	-12,9%	-61,7	-72,3%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	30	30	29	29	30	1,0	3,4%	0,0	0,0%
N.º Órgãos Sociais (OS) ⁽¹⁾	5	5	4	4	4	1,0	25,0%	1,0	25,0%
N.º Cargos Direção (CD)	4	4	4	4	4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	21	21	21	21	22	0,0	0,0%	-1,0	-4,5%
N.º Trabalhadores / N.º CD	5	5	5	5	6	0,0	0,0%	-0,3	-4,5%
N.º Viaturas	7	7	7	7	7	0,0	0,0%	0,0	0,0%

⁽¹⁾ Conforme disposto na alínea a) do n.º5 do artigo 144.º do DLEO 2022

⁽²⁾ Refere-se ao impacto nos gastos com eletricidade atribuído à crise geopolítica e corresponde ao diferencial entre as expectativas de gastos previstas no PAO2022 e o real de 2022.

⁽³⁾ Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

▪ EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)

[assegurar o crescimento do EBITDA face ao ano anterior de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa]

(valores em euros)	2019	2020	2021	2022	2022/2021	
					ABS	%
Rendimentos Operacionais	14 126,2	14 170,0	14 265,4	14 183,5	-81,9	-0,6%
Gastos Operacionais	-3 956,4	-3 815,2	-3 953,3	-4 240,1	286,8	7,3%
EBITDA	10 169,9	10 354,8	10 312,1	9 943,4	-368,7	-3,6%

Em 2022, o **EBITDA** ascendeu a 9.943,4 milhares de euros, registando um decréscimo de 368,7 milhares de euros (-3,6%), face ao ano anterior.

A evolução decorre do efeito conjugado de um decréscimo nos rendimentos operacionais, em 81,9 milhares de euros (-0,6%) e de um aumento nos gastos operacionais, em 286,8 milhares de euros (+7,3%).

- A performance nos **rendimentos operacionais** reflete maioritariamente o efeito conjugado da evolução das seguintes subrubricas:
 - i. crescimento dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, em 15,7 milhares de euros (+0,2%);
 - ii. decréscimo nos rendimentos de taxas de utilização dos lugares sazonais, em 65,7 milhares de euros (-9,2%);
 - iii. decréscimo dos rendimentos da venda de frio, em 47,9 milhares de euros (-29,9%), na linha de evolução dos últimos anos, traduzindo uma redução das quantidades (kwhl) vendidas, em razão de paragens verificadas no funcionamento de *chillers* e da opção dos operadores pela instalação de frio próprio, que vem assumindo cada vez maior expressão;
 - iv. aumento nos rendimentos provenientes da integração plena de taxas de acesso por motivo de rescisão contratual, em 76,7 milhares de euros (+168,8%) e decréscimo na integração recorrente de taxas de acesso, em 16,7 milhares de euros (-1%);
 - v. evolução desfavorável em rendimentos provenientes de taxas de cedência de posição contratual, em 31,2 milhares de euros (-19,1%).
- O aumento nos **gastos operacionais**, no montante de 286,8 milhares de euros (+7,3%) resulta do efeito conjugado de:
 - i. desvio desfavorável nos **FSE's**, em 386,6 milhares de euros (+14,3%), evolução maioritariamente impactada pela rubrica de eletricidade, que apresenta um desvio desfavorável de 278,8 milhares de euros (+78,8%), que atribuímos à conjuntura de aumento dos preços da eletricidade imputável ao atual contexto geopolítico, uma vez que este desvio é integralmente apurado no preço, já que se registam desvios favoráveis ao nível das quantidades totais consumidas (kwh).
 - ii. desvio favorável nos **gastos com pessoal**, em 106,6 milhares de euros (-11,3%), maioritariamente justificado pelo absentismo registado em 2022, impactado pela licença sabática de um trabalhador, em 2022 e pela saída de três trabalhadores um dos quais no final de 2021 e dois no primeiro semestre de 2022, cuja substituição só ocorreu no último trimestre de 2022;

▪ **Peso dos Gastos Operacionais (CMV +FSE + Gastos com Pessoal) / VN**

[n.º 1, artigo 144.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto]

Na prossecução do objetivo de redução de gastos operacionais (FSE + Gastos com o Pessoal), determina o artigo 144.º do DL n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO) que as empresas públicas devem assegurar a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2021, uma vez que este ano apresenta um volume de negócios superior a 2019.

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a empresa continua a implementar uma política de melhoria

de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

Para efeitos do disposto no DLEO, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, expurgando o impacto no aumento da despesa operacional atribuído ao contexto geopolítico, aumentou em 14 pontos base, comparativamente ao ano anterior, em resultado do efeito conjugado de:

- Redução do **volume de negócios**, em 78,8 milhares de euros (-0,6%), conforme detalhado no ponto anterior;
- Redução dos **gastos operacionais** (excluindo impacto atribuído a contexto geopolítico), em 1,2 milhares de euros (-0,03%), traduzindo o impacto de:
 - i. aumento nos **FSE's**, em 105,4 milhares de euros (+3,7%), evolução maioritariamente apurada nas rubricas de: (i) trabalhos especializados que aumentam em 62,6 milhares de euros (+19,7%), refletindo, maioritariamente, o recurso a prestações de serviços de *helpdesk* na área de informática, para colmatar saída de trabalhador, em março de 2022, bem como ações de reforço na área da cibersegurança; (ii) honorários, que apresenta um aumento de 34,8 milhares de euros (+63,6%), correspondente a prestações de serviços em regime de recibos verdes, relativamente a um recurso previsto integrar nos quadros da empresa, em sede de PAO2022, não aprovado pelas tutelas⁴; (iii) manutenção, que apresenta um aumento no montante de 14,1 milhares de euros (+7%), relativamente a intervenções em equipamento de produção de frio.

Importa referir que foram adotadas medidas de controlo e contenção de custos, incluindo o corte de despesas acessórias, por forma a mitigar o efeito desfavorável registado nestas rubricas, com vista a garantir a eficiência operacional sem, contudo, comprometer a operacionalidade do Mercado.

Neste contexto, registam-se reduções nas rubricas de: (i) água, em 18,4 milhares de euros (-10,1%); (ii) segurança, em 24,9 milhares de euros (-6%), evidenciando um menor recurso a serviços gratificados da GNR e (iii) publicidade, em 10,6 milhares de euros (-53,8%);

- ii. desvio favorável nos **gastos com pessoal**, em 106,6 milhares de euros (-11,3%), maioritariamente justificado pelo absentismo registado em 2022, impactado pela licença sabática de um trabalhador e saída de três trabalhadores, um dos quais no final de 2021 e dois no primeiro semestre de 2022, cuja substituição só ocorreu no último trimestre de 2022.

▪ **Gastos com o Pessoal**

[n.º5, al. a), artigo 144.º, do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto]

Os gastos com o pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias obrigatórias, bem como do efeito do absentismo, apresentam-se abaixo de 2021, em 9,8 milhares de euros, traduzindo o efeito conjugado de

- i. Encargos com estágio remunerado (-6,5 milhares de euros);
- ii. Horas de trabalho suplementar e noturno (+1,3 milhares de euros);
- iii. Gastos com formação (-10,4 milhares de euros);
- iv. Outros gastos, como seguros de acidentes de trabalho, medicina no trabalho, ajudas de custo, fardamento e outros (+5,9 milhares de euros).

▪ **Número de trabalhadores efetivos e de cargos dirigentes**

Em 31 de dezembro de 2022, a MARL, SA apresenta um quadro de 25 trabalhadores, dos quais 4 são dirigentes, um trabalhador encontra-se cedido por interesse público e um encontra-se em situação de licença sabática.

) **Encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel**

[n.º5, al. b), artigo 144.º, do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto]

Em 2022, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria encontram-se abaixo dos registados em 2021, em 3,5 milhares de euros (-12,9%).

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens e estacionamento, que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

Os gastos associados à frota da MARL, SA apresentaram-se abaixo dos gastos incorridos em 2021, em 5,6 milhares de euros (-21,6%). Estes gastos incluem todos os gastos passíveis de serem associados às viaturas (rendas, seguros, portagens e estacionamento, manutenção, combustíveis).

Importa referir que os gastos com frota, em 2021, incorporam o valor de 7,2 milhares de euros incorrido com a entrega de viaturas e respetivos acertos de recondicionamento e danos. Expurgando este efeito, os gastos com a frota automóvel apresentavam um aumento, face a 2021, de 1,6 milhares de euros, apurado nas subrubrica de seguros, portagens e ALD, sendo que, em 2021 registaram-se dois meses sem encargos com ALD de duas viaturas que integram a frota, por atraso na entrega das mesmas.

No final de 2022, a frota automóvel da MARL, SA era composta por 6 viaturas, 5 em regime de aluguer operacional, e 1 que pertence ao seu ativo (ligeiros de mercadorias, com 15 anos), a qual encontra-se cedida a prestador de serviços que opera dentro do Mercado.

Frota Automóvel - MARL

Euro	2020	2021	2022	2022/2021	
	Execução	Execução	Execução	Valor	%
Gastos com a frota automóvel (€)	17 764,4	25 957,9	20 359,9	-5 598,1	-21,6%
ALD	15 860,6	22 253,7	15 983,5	-6 270,2	-28,2%
Combustíveis	834,5	2 676,4	2 646,6	-29,8	-1,1%
Manutenção	20,0	79,3	58,9	-20,5	-25,8%
Seguros	949,3	847,6	1 022,5	174,9	20,6%
Portagens/Estacionamentos	67,6	68,4	616,0	547,6	800,5%
IUC	32,5	32,5	32,5	0,0	0,0%
Nº de veículos	7	7	6	-1	-14,3%

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) [artigo 28.º do RJSPE, artigo 136.º da LOE 2022, de 31 de dezembro e artigo 102.º do DLEO 2022]

A situação financeira das empresas do Grupo SIMAB, entre as quais a MARL, SA, obriga ao recurso permanente a instrumentos de dívida de longo, médio e curto prazo, nomeadamente, a descobertos autorizados, programas de emissão de papel comercial e financiamentos de médio/longo prazo para suportar investimentos de expansão da capacidade dos Mercados.

Neste contexto, as empresas recorrem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP.

A maior ou menor capacidade de negociação das linhas de financiamento depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias, que são utilizados pela empresa, bem como do volume/valor dos movimentos efetuados junto das instituições financeiras.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo SIMAB são desenvolvidas pela holding, procurando criar os meios necessários para fazer face às necessidades das participadas, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A utilização de linhas de descoberto autorizado como instrumento de financiamento dos *deficits* de tesouraria gerados nas empresas do Grupo, determina a manutenção de depósitos bancários, que na realidade consubstanciam, maioritariamente saldos resultantes do desfasamento temporal (em geral correspondente a 1 dia), originado pelo mecanismo de movimentação de fluxos operado pelos Bancos, entre a compensação de saldos credores (excedentes) e saldos devedores (utilização de linhas de Descoberto bancário).

Os montantes visam assim garantir a estabilidade das operações das empresas, assegurando a existência dos fundos necessários à sua atividade corrente e compromissos periódicos como o pagamento de juros e de prestações de capital, no âmbito de financiamentos obtidos, impostos, fornecedores ou salários, uma vez que a sua simples existência pressupõe que as empresas se estão a financiar para os manter.

Os "excedentes de tesouraria" gerados são assim, diariamente aplicados na redução de utilização de linhas de apoio à tesouraria (Descobertos autorizados), por forma a minimizar o custo do financiamento.

Não havendo, portanto, excessos de liquidez/tesouraria, e face à necessidade das empresas do Grupo recorrerem à banca comercial para operações de financiamento, uma vez que o IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, à semelhança do procedimento adotado em anos anteriores, entendeu o Conselho de Administração da SIMAB, SA solicitar exceção do cumprimento do princípio da UTE, para as empresas do Grupo SIMAB relativamente a 2022 e 2023¹³, ao abrigo do disposto no artigo 135.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e do artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ao IGCP a dispensa do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O Despacho n.º 0472/2022, de 7 de julho de 2022, do IGCP, em resposta ao pedido da SIMAB, SA, alheio à necessidade das empresas recorrerem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP, e do impacto financeiro negativo resultante da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP, autorizou apenas a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado, à semelhança dos anos anteriores.

Neste contexto, todas as empresas do Grupo SIMAB (SIMAB, SA; MARL, SA; MARF, SA; MARB, SA e MARE, SA) detêm contas no IGCP, encontrando-se em utilização como canal financeiro o *Homebanking*.

Adicionalmente, têm vindo a ser adotadas outras medidas que permitem incrementar a transacionalidade destas contas, nomeadamente, a indicação do IBAN da conta que cada empresa detém junto do IGCP, nas faturas emitidas pelas empresas, como única opção de pagamento por via de transferência bancária, utilização de cartão de crédito para gestão de fundo de maneo, pagamentos de Via Verde, para além do encerramento de contas em bancos com os quais o Grupo SIMAB não detém qualquer operação de financiamento.

É prestada informação trimestral, via SIRIEF, sobre os montantes e as entidades em que se encontram a totalidade das disponibilidades das empresas do Grupo.

¹³ Ref.ª ADM/220031 de 7 de junho de 2022

un: Euro

Banca Comercial *	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
NOVO BANCO	0	0	0	0
BANCO BPI, SA	5 784	80 201	5 050	3 154
MONTEIRO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	11 621	28 688	10 824	26 134
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	0	4 360	0	10 494
IGCP	65 940	27 493	15 876	74 038
Total	83 344	140 741	31 751	113 820
Juros auferidos	0	0	0	0

Nota: os valores apresentados são acumulados ao trimestre

un: Euro

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	65 940	27 493	15 876	74 038
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	65 940	27 493	15 876	74 038

Nota: os valores apresentados são acumulados ao trimestre

A MARL, SA não detém aplicações financeiras.

15. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas

Não aplicável, em virtude de não se terem realizado auditorias pelo Tribunal de Contas à MARL, SA, nos últimos três anos.

Em 2022, o Tribunal de Contas solicitou informação e esclarecimentos adicionais, relativamente ao ano de 2019, que considerou pertinente para completar a conta da MARL, SA do referido ano.

16. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual)

Em 13 de novembro de 2022, a MARL, SA apresentou o Plano para a Igualdade da MARL, S.A., para o ano 2023, nos termos da legislação¹⁴, com a elaboração e submissão através do Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas desenvolvido pela CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, encontrando-se este publicitado no sítio na internet da empresa¹⁵ e divulgado internamente pelos trabalhadores, através da sua afixação em local próprio.

17. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.

Não aplicável à MARL, SA, porquanto a empresa detém um número médio de trabalhadores inferior a 500.

¹⁴ Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, n.º 3 do artigo 7.º

¹⁵ <https://www.marl.pt/wp-content/uploads/2022/11/Plano-MARL.pdf>

18. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Apêndice 1 - EPNF SA - 2022

Informação a constar no site do SEE	Divulgação			Data atualizaç ão	Comentários
	S	N	N.A.		
Estatutos	X				Site Empresa
Caracterização da Empresa	X				Site Empresa
Função de tutela e acionista	X				Site Empresa
Modelo de Governo/ Membros dos órgãos Sociais					
- Identificação dos Órgãos Sociais	X				Site empresa e reporte no SIREF
- Estatuto Remuneratório Fixado	X				
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X				Relatório de Gestão (disponível no site da MARL) e site da MARL
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X				Site empresa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X				Relatório Governo Societário (disponível no site da MARL)
Esforço Financeiro Público			X		
Ficha Síntese	X				
Informação Financeira histórica e atual	X				Site empresa e reporte no SIREF
Princípios do Bom Governo					
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	X			2021	Relatório Governo Societário (disponível no site da MARL) e SIREF
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X			2021	Relatório Governo Societário (disponível no site da MARL) e SIREF
- Outras Transações	X			2021	Relatório Governo Societário (disponível no site da MARL) e SIREF
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:					
Económico	X			2021	Relatório de Sustentabilidade (site MARL, SA)
Social	X			2021	Relatório de Sustentabilidade (site MARL, SA)
Ambiental	X			2021	Relatório de Sustentabilidade (site MARL, SA)
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X			2021	Relatório de Gestão (disponível no site da MARL) e SIREF
- Código de Ética	X			2021	Site Empresa

Tabela de Cumprimento das Orientações Legais

Apêndice 2 - EPNF SA - 2022

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantifica- ção	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão			X		
Metas a atingir constantes do PAO 2022					Parte II RGC - Cumprimento das Orientações Legais - Ponto 1
EBITDA		X		-4,6%	Ver ponto 8.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
(FSEs + G&P)/VN		X		0,08 p.p	Ver ponto 8.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Investimento		X		25,1%	Ver ponto 8.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - % execução
Dívida/Capital Próprio	X			18,2%	
EBIT/Capital Próprio	X			7,7%	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGOR/SGE			X		
Gestão do Risco Financeiro	X			0,34 p.p.	Ver ponto 8.2. - Cumprimento das Orientações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-12,0%	Ver Ponto 8.3 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Evolução do PMP a fornecedores	X			-10	Ver Ponto 8.4 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] var. (dias)
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			74 902 €	Ver Ponto 8.4 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			X		Não foram feitas recomendações na aprovação de contas de 2021
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X			0 €	Valor correspondente a um vogal não executivo. Os órgãos sociais indicados pela SIMAB, S.A., não auferem diretamente qualquer remuneração na esfera pessoal, uma vez que, de acordo com o EGP apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam.
C.A. - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	X			-133 €	Relatório do Governo Societário - Ponto VIII.1.
Fiscalização (CF/ROCFU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)			X		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)			X		
EGP - Artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Ver Ponto 8.7 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP	X				Ver Ponto 8.8 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais					
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					Ver Ponto 8.9 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	X				
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre a prevenção da Corrupção					Ver Ponto 8.10 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Ver Ponto 8.12 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Aplicação das Normas de contratação pública pelas entidades			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X		Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas
Gastos Operacionais das empresas públicas		X		-122,5%	Ver Ponto 8.13 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2017)	X				Despacho 0472/2022, de 7 de julho de 2022 (Ponto 8.14 do Relatório e Contas - Cumprimento das orientações legais)
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	X			65%	% disponibilidades e aplicações no IGCP em 31/12
Disponibilidades e aplicação na Banca Comercial	X			39 782 €	Saldo em 31/12
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			0 €	
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Ponto 8.15 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7 da lei 62/2017, de 1 de agosto			X		Ponto 8.16 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Apresentação da demonstração não financeira			X		Ponto 8.17 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]

O Conselho de Administração da MARL, SA,



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini



João Henrique Rosa Quaresma



Luís Manuel dos Santos Matias

Loures, 15 de março de 2023.

✓
11/11
OK
gm

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO

Un: EURO

GR. L&L&L

RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8.1	113.065.621,18	116.279.946,86
Ativos intangíveis	7	305.996,37	306.537,96
Outros investimentos financeiros	12	1.831,47	1.504,81
Creditos a receber	21.6	112.028,75	184.794,12
Ativos por impostos diferidos	20.1	276.843,93	282.135,54
ATIVO CORRENTE			
Clientes	21.3	959.132,29	1.216.849,93
Outras créditos a receber	21.7	136.023,29	106.494,47
Diferimentos	13.1	49.902,37	22.221,76
Caixa e depósitos bancários	4	121.405,78	232.230,88
Total do Ativo		115.028.785,43	118.632.716,33
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	22.1	29.999.999,76	29.999.999,76
Reservas legais	22.3.1	4.780.279,40	4.292.558,81
Resultados transitados	22.3.2	33.583.090,48	29.193.605,16
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	22.3.3	8.770.917,59	9.074.604,83
Resultado líquido do Período		4.625.990,21	4.877.205,91
Total Capital Próprio		81.760.277,44	77.437.974,47
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	17.1	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10	10.717.844,41	15.403.622,19
Diferimentos	13.2	9.888.901,89	11.582.388,59
Passivos por impostos diferidos	20.1	25.514,17	26.462,40
Outras dívidas a pagar	21.8	3.895.208,63	3.915.507,64
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	21.4	363.876,84	394.759,44
Adiantamentos de clientes	21.5	884,10	884,10
Estado e outros entes públicos	20.2.1	428.543,72	735.087,11
Financiamentos obtidos	10	4.182.981,72	5.632.004,16
Outras dívidas a pagar	21.8	1.980.906,03	1.685.573,07
Diferimentos	13.2	1.783.846,48	1.818.453,16
Total do Passivo		33.268.507,99	41.194.741,86
Total do Capital Próprio e do Passivo		115.028.785,43	118.632.716,33

O Contabilista Certificado

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa
Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Jorge Proença dos Reis

Jorge Proença dos Reis

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeira Tamagnini

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeira Tamagnini

João Henriques Rosa Quaresma

João Henriques Rosa Quaresma

Luís Manuel dos Santos Matias

Luís Manuel dos Santos Matias

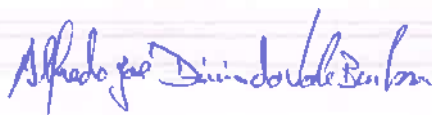
São Julião do Tojal, 15 de março de 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Un: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	14	13.721.815,75	13.799.886,97
Subsídios à exploração	15	112,00	5 838,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consum.	16	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23	(3.081.548,09)	(2.694.934,04)
Gastos com o pessoal	24	(839.026,38)	(945.652,95)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 / 21.3	(7 220,83)	(13 331,62)
Provisões (aumentos/reduções)	17.1	0,00	0,00
Aumentos/reduções justo valor	25.2	(109,70)	20,57
Outros rendimentos	25.3	461.577,87	459.662,89
Outros gastos	25.1	(312.190,86)	(299.349,96)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.943.409,76	10.312.140,03
Gastos/reversões depreciação e amortização	25.4	(3.683.218,44)	(3.680.433,28)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.260.191,32	6.631.706,75
Juros e gastos similares suportados	25.5	(128.634,30)	(134.527,32)
Resultados antes de impostos		6.131.557,02	6.497.179,43
Imposto sobre o rendimento do exercício	20.1	1.505.566,81	1.619.973,52
Resultado líquido do exercício		4.625.990,21	4.877.205,91

O Contabilista Certificado



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

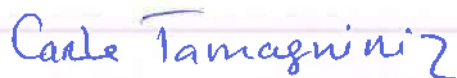
O Conselho de Administração da MARL, SA.



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeira Tamagnini



João Henriques Rosa Quaresma



Luís Manuel dos Santos Matias

MAPA DE VARIAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

Un: EURO

	NOTAS	31-12-2022	31-12-2021
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		15 707 290,08	15 530 192,67
Recebimentos de Taxas de Acesso		-	-
Pagamentos a fornecedores		(4 183 385,84)	(4 006 859,99)
Pagamentos ao pessoal		(789 103,23)	(895 326,99)
Fluxos gerados pelas operações		10 734 801,01	10 628 005,69
(Pagamentos)/recebimentos de IRC	4.2	(1 708 506,49)	(1 503 556,79)
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(2 408 429,49)	(2 362 860,13)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1	6 617 865,03	6 761 588,77
Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(515 454,62)	(1 039 074,02)
Ativos Intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		615,20	-
Activos Intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e Rendimentos Similares similares		0,75	-
Fluxos de Caixa das Atividades de investimento	2	(514 838,67)	(1 039 074,02)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		1 959 481,83	6 745 862,70
Empréstimos Acionistas		-	700 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(8 094 505,39)	(12 392 384,48)
Financiamentos bancários		(7 386 505,39)	(11 301 384,48)
Suprimentos		(708 000,00)	(1 091 000,00)
Juros e Gastos similares		(78 827,90)	(157 987,74)
Fluxos das Atividades de Financiamento	3	(6 213 851,46)	(5 604 509,52)
Variação de Caixa e Seus equivalentes	4=1+2+3	(110 825,10)	118 005,23
Caixa e seus Equivalentes no início do período		232 230,88	114 225,65
Caixa e seus Equivalentes no fim do período	4.1	121 405,78	232 230,88

O Técnico Oficial de Contas

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA

Jorge Proença dos Reis

Jorge Proença dos Reis

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

João Henriques Rosa Quaresma

João Henriques Rosa Quaresma

Luís Manuel dos Santos Matias

Luís Manuel dos Santos Matias

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Un: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Demonstração das Alterações no Capital Próprio dos períodos: findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2022						Total	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Exercícios / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2021	1	25.999.999,76	3.825.313,20	0,00	24.988.394,67	9.378.292,07	4.672.456,10	72.864.455,80	72.864.455,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa									
Valor Bruto								3,00	0,00
Impostos diferidos								3,00	0,00
Subsídios para ativos depreciables									
Valor Bruto								(391.854,48)	(391.854,48)
Impostos diferidos								88.167,24	88.167,24
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020								3,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
								(4.672.456,10)	0,00
								(4.672.456,10)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	467.245,51	0,00	4.205.210,49	(303.687,24)	(4.672.456,10)	(303.687,24)	(303.687,24)
RESULTADO INTEGRAL	3	0,00	467.245,51	0,00	4.205.210,49	(303.687,24)	4.877.205,91	4.877.205,91	4.877.205,91
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4-2-3	0,00	467.245,51	0,00	4.205.210,49	(303.687,24)	204.749,81	4.573.518,67	4.573.518,67
Realizações de capital									
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 / 1 DE JANEIRO DE 2022	4-1-4-5	25.999.999,76	4.292.558,81	0,00	29.193.605,16	9.074.604,83	4.877.205,91	77.437.974,47	77.437.974,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa									
Valor Bruto								3,00	0,00
Impostos diferidos								3,00	0,00
Subsídios para ativos depreciables									
Valor Bruto								(391.854,48)	(391.854,48)
Impostos diferidos								88.167,24	88.167,24
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021								3,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
								(4.877.205,91)	0,00
								(4.877.205,91)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	467.245,51	0,00	4.389.485,32	(303.687,24)	(4.877.205,91)	(303.687,24)	(303.687,24)
RESULTADO INTEGRAL	8	0,00	467.245,51	0,00	4.389.485,32	(303.687,24)	4.635.990,21	4.635.990,21	4.635.990,21
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9-2-8	0,00	467.245,51	0,00	4.389.485,32	(303.687,24)	(251.215,70)	4.322.306,97	4.322.306,97
Realizações de capital									
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10-4-9	25.999.999,76	4.780.279,40	0,00	33.583.090,48	8.770.517,59	4.635.990,21	81.760.277,44	81.760.277,44

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa
Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Jorge Proença dos Reis
Jorge Proença dos Reis

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saralva
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saralva

Carla Tamagnini
Carla Isabele Marcelo de Matos Bandeira Tamagnini

João Henriques Rosa Quaresma
João Henriques Rosa Quaresma

Luis Manuel dos Santos Matias
Luis Manuel dos Santos Matias

7/
1 DF
CR
2017

NOTAS
ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO

A 31 DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em EUROS)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A sociedade MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. foi constituída por escritura pública, em 27 de dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade em 1 de janeiro de 1994. A sua sede social está localizada no Lugar do Quintanilho em São Julião do Tojal, Loures.

O seu objeto social consiste na promoção, construção, exploração e gestão, direta ou indiretamente, do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de quaisquer outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de participações sociais e gestão de serviços relacionados com o seu objeto social.

A empresa dispõe de endereço eletrónico (marl@marl.pt) e de página da internet (www.marl.pt).

A Empresa é detida pela SIMAB – Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA; pelo Município de Lisboa, pelo Município de Loures e pela Santa Casa da Misericórdia, sendo a sua Empresa mãe intermédia a SIMAB, SA, com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 – Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal, e a sua empresa mãe final é a PARPÚBLICA- Participações Públicas, SGPS, SA, com sede na Av. Defensores de Chaves, nº 6 – Piso 6, 1000-117 Lisboa, PORTUGAL.

As demonstrações financeiras compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Estrutura Conceptual (Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro), as Bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro), o Código de Contas (Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro) e as Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística (Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho). Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

§ 1
PB
OK
jm

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021.

2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descreve. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Juros e ganhos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Propriedades de investimento

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico – SNC – suscitou diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis da MARL, S.A., designadamente quanto ao seu registo em Ativos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11), dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer, ou não, os mesmos como propriedades de investimento e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o fator determinante para a classificação dos ativos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pela MARL, S.A. como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, se analisarmos a estrutura de custos da Empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis.

Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela MARL, S.A.

O MARL é hoje entendido num conceito mais amplo de Plataforma Logística de Base Alimentar, sendo uma estrutura dinâmica e polivalente, multipolar, multiprodutos e multifunções, inserida em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio.

Face ao exposto, a Empresa optou por manter o registo contabilístico dos imóveis afetos à exploração, em ativos fixos tangíveis.

3.3. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, e de acordo com o período de vida útil esperado dos bens, entre 3 em 10 anos. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras ativos fixos tangíveis	4 a 10

Sempre que há alguma indicação de que os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é o maior entre (i) o valor justo deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração dos resultados, a menos que tal perda venha compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, a perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecida já não existem ou diminuíram. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica "Reversão de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é feita até ao montante que seria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os custos incorridos com ativos fixos tangíveis, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis".

O ganho (ou a perda), resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação (Nota 8).

3.5. Subsídios obtidos

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração de resultados por naturezas, numa base sistemática como rendimentos do período (Nota 18), de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição de destinaram. Caso os subsídios respeitem a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida, as quantias serão mantidas em capital próprio, exceto se forem necessárias para compensar qualquer perda por imparidade.

Sempre que é reconhecida uma perda por imparidade nos ativos subsidiados, é transferida para resultados (em outros rendimentos) a parcela de subsídio correspondente à proporção da perda por imparidade reconhecida. Quando ocorre qualquer reversão de perdas por imparidade, nos referidos ativos, é efetuada a correspondente correção em resultados (em outros gastos).

3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Empresa são basicamente os clientes e outros créditos a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os financiamentos obtidos e os fornecedores e outras dívidas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

3.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 21.3). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

3.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica de empréstimos bancários, no balanço (Nota 4).

3.6.3. Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é considerado imaterial.

3.6.4. Financiamentos obtidos

Os empréstimos (Nota 10) são registados ao custo e no passivo corrente, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Os empréstimos sob a forma de papel comercial são classificados como passivos não correntes por terem garantia de colocação por um prazo superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração utilizar este instrumento de financiamento por um prazo superior a um ano. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Os encargos financeiros são contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras dívidas a pagar" (Nota 21.8).

3.6.5. Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio (Nota 22).

3.6.6. Imparidades

Os ativos financeiros incluídos na categoria custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.6.7. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Provisões, passivos e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 17.1).

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota (Nota 17.2).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 17.2).

3.8. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas (Nota 9).

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber (Nota 14).

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato e que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, são diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato;
- No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso poderá ser reconhecida pela sua totalidade;
- As prestações de serviços englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço.

São considerados serviços adicionais: portagens; consumo de frio, consumo de água salgada, inscrições sazonais dos clientes, utilização sazonal de espaços, utilização de câmara frigoríficas, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

7
B
ZF
CR
pr

3.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos (Nota 25.5).

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias (Nota 20). Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

A quantia contabilizada em ativos ou passivos por impostos diferidos deve, de acordo com a IAS 12, refletir as consequências fiscais da forma como a Empresa espera vir a recuperar ou liquidar os seus ativos e passivos, os quais têm associados o cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos, se na jurisdição em que opere essa recuperação ou liquidação for importante determinar quer a taxa de tributação quer a base fiscal aplicáveis. Caso a forma como é feita esta recuperação ou liquidação afete a taxa de tributação futura aplicável, ou a base tributável, a Empresa deve mensurar os ativos e passivos por impostos diferidos de acordo, não com os pressupostos verificados aquando do apuramento do imposto corrente, mas sim tendo em conta os pressupostos que se verificarão aquando da tributação efetiva, de acordo com a lei fiscal em vigor.

3.12. Especialização dos exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em "Outros ativos correntes" ou em "Outros passivos correntes", respetivamente nas rubricas de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos". Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de "Diferimentos", respetivamente, no passivo e no ativo.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos

subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas incluem:

- (i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- (iv) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

3.14. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, faltas autorizadas e remuneradas, subsídios de transporte, alimentação, férias, natal, de acumulação de funções e isenção de horário. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o período civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.16. Rubricas de Capital Próprio

(i) Capital Social

Esta rubrica inclui as entradas de capital dos sócios, deduzidas de reduções de capital destinadas à cobertura prejuízos.

(ii) Reservas legais

De acordo com o Estatutos da sociedade, pelo menos 10% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível e não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social.

(iii) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui, nomeadamente, reservas livres constituídas ao abrigo de autorização. São também incluídos nesta rubrica os ganhos por aumentos de justo valor das propriedades de investimento que, de acordo com o n.º 2 do artigo 32.º do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(iv) Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os subsídios governamentais que se encontram por imputar na quota parte das depreciações sobre o custo de aquisição dos ativos que lhes estão afetos.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

Contas	Ano 2022			
	Saldo Inicial	Debitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8.986,65	1.456.519,91	1.457.920,52	7.586,04
Depósitos à ordem	73.244,23	40.176.031,67	40.135.456,16	113.819,74
Outros depósitos bancários	150 000,00	0,00	150 000,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	232.230,88	41.632.551,58	41.743.376,68	121.405,78

Contas	Ano 2021			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8.347,22	1.634.628,97	1.633.989,54	8.986,65
Depósitos à ordem	105.878,43	48.844.693,10	48.877.327,30	73.244,23
Outros depósitos bancários	0,00	150 000,00	0,00	150 000,00
Total caixa e depósitos bancários	114.225,65	50.629.322,07	50.511.316,84	232.230,88

4.2. Outras informações:

Descrição	2022	2021
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações de seguros não vida	4.288,74	11.198,36
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	1.708.506,49	1.503.556,79

NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. A revisão das estimativas, em exercícios seguintes, não é considerada um erro, sendo reconhecidas em resultados e objeto de divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARL, S.A. são incluídas na consolidação de contas da SIMAB, SA, através do método de consolidação integral.

6.1. Entidades que participam no capital da empresa:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
NIF	503 045 446	503 045 446
Denominação	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	26 361 351,64 €	26 361 351,64 €
Direito de voto	87,87%	87,87%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
NIF	500 051 070	500 051 070
Denominação	Câmara Municipal de Lisboa	Câmara Municipal de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	2 970 272,55 €	2 970 272,55 €
Direito de voto	9,90%	9,90%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
NIF	500 745 471	500 745 471
Denominação	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	445 806,60 €	445 806,60 €
Direito de voto	1,49%	1,49%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
NIF	501 294 996	501 294 996
Denominação	Câmara Municipal de Loures	Câmara Municipal de Loures
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	222 568,97 €	222 568,97 €
Direito de voto	0,74%	0,74%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não



6.2. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da Empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente por esta à MARL, S.A.

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, nos exercícios findos em 2022 e 2021, foram as seguintes:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Desempenho Cargos Sociais	152.599,92		152.599,92	
Vencimentos	2.641,92		1.853,13	
Subsidio de Férias	361,00		156,43	
Subsidio de Natal	204,57		156,43	
Senhas de Presença		0,00		0,00
Total	155.807,41	0,00	154.765,91	0,00

Os Administradores executivos indicados pelo Município de Lisboa e pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, não recebem quaisquer remunerações, atendendo ao estipulado no artigo 31. do Estatuto do Gestor Público.

6.3. Transações com a Empresa mãe:

As transações e a sua natureza resumem-se às seguintes:

- A SIMAB, S.A. presta serviços à MARL, S.A., no âmbito da assessoria em diversas áreas, designadamente jurídica e de recursos humanos, técnica (arquitetura e engenharia) e gestão administrativa;
- Paralelamente, e numa ótica de otimização de recursos existentes nas duas sociedades, a MARL, S.A. presta serviços à SIMAB, S.A., de (a) assessoria financeira (b) de tesouraria, (c) recursos humanos (d) apoio administrativo (e) apoio informático e (f) apoio técnico;
- A SIMAB, S.A. detém um contrato de utilização dos escritórios da sociedade com a MARL;
- São realizadas operações de financiamento da SIMAB, S.A. à MARL, S.A. sob a forma de suprimentos, que vencem juros e demais encargos financeiros;

Todas as transações apresentadas encontram-se formalizadas por Contrato de Gestão, Contratos de Prestações Acessórias de Capital ou deliberação do Conselho de Administração.

Os saldos e as transações, efetuadas com a Empresa-mãe, são os seguintes:

31/12/2022							
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	1 809,50	319.622,09	27.110,86	52.053,99	0,00	58.206,72	6 511,44
Total	1 809,50	319.622,09	27.110,86	52.053,99	0,00	58.206,72	6 511,44

(*) Valores com IVA incluído

31/12/2021							
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	2 721,00	323.603,13	30.196,02	39.852,96	0,00	62.005,35	9 530,51
Total	2 721,00	323.603,13	30.196,02	39.852,96	0,00	62.005,35	9 530,51

(*) Valores com IVA incluído

Os pagamentos entre as Empresas do Grupo (subsidiárias e associadas) estão fixados em 30 dias após a data de emissão das faturas.

A variação nos empréstimos obtidos é detalhada conforme se segue:

31/12/2022				
Empréstimos obtidos	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2022
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	3.281.400,00	0,00	708.000,00	2.573.400,00
Total	3.281.400,00	0,00	708.000,00	2.573.400,00

31/12/2021				
Empréstimos obtidos	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2021
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	4.172.400,00	200.000,00	1.091.000,00	3.281.400,00
Total	4.172.400,00	200.000,00	1.091.000,00	3.281.400,00

Em 2012, na sequência de uma política de concentração de crédito bancário na esfera da empresa mãe, em condições de *pricing* mais favoráveis, procedeu-se à substituição de passivo bancário da MARL, S.A. por empréstimos acionistas, sob a forma de prestações acessórias de capital, que ascendem, em 31 de dezembro de 2022, ao montante global de 2.573.400,00 euros (Nota 10.2).

No exercício de 2022, a MARL, S.A. teve uma diminuição nas prestações acessórias de capital no valor de 708.000,00 euros.

6.4. Transações entre partes relacionadas:

A MARL, S.A. tem relações especiais com:

- Associação 5 ao Dia, em virtude do Vogal do Conselho de Administração da SIMAB, S.A. presidir a esta Associação e a MARL, S.A. ser associada da referida associação;

- Câmara Municipal de Loures, enquanto fornecedor de tarifas/taxas (licenciamentos), eventualmente necessários no decorrer da atividade da MARL, S.A;
- Câmara Municipal de Loures, enquanto cliente, pela utilização de espaços da MARL, S.A;

Os saldos e as transações efetuadas com Empresas consideradas partes relacionadas, são os seguintes:

31/12/2022							
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	180,00	18.639,87	-	38.135,50	-	32.486,00	688,90
Associação 5 ao Dia	-	-	3.500,00	0,00	-	120,00	0,00
Total	180,00	18.639,87	3.500,00	38.135,50	0,00	32.606,00	688,90

(*) Valores com IVA incluído

31/12/2021							
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	-	40.377,87	-	55.736,50	-	31.443,02	0,00
Associação 5 ao Dia	-	-	3.500,00	0,00	-	120,00	0,00
MARB - Merc. Abast. Reg. Braga, S.A.	-	18,15	-	0,00	-	-	0,00
Total	0,00	40.396,02	3.500,00	55.736,50	0,00	31.563,02	0,00

(*) Valores com IVA incluído

NOTA 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2022 e 2021, na quantia escriturada dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

31/12/2022						
Rubricas	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis - em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	0,00	495.747,22
Ajustamentos de conversão						0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	14.519,32	14.519,32
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	14.519,32	510.266,54
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade						
Saldo inicial	0,00	138.414,08	23.340,89	27.454,29	0,00	189.209,26
Ajustamentos de conversão						0,00
Perdas por imparidade/Reversão						0,00
Amortizações do exercício	0,00	1.796,40	0,00	13.264,51		15.060,91
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	0,00	140.210,48	23.340,89	40.718,80	0,00	204.270,17
Ativos Líquidos	0,00	2.099,80	2.870,39	286.506,86	14.519,32	305.996,37

Rubricas	31/12/2021					Total
	Projetos de Desenvol.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis - em curso	
Ativos						
Saldo Inicial	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	0,00	495.747,22
Ajustamentos de conversão						0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	0,00	495.747,22
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade						
Saldo inicial	0,00	136.617,68	23.340,89	14.169,21	0,00	174.127,78
Ajustamentos de conversão						0,00
Perdas por imparidade/Reversão			0,00			0,00
Amortizações do exercício	0,00	1.796,40	0,00	13.285,08	0,00	15.081,48
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	0,00	138.414,08	23.340,89	27.454,29	0,00	189.209,26
Ativos Líquidos	0,00	3.896,20	2.870,39	299.771,37	0,00	306.537,96

Tendo presente este contexto, durante o exercício de 2022, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Intangíveis foram os seguintes:

O montante de 14.519,32 euros que a 31 de dezembro de 2022 ainda se encontra em curso refere-se a:

- (i) Aquisição de novo software: Panorama Central Management Software (firewalls) e IoT Security (monitorização da rede ao nível da segurança).

Relativamente às amortizações do exercício, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciações e amortizações" em 2022, o montante de 15.061 euros.

NOTA 8 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Os valores destas avaliações são suportados pela performance histórica e pelas expectativas de desenvolvimento do negócio e dos respetivos mercados, consubstanciadas em planos de médio/longo prazo com pressupostos aprovados pela Administração.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à MARL, SA.

No final de 2013, foi realizado um teste de imparidade dos ativos fixos da MARL, S.A. que determinou o reconhecimento de imparidade dos ativos fixos, à luz das normas internacionais de contabilidade (IAS 36, NCRF12 e a IFRS 13). De acordo com o § 53 da NCRF12 (§ 11 da IAS 36), na avaliação da necessidade de proceder a uma reversão de imparidade de ativos, registadas em períodos anteriores, a entidade deve ter em consideração a indicação de que "as taxas de juro de mercado ou outras taxas de retorno de investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições poderão afetar a taxa de desconto usada ao calcular o valor de uso do ativo e aumentar materialmente a sua quantia recuperável".

Em 2015, perante a evidência de que as taxas de juro de mercado diminuíram, desde o teste de imparidade aos ativos fixos, realizado em 31 de dezembro de 2013, e que essa evolução pudesse ter alterado a taxa de desconto usada para calcular o valor de uso dos ativos e aumentar materialmente a sua quantia recuperável, foi realizado novo teste de imparidade aos ativos fixos da empresa, que conduziu ao apuramento de uma reversão de perdas por imparidade em ativos fixos no montante de 10.910,3 milhares de euros.

Em 2016, perante as novas perspetivas de evolução do MARL, com base numa política rigorosa de controlo de gastos operacionais e da implementação de uma nova dinâmica comercial, com tradução, numa redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, face a 2015 e em negociações concretas para a comercialização de novas áreas com diversas entidades, algumas das quais já instaladas no mercado, estima-se que a capacidade de libertação de *cash flows* operacionais da empresa irá ser reforçada, a curto prazo. Assim, existindo alterações nas estimativas utilizadas para determinar a quantia recuperável do ativo fixo do MARL, desde o último teste realizado, em 31/12/2015, foi efetuado novo teste de imparidade, com referência a 31/12/2016, por entidade independente.

Em 2022, verificaram-se alterações significativas nos mercados financeiros com impacto na taxa de desconto utilizada no apuramento da quantia recuperável da UGC, desde logo, no que respeita ao agravamento das taxas de juro de referência.

De acordo com o § 7 da NCRF12, a alteração das taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos durante o período, com impacto na taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de uso de um ativo e a consequente diminuição materialmente relevante na quantia recuperável do ativo, constitui indício para avaliação da necessidade de realização de teste de imparidade.

Neste contexto, foi realizado Teste de imparidade dos Ativos Fixos da MARL, SA, com referência a 31 de dezembro de 2022.

No teste de imparidade foram utilizados os seguintes pressupostos chave:

Imparidade Ativos Fixos - Principais pressupostos 2022	Valor de uso
Taxa de desconto (período previsional)	8,18%
Taxa de desconto (perpetuidade)	8,37%
Período de avaliação	4 anos
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%

O Conselho de Administração considera que o valor apurado pelo teste de imparidade realizado não configura um impacto material no valor da quantia escriturada dos ativos fixos que determine o registo de uma reversão de perdas por imparidade dos ativos fixos.

ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, nos exercícios de 2022 e 2021, foi o seguinte:

31/12/2022								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.137.805,22	80.015.052,71	1.121.472,54	10.188,13	17.112,57	1.389.290,36	948.982,35	209.427.538,88
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		3.957,50	10.931,45	0,00	11.527,49	65.802,38	268.672,70	463.891,52
Transferências		969.779,38	0,00	0,00	0,00	45.994,24	(10.677,82)	0,00
Abates		(5.832,08)	(5.840,10)	0,00	(60.095,99)	(43.742,59)	(8.912,44)	(125.423,20)
Alienações		0,00	0,00	(4.450,00)	(4.135,64)	(19.173,15)	0,00	(21758,79)
Saldo Final	24.137.805,22	80.981.957,51	1.129.563,89	97.358,13	1.660.423,43	1.544.171,24	192.968,99	209.744.248,41
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	247.098,23	89.510.105,55	685.567,60	95.897,33	1.642.278,50	966.644,81	0,00	93.147.592,02
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.452.766,11	89.787,87	5.895,84	23.060,58	96.647,33		3.668.67,53
Perdas por imparidade/Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	(5,38)	(204,81)		(209,37)
Abates		(6.832,08)	(5.840,10)	0,00	(60.090,80)	(43.742,59)		(116.505,57)
Alienações		0,00	0,00	(4.450,00)	(3.521,44)	(11.946,12)		(19.917,56)
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	(489,82)		(489,82)
Saldo Final	247.098,23	92.958.039,58	789.515,17	97.343,17	1.601.721,65	1006.909,43	0,00	96.678.627,23
Ativos Líquidos	23.890.706,99	88.023.917,93	360.048,72	14,96	58.701,78	537.261,81	192.968,99	113.065.621,18

31/12/2021								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.137.805,22	177.556.910,64	1.095.366,46	10.188,13	17.112,57	1.333.165,83	493.373,03	206.428.588,40
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		1.930.855,67	11.085,91	0,00	5.562,90	52.681,73	1.006.312,97	3.006.489,18
Transferências		532.220,98	15.030,17	0,00	0,00	3.452,80	(550.703,65)	0,00
Abates	0,00	(4.834,28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.834,28)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(2.804,42)	0,00	0,00	(2.804,42)
Saldo Final	24.137.805,22	180.015.052,71	1.121.472,54	10.188,13	17.112,57	1.389.290,36	948.982,35	209.427.538,88
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	247.098,23	89.510.105,55	685.567,60	95.897,33	1.642.278,50	966.644,81	0,00	93.147.592,02
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.438.314,58	104.136,34	5.895,84	25.055,58	91.689,46		3.685.351,80
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	(50,06)	0,00		(50,06)
Abates		(4.934,28)	0,00	0,00	0,00	0,00		(4.934,28)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(1.991,64)	0,00		(1.991,64)
Outros		7.866,90	4.603,74	0,00	0,00	518,64		13.389,28
Saldo Final	247.098,23	92.958.039,58	789.515,17	95.897,33	1.642.278,50	966.644,81	0,00	93.147.592,02
Ativos Líquidos	23.890.706,99	88.004.947,16	431.904,94	5.910,80	70.848,07	422.645,55	948.982,35	116.279.948,88

Tendo presente este contexto, durante o exercício de 2022, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

O aumento registado na rubrica de "Edifícios e Outras Construções" no montante de 973.736,88 euros, traduziram-se nos seguintes investimentos:

- (i) Grande reparação no montante de 3.957 euros, referente à reabilitação da cobertura do BAR 1;
- (ii) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
 - a. Grande reparação no montante de 463.411 euros, relativo à empreitada de reabilitação dos espaços GEC-10 e GEC-11 no edifício NAC;
 - b. Grande reparação no montante de 220.560 euros, relativo à empreitada de reabilitação do edifício C1-CASH;
 - c. Construção do edifício CRE-2 no montante de 177.325 euros, para prestadores de serviços do MARL;

- d. Grande reparação no montante de 60.468 euros, referente à reabilitação da cobertura do pavilhão A06;
- e. Grande reparação no montante de 48.013 euros, referente à reabilitação do espaço localizado no topo norte do pavilhão R07 (antiga fábrica do gelo).

O aumento registado na rubrica de "Equipamento Básico" no montante de 13.931,45 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Grande reparação de um chiller no pavilhão A06, no montante de 9.953 euros;
- (ii) Aquisição de cortinas rápidas no pavilhão R02, no montante de 3.978 euros.

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento Administrativo", no montante de 11.527,49 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição de UPS de apoio à rede de emergência/rede socorrida do piso 2 do NAC, no montante de 6.438 euros;
- (ii) Aquisição de UPS's, no montante de 2.762 euros;
- (iii) Aquisição de monitores, no montante de 1.597 euros;
- (iv) Aquisição de mobiliário de escritório, no montante de 730 euros.

O aumento verificado na rubrica de "Outros Ativos Fixos Tangíveis", no montante de 211.798,62 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição e montagem de unidades de climatização nas salas técnicas do edifício NAC, no montante de 62.291 euros;
- (ii) Reforço do sistema de CCTV do mercado, no montante de 35.184 euros;
- (iii) Aquisição e montagem de iluminação LED nos escritórios do edifício NAC, no montante de 31.834 euros;
- (iv) Aquisição de contentores (85un de 1100L e 18un de 360L), no montante de 15.462 euros;
- (v) Aquisição e montagem de aparelhos de ar condicionado tipo mural (interior) no edifício NAC, no montante de 7.022 euros;
- (vi) Aquisição de tampas e grelhas metálicas para as redes pluviais e telecomunicações, no montante de 4.125 euros;
- (vii) Aquisição de baías galvanizadas, no montante de 4.087 euros;
- (viii) Aquisição e instalação de carretéis com caixa, no montante de 2.200 euros;
- (ix) Aquisição e montagem de 2 portas no edifício NAC, no montante de 2.883 euros;
- (x) Aquisição de desumidificadores, no montante de 712 euros;
- (xi) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
 - a. Ampliação do sistema de videovigilância (CCTV), no montante de 37.474 euros;
 - b. Aquisição e montagem de vão e portas de acesso às coberturas dos pavilhões A05, A08, R04 e R07, no montante de 6.048 euros;
 - c. Sistema de segurança relativo à empreitada de reabilitação dos espaços GEC-10 e GEC-11 no edifício NAC, no montante de 2.472 euros.

O aumento registado na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em curso" no montante de 268.672,70 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Empreitada para remodelação no edifício NAC, para instalação de uma cozinha industrial experimental, no montante de 13.719 euros;
- (ii) Empreitada de construção de um pavilhão destinado às empresas que prestam serviços à MARL, no montante de 30.366 euros;
- (iii) Empreitada de reabilitação do reservatório de água, célula 2, no montante de 8.155 euros;
- (iv) Empreitada de reparação dos postos de transformação, no montante de 13.581 euros;
- (v) Continuação do projeto de alterações do edifício CASH, no montante de 31.501 euros;
- (vi) Empreitada de reabilitação do espaço localizado no topo norte do pavilhão R07 (antiga fábrica do gelo), no montante de 48.013 euros;
- (vii) Empreitada de reabilitação de coberturas de diversos pavilhões, no montante de 25.733 euros;
- (viii) Empreitada de reabilitação da fachada do pavilhão R07, no montante de 31.640 euros;
- (ix) Aquisição e montagem de vão e portas de acesso às coberturas dos pavilhões A05, A08, R04 e R07, no montante de 6.048 euros;
- (x) Empreitada de reabilitação da cobertura do pavilhão A06, no montante de 59.541 euros;
- (xi) Ensaaios acústicos no BAR 5, no montante de 375 euros.
- (xii) O montante de 1.015.773,62 euros registado em "Transferências" na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso" refere-se à transferência para "Ativos Fixos Tangíveis" devido à conclusão de algumas obras. Sendo que 195.422 euros referente a aquisições de 2022 e 820.351 euros referentes a anos anteriores;

O montante de 192.960,99 euros que a 31 de dezembro de 2022 ainda se encontra em curso refere-se essencialmente a:

- (ii) Empreitada de reabilitação da fachada do pavilhão R07, no montante de 31.640 euros;
- (iii) Empreitada de reparação dos postos de transformação, no montante de 13.581 euros;
- (iv) Empreitada de reabilitação de coberturas de diversos pavilhões, no montante de 25.733 euros;
- (v) Empreitada de reabilitação do reservatório de água, célula 2, no montante de 8.155 euros;
- (vi) Assessoria e auditorias ao plano de modernização do mercado no montante de 54.920 euros;
- (vii) Projeto de integração Schneider/Primavera, no montante de 14.332 euros;
- (viii) Licenciamentos diversos no montante de 23.514 euros;
- (ix) Continuação da assessoria e auditorias ao plano de modernização do mercado no montante de 15.141 euros;
- (x) Elaboração do plano de emergência (Medidas de Autoproteção), no montante de 5.930 euros.

O montante dos abates registado na rubrica "Edifícios e Outras Construções" refere-se a:

- (i) Abate (parcial) das luminárias dos escritórios do edifício NAC, no montante de 0.032 euros;

O montante dos abates registado na rubrica "Equipamento básico" refere-se a:

- (i) Abate de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 5.840 euros;

O montante das alienações registado na rubrica "Equipamento de Transporte" refere-se a:

- (i) Alienação de uma viatura para abate, no montante de 4.450 euros;

O montante dos abates registado na rubrica "Equipamento Administrativo" refere-se a:

- (i) Abate de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 60.096 euros;

O montante das alienações registado na rubrica "Equipamento Administrativo" refere-se a:

- (i) Alienação de computadores, no montante de 3.398 euros;
- (ii) Alienação de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 738 euros;

O montante dos abates registado na rubrica "Outros Ativos Fixos Tangíveis" refere-se a:

- (i) Abate (parcial) de equipamento de segurança, resultante da ampliação/renovação do sistema de videovigilância (CCTV), no montante de 35.184 euros;
- (ii) Abate de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 8.558 euros;

O montante das alienações registado na rubrica "Equipamento Administrativo" refere-se a:

- (i) Alienação de contentores do lixo danificados, no montante de 7.046 euros;
- (ii) Alienação de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 6.127 euros;

No total, estas operações geraram uma menos-valia no montante de 646 euros.

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" em 2022, o montante de 3.668.157,53 euros.

NOTA 9 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

9.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A MARL, S.A. não tem atualmente nenhum contrato de locação financeira a decorrer.

9.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de aluguer de viaturas ao serviço da MARL, S.A. revestem a natureza de locações operacionais. Estes não preveem a opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como gasto, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram conforme se segue:

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais em vigor				31/12/2022	31/12/2021
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos mínimos das locações	Pagamentos mínimos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "55-QV-31"	ALD Automotive	51680	8/mar/16	7/mar/21	0,00	1 619,93
Viatura "55-QV-32"	ALD Automotive	51679	8/mar/16	7/mar/21	0,00	1 061,48
Viatura "38-RP-26"	Kinto	1414	8/jul/16	7/jul/21	0,00	0,00
Viatura "38-RP-33"	Kinto	1414	8/jul/16	7/jul/21	0,00	4 284,19
Viatura "49-RP-59"	Kinto	1414	8/jul/16	7/jul/21	0,00	5 243,02
Viatura "31-RL-68"	Opel	MLA70436/2016	19/jul/16	19/jul/21	0,00	3 443,26
Viatura "AI-48-JB"	LESYS	1102653512	21/jul/21	20/jul/26	3 753,48	1 674,91
Viatura "AI-49-JB"	LESYS	1102653510	21/jul/21	20/jul/26	3 753,48	1 674,94
Viatura "AI-51-JB"	LESYS	1102653511	22/jul/21	21/jul/26	3 753,36	1 664,81
Viatura "AJ-66-CA"	ALD Automotive	5033496	31/ago/21	30/ago/26	2 361,60	793,58
Viatura "AJ-19-CB"	ALD Automotive	5033497	31/ago/21	30/ago/26	2 361,60	793,56
Total					15 983,52	22 253,68

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31/12/2022	31/12/2021
Vencíveis até 1 ano	16 007,64	16 007,64
Vencíveis entre 1 e 5 anos	40 410,75	56 418,39
Vencíveis a mais de 5 anos		
Total	56 418,39	72 426,03

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica "Financiamentos Obtidos" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos obtidos (passivo não corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	6.944.444,41	9.722.222,19
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco Santander Totta	0,00	0,00
Banco BPI	1.200.000,00	2.400.000,00
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	2.573.400,00	3.281.400,00
Total	10.717.844,41	15.403.622,19

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos obtidos (passivo corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	2.777.777,78	2.777.777,78
Banco Santander Totta (BANIF)	0,00	171.056,16
Descobertos Bancários		
Banco Santander Totta	0,00	296.913,94
Banco Comercial Português	204.981,14	1 186 256,28
Cartões de Crédito		
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	222,80	0,00
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco BPI	1.200.000,00	1.200.000,00
Total	4.182.981,72	5.632.004,16

10.1. Caracterização dos empréstimos bancários

- Contrato de financiamento a médio e longo prazo

No dia 8 de outubro de 2001, na sequência dos contactos e negociações havidas com o *Banco Europeu de Investimento (BEI)*, foi assinado um contrato de financiamento com esta entidade bancária europeia. No âmbito deste financiamento, em 8 de setembro de 2011, foi concedido aval do Estado Português, garantindo o cumprimento das obrigações de capital e juros deste financiamento até à maturidade.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas:

Financiamento BEI

Montante	50.000.000,00
Montante em dívida a 31/12/2022	9.722.222,19
Maturidade	25 anos
Período carência	7 anos
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor 3 meses
Spread	+0,12%
Data primeiro reembolso	15/09/2008
Data último reembolso	15/03/2026

- Contrato de financiamento para a aquisição do edifício C01

Foi celebrado com o BANIF, SA (atual Banco Santander Totta) um contrato de financiamento de médio/longo prazo, em 30 de maio de 2007, no montante de 4.672.000 euros, com prazo de 15 anos, para financiamento da aquisição do edifício C01 no MARL, com vencimento mensal de amortizações de capital e juros e com maturidade em junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida está totalmente saldada.

▪ **Descoberto Autorizado**

À data de 31 de dezembro de 2022, a MARL, S.A. tinha contratualizado duas linhas de apoio à tesouraria, sendo utilizadas ao longo do ano em função dos défices/excedentes de tesouraria gerados diariamente, permitindo assim uma otimização de tesouraria e redução dos encargos financeiros, com as seguintes características:

Em 23 de maio de 2016 foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Comercial Português, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE, com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder, em cada momento, o limite global estabelecido. Em 5 de março de 2018, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.200.000 euros.

Em 31 de maio de 2016, foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Santander Totta, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder em cada momento o limite global estabelecido. Em 19 de dezembro de 2019, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.000.000 euros, sendo que o limite máximo de utilização pela MARL, SA é fixado em 500.000 euros.

▪ **Cartões de Crédito**

Em dezembro de 2021, foi contratualizado com o IGCP a utilização de cartão de crédito para fazer face pagamentos da Via Verde

▪ **Programa de Emissão de Papel Comercial**

Em novembro de 2021, foi contratualizado com a Banca Comercial um Programa de Emissão de Papel Comercial, no montante de 3 600 milhares de euros, com prazo de 3 anos e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes. Esta linha permitiu refinar um PPC, do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado.

10.2. Prestações Acessórias de Capital

Em 2022, a MARL, S.A., amortizou prestações acessórias de capital do acionista SIMAB, SA, no montante de 708.000,00 euros (Nota 6.3).

À data de 31 de dezembro de 2022, as prestações acessórias de capital realizadas à MARL, S.A. ascendem a 2.573.400,00 euros, conforme seguidamente se apresenta:

Prestações Assessórias SIMAB		
Data da Realização	Montante	Montante em dívida a 31/12/2022
13/09/2018	400.000,00	173.400,00
26/09/2019	360.000,00	360.000,00
27/12/2019	90.000,00	90.000,00
23/12/2020	1.950.000,00	1950.000,00
Total	2.800.000,00	2.573.400,00

Os contratos vencem juros mensais à taxa determinada pelo custo de financiamento bancário da empresa mãe, por referência ao mês anterior. Em 2022, correspondeu a uma taxa média de 0,93%.

NOTA 11 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Os movimentos registados na rubrica de perdas por imparidades de ativos fixos é conforme se segue:

			31/12/2022				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final
2022	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.137.616,14	0,00	0,00	(209,37)	3.137.406,77
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		Totais	3.137.645,83	0,00	0,00	(209,37)	3.137.436,46

			31/12/2021				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final
2021	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.137.766,20	0,00	0,00	(150,06)	3.137.616,14
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		Totais	3.137.795,89	0,00	0,00	(150,06)	3.137.645,83

O valor registado em regularizações diz respeito, essencialmente à alienação de diverso equipamento que se encontrava fora de uso.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica "Outros Ativos Financeiros" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Investimentos Financeiros		
Outras Aplicações Financeiras		
Fundos - FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	1.831,47	1.504,81
Total	1.831,47	1.504,81

No cumprimento da Lei 70/2013 de 30 de agosto, passou a ser constituído o Fundo de Compensação do Trabalho de carácter obrigatório para contratos de trabalhos celebrados após 01/10/2013.

NOTA 13 – DIFERIMENTOS

13.1. Diferimentos Ativos

O detalhe da rubrica "Diferimentos" no ativo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Diferimentos		
Gastos a reconhecer (Ativos Correntes)		
Seguros	1.074,06	1.137,31
Outros gastos a reconhecer	48.828,31	21.084,45
Total	49.902,37	22.221,76

O valor registado na rubrica "outros gastos a reconhecer" no montante de 48.828,31 euros, inclui:

- (i) Gastos de financiamento e comissões bancárias no montante de 805 euros;
- (ii) Licenças Microsoft no montante de 3.696 euros;

- (iii) Licenças Firewall, Office(cloud), alojamentos de mail e de website no montante de 7.339 euros.
- (iv) Contrato Primavera, Sigcont e faturação eletrónica no montante de 1.340 euros;
- (v) Contrato Infotrust no montante de 900 euros;
- (vi) Repasse de eletricidade aos operadores no montante de 33.312 euros;
- (vii) Outros gastos a reconhecer no exercício ou exercícios seguintes no montante de 1.436 euros.

13.2. Diferimentos Passivos

O detalhe da rubrica "Diferimentos" no passivo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer (Passivo não corrente)		
Taxas Acesso	9.158.912,54	10.788.935,56
Taxa Utilização	729.989,35	793.453,03
Total	9.888.901,89	11.582.388,59

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer (Passivo corrente)		
Taxas Acesso	1.562.790,00	1.586.379,96
Taxa Utilização	218.820,78	218.820,78
Outros Rendimentos a reconhecer	2.235,70	13.252,42
Total	1.783.846,48	1.818.453,16

Os montantes recebidos referentes às taxas de acesso incluídos na rubrica de "Rendimentos a reconhecer", são reconhecidos por duodécimos, como rendimentos do exercício durante o período de vigência dos contratos.

Na rubrica "Rendimentos a reconhecer – Taxa Utilização" procedeu-se a transferência de passivo corrente para passivo não corrente, o montante referente às taxas de utilização cujo reconhecimento em proveitos é superior a 12 meses.

A diminuição dos rendimentos a reconhecer, provenientes de taxas de acesso, decorre do efeito da sua integração, em rendimentos do exercício.

O montante registado na rubrica "Outros Rendimentos a reconhecer" refere-se a:

- (i) indemnizações recebidas de seguradoras, cujas obras ainda não foram realizadas.

NOTA 14 – RÉDITO

A rubrica "Vendas e Serviços Prestados" apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prestações de serviço		
Taxa de utilização	10.225.251,21	10.209.587,10
Outras receitas	1.801.216,17	1.954.972,28
Proveitos diferidos	1.695.348,37	1.635.327,59
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Total	13.721.815,75	13.799.886,97

As prestações de serviço incluem, para além da taxa de utilização e dos proveitos diferidos da taxa de acesso, uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço. (Nota 3.9)

De salientar que, a sub-rubrica "Proveitos diferidos" inclui o montante de 122.149 euros relativo a integração em rendimentos do exercício, do valor de taxas de acesso que ainda não estava incorporado, nos casos em que ocorreu rescisão contratual. Em 2021, este montante ascendeu a 45.442 euros.

NOTA 15 - SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

No exercício de 2022, foi reconhecido o montante de 112,00 euros em subsídios à exploração referente ao subsídio recebido pela Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), no âmbito do programa Compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG 2022).

NOTA 16 – INVENTÁRIOS

A MARL não tem inventário.

NOTA 17 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

17.1. Provisões

Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a MARL, SA fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos.

O Conselho de Administração da MARL, SA considera que não há riscos identificados à data de 31/12/2022, pelo que não apresenta valores em provisões.

17.2. Ativos e Passivos Contingentes

17.2.1. Ativos Contingentes

Não são identificadas situações que configurem ativos contingentes.

17.2.2. Passivos Contingentes

A MARL, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa.

No dia 10 de janeiro de 2022, o MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A., foi notificado da pendência da ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, no Juízo do Trabalho, Juiz 2, sob o processo n.º 3734/21.2T8VFX, proposta pela ex-trabalhadora no dia 21 de dezembro de 2021.

A ação pendente aguarda de momento a sentença.

De acordo com informação dos n/ advogados, não existe de momento um valor da ação, não obstante, a autora ter formulado um pedido de pagamento de EUR 294.764,66, não sendo possível, com os dados disponíveis à presente data, apresentar uma estimativa quantitativa e qualitativa da ação e, consequentemente, emitir uma avaliação com fiabilidade de possíveis responsabilidades para a MARL, SA.

NOTA 18 – SUBSÍDIOS OBTIDOS

Subsídios ao Investimento

Os movimentos relativos ao subsídio obtido são como se segue:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2022		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	10.753.822,54
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(2.419.610,12)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	4.233,60
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(952,56)
Total			391.854,48	0,00	8.770.917,59

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2021		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	11.144.870,62
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(2.507.595,92)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	5.040,00
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(1.134,00)
Total			391.854,48	0,00	9.074.604,83

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos. Em 2022 inclui essencialmente a quota-parte do subsídio ao investimento (PROMAB) concedidos à sociedade a fundo perdido, no valor de 391.048,08 euros e Fundo de Eficiência Energética (FEE) no valor de 806,40 euros

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

NOTA 19 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

19.1. Autorização para emissão

- As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de março de 2023.
- Em Assembleia-geral os acionistas têm o poder de não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar as alterações que julguem convenientes, nos termos e legislação em vigor.

19.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

- (i) Entre a data do Balanço e 15 de março de 2023 não houve conhecimento de eventos ocorridos que, afetem o valor dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras do período.

NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**20.1. Imposto sobre o Rendimento**

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21%, sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 7% no montante que exceda os 35.000.000 Euros

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi como segue:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro	282.135,54	26.462,40	291.979,42	27.385,62
Movimentos do exercício				
Amortizações n/ aceites fiscalmente	542,84		(2.204,53)	
Ajustamentos positivos para o justo valor	(7.161,45)	(20,39)	(7.415,59)	4,62
Imparidade de dívidas de clientes	1.327,00		(223,76)	
Subsídios para ativos depreciables - PROMAB		(927,84)		(927,84)
Saldo final a 31 de dezembro	276.843,93	25.514,17	282.135,54	26.462,40

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são detalhados como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto Corrente	(1.501.223,43)	(1.611.052,86)
Imposto Diferido	(4.343,38)	(8.920,66)
Total	(1.505.566,81)	(1.619.973,52)

A reconciliação entre o lucro contabilístico e os gastos/rendimentos de impostos referentes a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	79 398,38	322 847,46
Retenção de impostos sobre rendimentos	11.070,19	14.950,33
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	323.933,24	380.869,99
Contribuições para a Segurança Social	14.060,04	16.390,24
Outras tributações	81,87	29,09
Total	428.543,72	735.087,11

Nos exercícios de 2022 e 2021 foi efetuado o apuramento do imposto sobre o rendimento a pagar e a recuperar respetivamente, pelo que a rubrica "Imposto sobre o Rendimento" evidencia a estimativa do imposto sobre o rendimento, derrama e derrama estadual, deduzida dos pagamentos por conta e adicional por conta de IRC efetuados.

20.3. Outras informações

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NOTA 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros são detalhadas conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Contas a receber de terceiros	1.207.184,33	1.508.138,52
Caixa e equivalentes	121.405,78	232.230,88
Total	1.328.590,11	1.740.369,40

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros		
Fornecedores	363.876,84	394.759,44
Outras contas a pagar a terceiros	21.206.368,61	27.372.678,27
Total	21.570.245,45	27.767.437,71

21.2. Risco de crédito

Os riscos a que a MARL, S.A. se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Demonstração do relacionamento entre o lucro contábilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Calculo	31/12/2022	31/12/2021
Produto do lucro contábilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	4.625.990,21	4.877.205,91
		Gastos/(rendimentos) de impostos		2	1.505.566,81	1.619.973,52
		Resultado antes de impostos		3=1+2	6.131.557,02	6.497.179,43
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	...	4	4.312,07	33.073,91
		A deduzir	...	5	1001,19	0,00
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...	6	28.293,86	10.196,16
		A deduzir	...	7	103.749,07	50.000,79
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8=3+4-5+6-7	6.059.412,69	6.490.448,71
Dedução de perdas fiscais				9	0,00	0,00
Matéria coletável				10=8-9	6.059.412,69	6.490.448,72
Benefícios fiscais por dedução à Coleta				11	0,00	0,00
Outras componentes do imposto		Tributação autônoma		12	1073,20	988,44
		Derrama			90.891,19	97.356,72
		Derrama Estadual			136.782,38	149.713,48
		Coleta			1.272.476,66	1.362.894,22
		...				
Impostos	Imposto corrente			13=10-11+12	1.501.223,43	1.611.052,86
	Imposto diferido (variação ativos / passivos diferidos)			14	(4.343,38)	(8.920,66)
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			15	0,00	0,00
Gastos/(rendimentos) de impostos				16=13-14-15	1.505.566,81	1.619.973,52

A linha de imposto teve um impacto negativo de 1.505.566,81 euros nos resultados do exercício, explicado por:

- (i) Pelo reconhecimento de ativos por impostos diferidos relativos:
 - a. À perda de imparidade de depreciações não aceites fiscalmente, no montante de 542,84 euros;
 - b. À reversão da perda por imparidade nos Ativos Fixos Tangíveis no montante de 7.161,45 euros;
 - c. À perda de imparidade de dívidas de clientes no montante de 1.327,00 euros;
- (ii) Pelo reconhecimento de passivos por impostos diferidos relativos:
 - a. À reversão da integração do subsídio proporcional à perda por imparidade no montante de 927,84 euros;
- (iii) Pelo imposto corrente do exercício no montante de 1.501.223,43 euros.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis, que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Assim, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existam expetativas fundamentadas de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

Não são efetuadas compensações entre impostos diferidos ativos e passivos.

20.2. Decomposição dos saldos com o Estado

20.2.1. Passivo Corrente

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" é conforme se segue:

- Risco de crédito – O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira. Este tipo de risco é incorrido no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a MARL, S.A. detém uma exposição ao sector bancário nacional traduzida pelos depósitos à ordem e financiamentos obtidos. Até à data, a MARL, S.A. não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades bancárias.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que a empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros.

A MARL, S.A. tem procurado o melhor desempenho na gestão de tesouraria, procurando garantir o cumprimento de responsabilidades de curto prazo e das atividades operacionais e minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade.

Como forma de mitigação deste risco e integrado na estratégia global do Grupo SIMAB, desde 2012, a MARL, S.A. tem vindo a realizar uma reestruturação do financiamento bancário através da concentração de linhas de crédito de apoio à tesouraria na empresa-mãe, que possibilitou uma redução do seu custo de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2022, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2022			Descrição	31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	747.501,78	0,00	747.501,78	Não vencido	840.928,52	0,00	840.928,52
Vencido				Vencido			
0 - 30 dias	61.611,84	0,00	61.611,84	0 - 30 dias	77.437,91	0,00	77.437,91
30 - 90 dias	49.015,29	0,00	49.015,29	30 - 90 dias	74.448,91	0,00	74.448,91
90 - 180 dias	8.416,76	0,00	8.416,76	90 - 180 dias	60.192,54	0,00	60.192,54
180 - 360 dias	6.948,29	0,00	6.948,29	180 - 360 dias	82.534,23	0,00	82.534,23
> 360 dias	804.427,05	718.788,72	85.638,33	> 360 dias	792.875,71	711.567,89	81.307,82
Total	1.677.921,01	718.788,72	.959.132,29	Total	1.928.417,82	711.567,89	1.216.849,93

A antiguidade do saldo da rubrica "Fornecedores" é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Quantia	Quantia
Não vencido	312.249,86	222.531,74
Vencido		
0 - 30 dias	2.854,31	98.103,36
30 - 90 dias	239,85	6.311,39
90 - 180 dias	0,00	(247,57)
180 - 360 dias	(1.933,27)	0,00
> 360 dias	50.466,09	68.060,52
Total	363.876,84	394.759,44

A MARL, S.A. apresenta uma gestão prudente do risco de liquidez, o que implica ainda a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso ao crédito para fazer face à gestão corrente.

A empresa gere o seu capital para assegurar que prosseguem as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a Empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

21.3. Clientes

O detalhe da rubrica "Clientes" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Clientes		
Clientes gerais	946.910,56	1.202.554,72
Clientes - Empresa-mãe	6.511,44	9.530,51
Clientes - Outras partes relacionadas	0,00	0,00
Clientes - Cheques pré-datados	2.474,86	1.529,27
Subtotal	955.896,86	1.213.614,50
Clientes cobrança duvidosa	722.024,15	714.803,32
Perdas por imparidade acumuladas	(718.788,72)	(711.567,89)
Subtotal	3.235,43	3.235,43
Total	959.132,29	1.216.849,93

21.4. Fornecedores

O detalhe da rubrica de "Fornecedores" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores		
Fornecedores gerais	273.687,35	299.169,98
Fornecedores - Empresa-mãe	52.053,99	39.852,96
Fornecedores - Outras partes relacionadas	38.135,50	55.736,50
Total	363.876,84	394.759,44

21.5. Adiantamento de clientes

O detalhe da rubrica "Adiantamento de Clientes" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de clientes		
Clientes gerais	884,10	884,10
Total	884,10	884,10

21.6. Créditos a receber

O detalhe da rubrica "Créditos a Receber" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a receber		
Devedores diversos		
Dif. Taxa de Acesso	46.828,75	54.394,12
Outros	65.200,00	130.400,00
Total	112.028,75	184.794,12

21.7. Outros créditos a receber

O detalhe da rubrica "Outros Créditos a Receber" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos a receber		
Outras operações com pessoal	477,15	372,22
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros devedores	1.149,88	1.134,70
Outros acréscimos de rendimentos	13.446,71	16.444,79
Devedores diversos		
Cauções a fornecedores	778,22	778,22
Dif. Taxa de Acesso	16.371,36	14.206,80
Outros	103.799,97	73.557,74
Total	136.023,29	106.494,47

O saldo a receber do pessoal totaliza 477,15 euros refere-se essencialmente a:

- (i) despesas extra *plafond* de telemóvel, combustíveis e "via verde", devidamente controladas e recebidas no curtíssimo prazo;

21.8. Outras dividas a pagar

O detalhe da rubrica "Outras Dividas a Pagar" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outras Dívidas a pagar (Passivo não Corrente)		
Credores diversos		
Cauções Operadores	1.562.813,20	1.494.944,97
Ajust. Imposto s/Subsidio	2.332.395,43	2.420.562,67
Total	3.895.208,63	3.915.507,64

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outras Dívidas a pagar (Passivo Corrente)		
Clientes	1.506,71	1.701,73
Outros custos com pessoal	198,28	1.903,75
Credores diversos		
Outros	86.440,75	163.297,19
Ajust. Imposto s/Subsidio	88.167,25	88.167,25
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores gerais	968.730,46	927.392,62
Empresa mãe	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos		
Juros a Liquidar	45.103,63	1.666,25
Remunerações a Liquidar	102.329,50	96.233,08
Outros Acréscimos de Gastos	688.429,45	405.211,20
Total	1.980.906,03	1.685.573,07

As cauções estão classificadas como passivo não corrente, por se considerar que não são devolvidas num prazo inferior a 12 meses.

O valor apresentado de remunerações a liquidar considera as remunerações devidas em 2023 no que diz respeito a férias e subsídio de férias cujo direito foi adquirido no decurso do ano 2022.

A rubrica de "Credores por acréscimos de gastos – Outros", no montante de 688.429 euros, refere-se essencialmente a:

- (i) Acréscimo de gastos com Imposto Municipal sobre Imóveis, referente a 2022, cujo pagamento ocorrerá em 2023, no valor de 264.228 euros;
- (ii) Acréscimo de gastos com água, eletricidade, manutenção e seguros no montante de 400.063 euros;
- (iii) Acréscimo de gastos com a TSU referente a trabalhadores independentes no montante de 7.005 euros;
- (iv) Acréscimo de gastos com o acompanhamento diário da atividade no mercado pela Guarda Nacional Republicana no montante de 763 euros;
- (v) Acréscimo de gastos com a atualização do software no montante de 8.513 euros;
- (vi) Acréscimo de gastos com a taxa de exploração da DGEG no montante de 2.078 euros;
- (vii) Acréscimo de gastos com comissões a pagar ao Estado Português na sequência do aval concedido, conforme explicado na nota 10.1 e nota 27.1.2, no montante de 5.779 euros.

NOTA 22 – CAPITAL SOCIAL

22.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Durante o exercício de 2022, não houve qualquer realização capital, conforme seguidamente se apresenta:

Acionista	Capital Social Inicial	Diminuição	Aumento Capital			Capital Social Final
			Conversão Suprimentos	Conversão Dívida	Entradas em Dinheiro	
Simab, S.A.	26.361.351,64					26.361.351,64
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55					2.970.272,55
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60					445.806,60
Câmara Municipal de Loures	222.568,97					222.568,97
Total	29.999.999,76	0,00	0,00	0,00	0,00	29.999.999,76

Acionista	Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital a realizar
Simab, S.A.	26.361.351,64	26.361.351,64	
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55	2.970.272,55	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60	445.806,60	
Câmara Municipal de Loures	222.568,97	222.568,97	
Total	29.999.999,76	29.999.999,76	0,00

22.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital social atual é representado por 6.012.024 ações nominativas, com o valor facial de 4,99 euros, em títulos de uma, cinco, dez, cem, mil ou múltiplos de mil ações.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Acionista	N.º Ações	Valor Nominal	Valores	%
Simab, S.A.	5.282.836	4,99	26.361.351,64	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	4,99	2.970.272,55	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	4,99	445.806,60	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	4,99	222.568,97	0,74%
Total	6.012.024		29.999.999,76	100,00%

22.3. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios

22.3.1. Reservas Legais

A rubrica "Reservas" apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Reservas		
Saldo inicial	4.292.558,81	3.825.313,20
Aplicação do Resultado Líquido	487.720,59	467.245,61
Saldo final	4.780.279,40	4.292.558,81

Os estatutos da empresa determinam para a aplicação dos resultados, um mínimo de dez por cento para constituição ou reintegração da reserva legal até atingir o mínimo legalmente exigível e o remanescente conforme for deliberado pela Assembleia Geral, podendo o montante a distribuir como dividendos aos acionistas ser fixado por deliberação aprovada pelos votos representativos de cinquenta e um por cento do capital social.

22.3.2. Resultados Transitados

Realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

Descrição	31/12/2022	Varição	31/12/2021
Resultados transitados			
Resultados transitados	32.167.618,10	4.389.485,32	27.778.132,78
Result. transit. - Reg. n/freq. de grande signif.	(357.942,02)	0,00	(357.942,02)
Resultados transitados - Adopção 1ª vez SNC	1.773.414,40	0,00	1.773.414,40
Total	33.583.090,48	4.389.485,32	29.193.605,16

A rubrica de resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez do SNC.

A variação nos resultados transitados, no valor de 4.389.485,32 euros, resulta de:

- (i) Aplicação do Resultado líquido do exercício de 2021 no valor de 4.877.205,91 euros, nos seguintes montantes:
- 487.720,59 euros para reserva especial por lucros retidos e reinvestidos, correspondente ao montante de lucros retidos e reinvestidos, determinado nos termos do artigo 32º do DL 162/2014 de 31/10;
 - 4.389.485,32 euros mantidos em resultados transitados;

22.3.3. Ajustamentos e Outras Variações no Capital Próprio

A empresa reconhece, nesta rubrica, os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. No caso de bens depreciables, estes subsídios são subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, tendo sido reconhecidos rendimentos no montante de 391.854,48 euros, em 31 de dezembro de 2022.

O saldo desta rubrica corresponde: (i) parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período no montante de 10.758.056,14 euros, líquido do respetivo passivo por impostos diferidos no montante de 2.420.562,38 euros, e (ii) aos subsídios afetos a bens não depreciables no montante de 433.424,13 euros.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outras Variações no Capital Próprio		
Subsídios para activos não depreciables		
Subs. para act. não deprec. - PROMAB	433.424,13	433.424,13
Subsídios para activos depreciables		
Subs. para act. deprec. - PROMAB	10.753.822,54	11.144.870,62
Subs. para act. deprec. - FEE	4.233,60	5.040,00
Impostos diferidos referentes a Subsídios	(2.420.562,68)	(2.508.729,92)
Total	8.770.917,59	9.074.604,83

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

NOTA 23 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	30/12/2021
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	380.020,58	317.403,72
Publicidade e propaganda	9.117,98	19.730,56
Vigilância e segurança	389.636,92	414.497,63
Honorários	89.501,10	54.717,31
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	215.395,71	201.343,82
Serviços Bancários	2.341,59	2.650,50
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	866,83	1.820,13
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	1.319,78	712,75
Artigos para oferta	0,00	0,00
Energia e fluidos		
Electricidade	632.574,28	353.754,72
Combustíveis	4.509,78	4.331,78
Água	164.663,04	183.065,75
Deslocações, estadas e transportes	3.429,90	185,16
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	33.188,68	46.717,98
Comunicação	11.592,65	12.459,32
Seguros	99.810,01	94.960,93
Contencioso e notariado	1.681,50	1.017,25
Despesas de representação	1.731,99	0,00
Limpeza, higiene e conforto	1.030.446,66	976.820,29
Outros serviços	9.719,11	8.744,44
Total	3.081.548,09	2.694.934,04

NOTA 24 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal" detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	155.807,41	154.765,91
Remunerações do pessoal	537.010,88	616.876,14
Encargos sobre remunerações	122.351,58	140.209,86
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	2.856,02	3.096,14
Outros gastos com o pessoal	21.000,49	30.704,90
Total	839.026,38	945.652,95

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o ano de 2022 foi de 23 empregados.

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2023, relativas a 2022, de acordo com a Lei 42/2016 de 28/12 (OE 2017).

NOTA 25 – OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

25.1. Decomposição da rubrica de “Outros gastos” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros gastos		
Impostos	288.058,77	271.376,81
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	967,85	0,00
Outros Gastos e perdas		
Correções de exercícios anteriores	3.343,41	16.768,15
Donativos	1 150,00	0,00
Quotas	5.768,00	6.268,00
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	3 339,83
Outros não especificados	12 902,83	1 597,17
Total	312.190,86	299.349,96

A rubrica “Impostos” refere-se essencialmente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) do exercício de 2022 a pagar em 2023 no montante de 288.406 euros.

O valor evidenciado em “Outros Gastos e perdas” inclui:

- (i) A rubrica “Correções de exercícios anteriores”, no montante de 3.343 euros refere-se a trabalhos realizados em anos anteriores no montante de 3.334 euros;
- (ii) A rubrica “Donativos” no montante de 1.150 euros referente às entidades:
 - Bombeiros Voluntários do Zambujal;
 - Zambujalense Futebol Club.
- (iii) A rubrica “Quotas” no montante de 5.768 euros referente às entidades:
 - WUWM – World Union of Wholesale Markets;
 - A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
 - Associação 5 ao Dia;
 - Bombeiros Voluntários do Zambujal.
- (iv) A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 12.902 euros, refere-se essencialmente a:
 - indemnizações de sinistros, no montante de 2.626 euros;
 - obras não realizadas, no montante de 8.912 euros

25.2. Decomposição da rubrica de “Aumentos/Reduções de justo valor” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	(109,70)	20,57
Total	(109,70)	20,57

No cumprimento do disposto na Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto, foi constituído o FCT - Fundo de Compensação do Trabalho, de caráter obrigatório para os contratos de trabalho celebrados desde 1 de outubro de 2013. Em 2022 foram reconhecidos gastos no valor de 109,70 euros pela desvalorização ao JV do referido fundo.

25.3. Decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	39.646,20	39.646,20
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	17.542,84	20.258,45
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	321,37	81,30
Outros		
Correções de exercícios anteriores	4.889,69	4.873,67
Excesso da estimativa para impostos	16,97	0,00
Imputação de subsídios para investimento	391.854,48	391.854,48
Outros não especificados	7.306,32	2.948,79
Total	461.577,87	459.662,89

A rubrica "Rendimentos suplementares", no montante de 39.646,20 euros, inclui essencialmente:

- (i) A faturação emitida à SIMAB, S.A. e à Associação 5 ao dia, nos montantes de 39.526 euros e 120 euros, respetivamente (Notas 6.3 e 6.4);

A rubrica "Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros", no montante de 17.542 euros, inclui:

- (i) O montante de 10.731 euros referente a juros previstos no adicional ao contrato com a MARL Energia;
- (ii) O montante de 6.811 euros referentes a juros de mora.

A rubrica "Correções de exercícios anteriores", no montante de 4.890 euros, refere-se a correções diversas.

A rubrica "Imputação de subsídios para o investimento", no montante de 391.854,48 euros, refere-se ao reconhecimento de subsídios ao investimento do PROMAB concedidos à sociedade, a fundo perdido (Nota 18).

A rubrica "Outros não especificados", no montante de 7.306 euros, inclui essencialmente:

- (i) O montante de 3.000 euros referente penalidades contratuais;
- (ii) O montante de 4.289 euros referentes a indemnizações recebidas de seguradoras, relativas a sinistros no mercado.

25.4. Gastos / reversões, depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativos intangíveis	15.060,91	15.081,48
Ativos fixos tangíveis	3.668.157,53	3.665.351,80
Total	3.683.218,44	3.680.433,28

25.5. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados, são detalhados conforme se segue:

Juros e gastos similares		31/12/2022	31/12/2021
Juros com financiamentos obtidos	Empréstimos obtidos	41.247,32	10.427,37
	Acionista	27.110,86	30.196,02
	Subtotais	68.358,18	40.623,39
Juros com Papel Comercial	BPI	24.086,08	1.666,25
	SANTADER	0,00	42.134,37
	Subtotais	24.086,08	43.800,62
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	33.318,07	45.439,15
	Imposto do Selo	2.871,97	4.664,16
	Subtotais	36.190,04	50.103,31
Totais		128.634,30	134.527,32

A diminuição dos gastos de financiamento, comparativamente ao exercício anterior, resulta essencialmente dos seguintes efeitos:

- (i) Redução da taxa de juro das prestações acessórias de capital, em função da redução do pricing nas operações bancárias obtidas pela empresa mãe junto da banca (repassadas às participadas por via das prestações acessórias de capital);
- (ii) Redução da dívida financeira;

NOTA 26 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- (i) A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de novembro.
- (ii) Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei n.º 411/91, de 1/ de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- (iii) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Art.º 397.º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Art.º 66.º do CSC.
- (iv) Relativamente ao Art.º 66.º-A do CSC, devemos informar que:
 - Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;
 - Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a Revisão Legal de Contas, conforme quadro seguinte:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31/12/2022	31/12/2021
	Honorários faturados	Honorários faturados
Revisão legal das contas	9.675,00	9.675,00
Totais	9.675,00	9.675,00

NOTA 27 – OUTRAS INFORMAÇÕES

27.1. Divulgações de natureza não contabilística

27.1.1. Garantias prestada a terceiros

Em 31 de dezembro de 2022, a empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

Entidade Beneficiária	Tipo de Garantia	Objeto	Data de Emissão	Valores
Repsol, Lda	Bancária - CGD	caucionar o bom pag.debitos de transações	13/10/2000	2.000,00
Banco Comercial Português	Livrança (a)	Crédito por Descoberto (Grupado)	23/05/2016	204.981,14
Banco BPI	Livrança (a)	garantia do papel comercial	16/11/2021	2.400.000,00
Total				2.606.981,14

(a) Livrança em branco a preencher pela entidade bancaria pelo montante em dívida, composto por capital, despesas, juros e demais encargos apurados na data de incumprimento.

27.1.2. Garantia prestada ao Banco Europeu de Investimento (BEI)

No âmbito do contrato de financiamento realizado entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e a sociedade, celebrado em 8 de outubro de 2001, foi concedida garantia pessoal do Estado ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes do referido contrato, formalizado por Contrato de Fiança realizado entre o BEI e a República Portuguesa em 8 de setembro de 2011, e por Aditamento ao Contrato de Financiamento realizado entre o BEI e a MARL, S.A., nessa mesma data.

Esta fiança foi prestada ao abrigo da Lei nº 112/97, de 16 de setembro, sendo concedida pelo prazo de quinze anos, contados a partir de 8 de outubro de 2011, tendo sido fixada uma comissão de garantia de 0,2% ao ano.

27.1.3. Garantias sobre terceiros

Em 31 de dezembro de 2022, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
MARL Energia, Lda	Contrato utilização espaço para Central Fotovoltaica	Livrança	500.000,00
HYPESOLAR FANHÕES, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superfície	Livrança	50.000,00
HYPESOLAR SACAÇEM, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superfície	Livrança	50.000,00
Total			600.000,00

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BES	9.976,00
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	24.353,81
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	36.134,00
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancária - Millennium BCP	14.963,94
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BPI	15.400,00
Total			100.827,75

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - COSEC	100.000,00
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.800,00
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - AXA	29.919,60
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.655,69
JCDcaux, S.A	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancaria - SANTANDER	59.324,52
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancaria - BES	23.064,31
Visaca, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção	Bancaria - Banco BIC	9.619,25
Visaca, S.A.	Empreitada de coberturas dos Pavilhões A08 e A10 no MARL	Bancaria - Millennium BCP	13.364,51
Visaca, S.A.	Empreitada de reabilitação do topo norte do pavilhão A07	Bancaria - Millennium BCP	2.965,04
Visaca, S.A.	Contrato de Empreit. Reabilit. / Pinturas Fachadas Pav. A01, A03, A08	Bancaria - Banco BIC	3.720,44
Visaca, S.A.	Contrato de Aquisição de Serv. Manut. de Equip. e Instalações	Bancaria - Banco BIC	18.910,00
Visaca, S.A.	Contrato de Forn. Mont. 3 unid prod. de Água Arref. Pav. A01 A05 e A07	Bancaria - Millennium BCP	13.499,84
Sotecnisol	Reabilitação das coberturas dos Pav. A01 e Edifício B01	Bancaria - Banco BIC	3.819,26
SIGMAWORLD	Aquisição e Montagem de Iluminação LED	Guia de Depósito	8.630,00
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas da Cobertura Edifício do CTT-Expresso	Bancaria - Eurobic	13.550,72
ENA Portugal	Aquisição e Implementação do CCTV no MARL	Bancaria - Millennium BCP	16.673,00
RIAL Engenharia, Lda	Empreitada de Requalificação do Edifício CASH & CARRY	Bancaria - Banco BPI	10.807,62
RIAL Engenharia, Lda	Empreitada Conceção e Execução Área Parqueamento A parcela A14	Bancaria - Banco BPI	4.100,00
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas dos Edifícios A03, A07 e A09 no MARL	EUROBIC	5.186,50
Redecor, S.A.	Empreitada de Reparação do Pavimento do Pavilhão do Pescado R07	Bancaria - Banco BIC	1.659,15
PSG Segurança, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancaria - Millennium BCP	14.759,06
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Edifício B2	Bancaria - Banco BIC	376,30
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Topo Norte do Pavilhão MU2	Bancaria - Banco BIC	625,44
ENVIMAN, LDA	Aquisição Serviços de Manut. de Instalações e Equipamentos no MARL	Bancaria - NB	11.501,37
CPW ENGENHARIA, LDA	Empreitada de Reabilitação da Cobertura dos Pavilhões R02, R04, R07	Depósito Caução - CGD	4.385,20
M.C.SILVA, LDA	Empreitada de Reabilitação do Sistema de Drenagem e Vedações	Depósito Caução - BPI	5.146,19
PRESENTAROUND, LDA	Empreitada de Conceção e Execução de Armazém p/Prest. Serv.	Depósito Caução - BPI	4.446,00
ENVIMAN, LDA	Contrato de Prest. Serv. Manut. Instala Equipamentos no MARL	Bancaria - NB	7.760,06
IBERLIM	Contrato de Prest. Serv. Limpeza Interior	Bancaria - Millennium BCP	27.988,19
LUSÁGUA, Lda	Contrato de Prest. Serv. Limp. Ext. e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	51.913,80
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação do Pavilhão do Pescado Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	2.394,81
SOTECNISOL SA	Reabilitação de Coberturas no MARL	Bancaria - EUROBIC	4.885,95
LUSÁGUA	Aquisição Serviços Limpeza-Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	2.104,97
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação de Fachadas do Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	8.944,79
SOTECNISOL SA	Reparação do Reservatório - Célula 2	Bancaria - EUROBIC	3.028,33
Total			496.529,91

27.1.4. Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados:

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 4 625 990,21 euros (quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa euros e vinte e m centimos) tenha a seguinte distribuição:

- 462 599,02 euros (quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e nove euros e dois cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;
- 4 163 391,19 euros (quatro milhões, cento e sessenta e três mil, trezentose noventa e um euros e dezanove cêntimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

Não se propõe a distribuição de lucros, dada a necessidade de reforçar o autofinanciamento da empresa.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração da MARL, S.A.



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini



João Henriques Rosa Quaresma



Luis Manuel dos Santos Matias

São Julião do Tojal, 15 de março de 2023

7

178
CD
4

RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL
ÚNICO E
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- No âmbito do disposto no nº2 do art.º 54.º do Decreto – Lei nº 133/2013, de 2 de outubro, procedemos à apreciação do Relatório de Governo Societário emitido pelo Conselho de Administração da MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA, em cumprimento do nº1 do referido articulado.

Da apreciação efetuada, concluímos que o Relatório de Governo Societário:

- Apresenta informação anual, verdadeira e completa sobre as matérias referentes às práticas de bom governo constantes do Capítulo II do referido diploma legal, detalhando tais matérias de forma adequada às características da sociedade.
- Encontra-se estruturado de acordo com o Manual emitido para o efeito pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) e divulga: i) um sumário executivo; ii) a missão, objetivos e políticas da Empresa; iii) estrutura de capital; iv) participações sociais e obrigações detidas; v) órgãos Sociais e comissões; vi) organização interna; vii) remunerações; viii) transações com partes relacionadas e outras; ix) análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental; x) avaliação do Governo Societário; xi) anexos.
- O Relatório do Governo Societário carece de aprovação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

- Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;



- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

- (a) A proposta de aplicação de resultados cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Viseu, 17 de março de 2023

O Fiscal Único

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819

Registado na CMVM com o n.º 20170008



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA** (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 115.028.785,43 euros e um total de capital próprio de 81.760.277,44 euros, incluindo um resultado líquido de 4.625.990,21 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

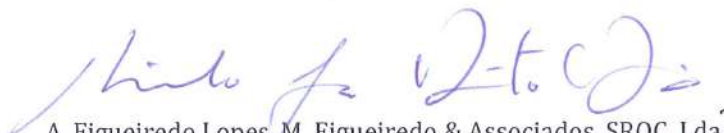
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, 17 de março de 2023

O Revisor Oficial de Contas


A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda
Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819
Registado na CMVM com o n.º 20170008

✓
17B
CR
de

LISTA DE PRESENCAS



✓
f DB
CR
2

MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.

Edifício NAC - Piso 2

Lugar do Quintanilho

2660-421 São Julião do Tojal

Loures - Portugal

Telefone +351 219 927 400

www.marl.pt

marl@marl.pt



marl

**Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa**